

COHOUS WORKing

vícios e virtudes dos espaços de vida e trabalho em comunidade

DEDICADO

Aos meus pais
e a todos aqueles que pelo
seu apoio e contribuição tornaram
possível a realização deste trabalho

AGRADECIMENTOS A:

Virgínio Moutinho pela disponibilidade e fornecimento de material e informação
ALTARIMI - Administração e Gestão de Imóveis, Lda., pelo material e informação que disponibilizou

Professora Clara Vale pelo material que disponibilizou

Attilio Fiumarella pelo material que disponibilizou

Ruben Alonso pelo material que disponibilizou

Eva Irena Übler e Jules Autelin pela paciência, disponibilidade e material que disponibilizaram

Família, amigos e próximos pelo apoio incondicional

Professora Teresa Fonseca pela disponibilidade e motivação

RESUMO

A sociedade, hoje, transfigura-se a um ritmo, como nunca antes visto. A crescente individualização e consequente solidão dentro da metrópole faz ressurgir uma saudade por um espírito mais comunitário e por uma maior interacção entre o indivíduo e o seu igual. Paralelamente, surgem, dentro do discurso de organização de cidade, novas terminologias arquitectónicas, que procuram responder a essas mesmas vontades urbanísticas e sociais, adaptadas às novas dinâmicas de ocupação da cidade. Como, nomeadamente, os modelos de *Cohousing* e *Coworking*.

Uma inquietação, sobre os mesmos temas, nasce durante a minha estadia em Florença, Itália, onde tive o primeiro contacto com os termos e respectivas particularidades espaciais. Assim, associado a uma prévia experiência pessoal de habitação comunitária, surge a oportunidade de aprofundar a questão sobre estas novas experiências arquitectónicas, debruçando-me sobre a cidade que, agora, percorro como minha – Porto – que espelha uma realidade de desertificação e, simultaneamente anseia por ser requalificada.

Este trabalho resulta, então, da tentativa de perceber o que são, realmente, os modelos arquitectónicos de *Cohousing* e *Coworking* e como poderão ser aplicados na reabilitação de uma malha urbana. Desde a origem, à definição e sucessiva comparação com outros modelos arquitectónicos, questiona-se a validade da sua originalidade como nova concepção espacial e como resposta às actuais necessidades sociais e espaciais da cidade. Particularmente debruçado sobre a cidade do Porto, são analisados casos de estudo que, procuram ser relevantes para a melhor compreensão das terminologias e como se podem aplicar numa cidade que anseia por uma reabilitação, tanto urbana como social.

Este trabalho estrutura-se segundo duas partes: uma primeira de introdução ao tema, e esclarecimento e especulação sobre os conceitos, uma segunda parte onde se apresenta um estudo sobre uma série de casos seleccionados.

ABSTRACT

Society, today, transfigures itself in a rhythm never seen before. The increasing individualization and consequent loneliness, inside a metropolis, rises a longing for a more community spirit and greater interaction between the individual and his equal. At the same time, there are, within the discourse of organization of the city, new architectural terminologies, which seek to respond to these same urban and social intentions, adapted to the city's new dynamics of occupation. Like, in particular, the models of Cohousing and Coworking.

Uneasiness about the same subjects is born during my stay in Florence, Italy, where I had the first contact with the respective terms and its spatial particularities. Thus, associated with a prior personal experience of community housing, comes the opportunity to further explore the nature of these new architectural experiences, addressing me over the city that now I walk as mine - Porto - which mirrors a reality of desertification and simultaneously yearns to be requalified,

This work results from trying to understand what indeed are these new spatial concepts and how they can be applied in the rehabilitation of an urban area. From its origin, to its definition and subsequent comparison with other architectural models, we question the validity of his originality as a new conception of space and as a response to city's current social and spatial needs. Particularly overlooking the city of Porto, in this paper are collected a number of case studies that seek to be relevant to better understanding of the terminology and how it can be applied in a city that longs for a rehabilitation, both urban and social.

This work is structured in two parts: a first introduction to the topic, and clarification and speculation about the concepts, a second section presents a study on a series of selected cases.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
PARTE I . COHOUSING, COWORKING, AS PALAVRAS	
CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TERMOS	18
SOCIEDADE, ARQUITECTURA, CIDADE, CIDADANIA	19
ARQUITECTURA COMO VALOR HUMANO	22
COHOUSING . DEFINIÇÃO	24
COHOUSING . ORIGEM	25
PRIMEIRA COMUNIDADE COHOUSING	26
PARÊNTESES SOBRE OS ANOS 60	28
AS SEIS QUALIDADES DO COHOUSING	31
COWORKING	32
A CIDADE COMO GÉNESE DAS FORMAS DO HABITAR E DO TRABALHAR	38
CONDOMÍNIO FECHADO VS COHOUSING	43
O ESPAÇO COMO PRODUTO IMOBILIÁRIO	46
COHOUSING, MEMÓRIA COWORKING, VELHA REALIDADE	49
<i>Ilhas, cooperativas, guildas, ateliers, ruas do porto</i>	
PARTE II . CASOS DE ESTUDO	
UNIDADE DE HABITAÇÃO . O MONÓLITO CIDADE	60
<i>Marselha, França, Le Corbusier, 1947-52</i>	
HOUSE BEFORE HOUSE . A FRAGMENTAÇÃO DA CASA EM ESPAÇO COMUM HABITÁVEL	70
<i>Utsunomiya, Tochigi, Japão, Sou Fujimoto, 2007-08</i>	
COMPLEXO DE SARUGAKU . A RUA DISTRIBUTIVA	76
<i>Tóquio, Japão, Akihisa Hirata, 2006-07</i>	
RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES . ARQUITECTURA COMO GERADORA DE CIDADE	80
<i>Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, A.S* Atelier de Santos, 1994-2004</i>	
BREYNER HOUSE	86
<i>Rua do Breyner, Porto, Portugal, Autor desconhecido, Data desconhecida</i>	
BAIRRO IGNEZ	91
<i>Porto, Portugal, Inácio Pereira de Sá / José Carlos Loureiro, 1734-1834 / 1915 / 1990's</i>	
LÓFTE — FSSOCIAÇÃO CULTURAL ALBERGARIA DE ROQUE AMADOR HOSPITAL DE D. LOPO	96
<i>Rua dos Caldeireiros, Porto, Portugal, Autor desconhecido, Data desconhecida</i>	
ATELIERS PARA ARTISTAS NA LADA	101
<i>Porto, Portugal, Virgínio Moutinho, 1993-1996</i>	
CONCLUSÃO	107
ANEXOS	111
BIBLIOGRAFIA	113
WEBGRAFIA	117
ÍNDICE DE IMAGENS	119

INTRODUÇÃO

A percepção da vida é sempre diferente das precedentes. *“A arquitectura pode proporcionar-nos sonhos de movimento”*,¹ mas o movimento da modificação dos estilos de vida e do *‘savoir-vivre’*, não é necessariamente expresso por formas flutuantes, ou paredes inclinadas e curvas. *“Num tempo de conjunção – não de separação – dos padrões colectivos e individuais de vida, as nossas referências familiares perderam validade”*.² A sociedade oferece-nos uma multiplicidade de estímulos e modos de vida, à escolha, em todos os lugares. *“A divisão multifacetada de universos psicológicos, a complexidade das diferentes e mutantes condições de vida, com duração cada vez mais curta, e por isso, cada vez mais fragmentadas (trabalho e parcerias), resultam em numerosas relações experimentais. Produziu-se uma situação ‘multifrénica’, hoje tão evidente que a experimentamos como um fenómeno quotidiano.*

Precisamos de compreender os nossos espaços residenciais dessa mesma maneira multifacetada. Se queremos passar do âmbito social para o residencial, devemos considerar certas transformações do “movimento”. Precisamos de conjugar nomadismo com sedentarismo, o individualismo do refúgio em áreas urbanas privadas com a interactividade em espaços comuns. Todas as formas de segregação têm vindo a ser substituídas, actualmente, pela a integração em todos os níveis. (...) a nova palavra de ordem é integração”.³

Não só o contexto da cidade se transforma como também, a própria leitura da cidade se altera e sofre metamorfoses. Também o próprio acto de habitar. No entanto, permanece a rua, permanece o quarteirão, permanece o bairro, permanece a pedra solta da calçada da rua que se percorre todos os dias, onde reconhecemos um outro igual a nós, no entanto, desconhecido, como se uma sombra de nós mesmos, alguém que deambula ao nosso lado, que reconhecemos e a quem agradecemos a companhia embora nos seja estranha e desconfortável ao mesmo tempo. Entre tantas experiências arquitectónicas a que o mundo tem vindo a assistir, particularmente sobre os temas do habitar e do habitar o espaço público e urbano, escolhi investigar as “relativamente novas” experiências de *Cohousing* e *Coworking*.

A questão da identidade é inerente ao processo de habitar. Sentir-se “em casa”, buscar o que é familiar ou apenas reconhecer o sentido de pertença, é algo que o indivíduo procura inconscientemente. A casa é *“uma estrutura física viva e integral, capaz de produzir uma imagem clara que desempenha, também, um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e memórias colectivas da comunicação entre grupos”*.⁴ A imagem do lugar onde se habita pode ser mais do que a forma de um edifício. Talvez seja comum a sua associação a um quarteirão, que se torna símbolo e parte de uma cidade porque, mais importante, conjuga um papel de identidade compartilhada por determinado número de indivíduos ou uma comunidade. *“A imagem de um bom ambiente dá, a quem o possui, um sentido importante de segurança emocional. Pode estabelecer uma relação harmoniosa entre si e o mundo exterior. Isto é o inverso do medo de desorientação; significa que o doce sentido do lar é mais forte quando o lar é não só familiar mas também diferenciador”*.⁵

¹ PFEIFER, Gunter; BRAUNECK, Per; Casas en hilera, Casas geminadas; Editorial Gustavo Gili; 2009; p.13

² PFEIFER, Gunter; idem

³ PFEIFER, Gunter; idem

⁴ LYNCH, Kevin; A Imagem da Cidade; Edições 70; 2009; p.12

⁵ LYNCH, Kevin; idem

A cidade do Porto evidencia não só uma grande desqualificação arquitectónica e urbana mas, também, uma grande perda de identidade interna. Os bairros do Porto, que tanto o tornavam único, hoje estão vazios e desconexos do sentido de unidade, estão misturados e indefinidos. Isto é, a fragmentação urbana do Porto metropolitano, associada a uma degradação de infra-estruturas urbanas e sociais e à evidente desertificação urbana provocaram a perda de identidade por parte dos próprios moradores a uma escala local. No entanto, ao mesmo tempo, foram construídas novas infra-estruturas – o Metro do Porto – e respectivas áreas urbanas de maior influência directa. Isto é, há dez anos que a rede do Metro tem contribuído para a qualificação e para a coesão urbana. Talvez a identidade local tenha sido substituída por uma aparente identidade metropolitana mas a cidade não se exprime da mesma forma em toda a sua área metropolitana, daí a sensação de identidade não deixar de ser fragmentada e contraditória.

As cidades são, por excelência, palco da experimentação de novas formas para novos conceitos ou, para a actualização dos antigos. Conceitos arquitectónicos actuais como *Coworking* e *Cohousing* serão dos primeiros ou poderão ser considerados como reinterpretações espaciais de outros modelos arquitectónicos, que podemos chegar a remeter para um passado medieval, alguns dos quais da formação das cidades. Isto é, ao longo da história na formação de cidade, lugares e espaços desenvolveram modelos espaciais e conceptuais por razões que formaram ou terão dado origem às próprias definições destes novos conceitos. Será o *Coworking* uma reinterpretação das Ruas medievais por profissões distribuídas? Mesmo os estúdios, alugados por artistas, em Paris ou no Porto, para partilhar o espaço e os custos do mesmo? E não terão, hoje, o seu equivalente nos projectos de *Cohousing*? A experiência de *Cohousing* seria uma experiência vivida, nas “ilhas” do Porto? Espaços comuns, descobrem-se sob a forma de lavandarias comunitárias, num terraço ensolarado ao descer as encostas do Morro da Sé do Porto, ou nos fornos comuns das aldeias portuguesas.

Associados a uma questão urbana, social e arquitectónica, neste trabalho propomo-nos explorar e tentar de definir estas experiências enquanto “velhas” vivências espaciais comunitárias dotadas de conceptualização contemporânea. Propõe-se esclarecer o binómio entre habitação individual - habitação colectiva e reflectir sobre como se reflectem no espaço público. Opta-se, como metodologia, pela análise de casos arquitectónicos actuais, e outros do passado. Pretende estudar-se como esses exemplos poderiam generalizar-se para promover quer a reabilitação de partes da cidade, quer ocupações novas.

O tema da dissertação resulta duma convergência de experiências sobre A cidade do Porto, uma cidade que não é a minha, e das experiências de vida em habitação comunitária. Desde há quatro anos que estudo no Porto, tenho vivido sempre no centro da cidade. Diariamente deambulo por um cenário de progressiva desertificação, de ruína e abandono mas ao mesmo tempo, do crescente despertar para a reabilitação da “Baixa”. Uma anterior experiência pessoal de vida, numa residência de estudantes no Porto, foi-me despertando para uma nova consciência e procura de uma nova realidade nas mesmas ruas que outrora pensava conhecer. Consequentemente, uma reflexão sobre a conciliação de reabitar e do construir novo no Porto e a introdução de novos ou “já velhos” conceitos e experiências arquitectónicas e sociais no Porto. A contínua ideia de comunidade, troca de saberes e oportunidades, associada a conceitos arquitectónicos repletos de potencialidades a serem descobertas ou redescobertas, aliciou-me como tema de Dissertação.

Nos interstícios deixados por dispersão urbana e difusão insustentáveis, ensaiamos um método, de descoberta de casos a diferentes escalas. Desde a escala arquitectónica do edifício à escala urbana de uma pequena praça ou largo de quarteirão. Olhando para as formas de habitar adiciona-se o conceito de um espaço colectivo interno. A descoberta destes casos desenvolveu-se, sempre que possível, através da visita, a uma pesquisa local e histórica e a entrevistas aos moradores dos mesmos.

O trabalho estrutura-se em dois capítulos, claramente distintos um do outro. O primeiro procura estabelecer um primeiro discurso sobre os temas, debruça-se sobre a sua descoberta teórica e particularidades conceptuais, fazendo comparações e especulações entre outros modelos arquitectónicos e urbanísticos. É um capítulo mais abstracto e, no entanto, mais objectivo, sendo acompanhado por uma linguagem correspondente, com as mesmas características. Sucedendo-o, o segundo capítulo procura estabelecer um contacto mais directo com os, outrora, casos de estudo, agora, lugares e pessoas, reflectindo uma leitura e abordagem mais subjectiva e pessoal, respectivamente apresentada com uma linguagem do mesmo género. Este último, tenta também estimular o confronto entre realidades diferentes, fazendo referência a exemplos internacionais, e a diferentes escalas. Nomeadamente, os casos no Japão, assentes no seio de uma cultura claramente diferente da nossa, procuram provar uma ideia comum, ainda que afastados por meio mundo. A dificuldade de visitar estes exemplos, impôs que o método de estudo se tenha apoiado principalmente nas referências bibliográficas dos autores.

Julgámos que, face a um assunto da actualidade, encontrássemos bastante bibliografia sobre o mesmo, no entanto, foi particularmente difícil encontrar referências bibliográficas sobre os temas. Aliás, já em Florença, Itália, durante o desenvolvimento do projecto de *Laboratorio di Urbanística*, na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Florença, durante o ano lectivo de 2009-2010, quando tive o meu primeiro contacto com os termos: *Cohousing* e *Coworking*, tinha experienciado essa mesma dificuldade de acesso a fontes bibliográficas relativas ao assunto em questão.

PARTE I . COHOUSING, COWORKING, AS PALAVRAS

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TERMOS

A globalização da linguagem é um fenómeno que acompanha a económica e acultural realidade, o recurso a palavras *Cohousing* e *Coworking* são quase inevitáveis. Isto é, ainda que língua portuguesa possa ter correspondentes linguísticos como Co-habitar e Co-trabalhar, respectivamente, o uso destes termos “globais” são necessários para uma compreensão contemporânea global dos termos e de seus temas subjacentes. Tal como no renascimento a língua portuguesa se estendeu ao mundo, hoje, o Inglês faz parte do quotidiano linguístico, de qualquer povo tocado pela globalização.

O prefixo “Co” em Co habitar ou Co trabalhar, encontra-se também em “Cooperar” ou “Comum”, “Comunidade”. Então compreender conceitos como *Cohousing* e *Coworking*, exige uma percepção das palavras e respectivos conceitos “Comunidade” e “Cooperação”.

“Um dos primeiros mentores do conceito de comunidade foi Tonnies, que estabelece pela primeira vez a distinção entre comunidade (Gemeinschaft) e sociedade (Gesellschaft), sendo uma definida em contraponto da outra. A comunidade - assente ora no território comum (casa, aldeia, região, nação), ora na partilha da mesma língua, crença, etnia, corporação eclesiástica ou profissional representa uma entidade social de identidade e interconhecimento, onde os actores sociais são vistos no seu todo, onde se fundem as vontades e se entrelaçam as relações sociais primárias face a face, relações estas perpassadas de laços personalizados de intimidade e emoção, bem como de regras adstritas de coerção e controlo sociais. Já, porém, a sociedade, composta por associações de diversa índole, na sequência dos conceitos jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII, constitui um agregado social de base racional e voluntária, cuja adesão pressuporia um acto voluntário e livre dos indivíduos e cujas relações se definiriam como fragmentárias e segmentarias, impessoais e secundárias”.⁶

“Comunidade” é, no entanto, uma palavra que hoje gera diferentes definições, ou melhor, uma definição clássica e outra contemporânea. A definição clássica, já apresentada, incorpora de um modo geral três características essenciais: interacção social, laços compartilhados e localização geográfica comum, mas também implica outros atributos como escala humana, pertencer, dever, “*gemeinschaft*” (espírito comunitário), etc. O uso contemporâneo seguiu mais num sentido duma associação abstracta da palavra, como a “comunidade científica” ou a “comunidade gay”, e também para acomodar fenómenos da comunicação contemporânea como a “comunidade virtual”.

Então, se o critério de localização geográfica comum é ignorado, Comunidade torna-se caracterizada apenas pelos dois primeiros critérios, nomeadamente, uma certa qualidade ou medida de interacção social dentro de determinado grupo, seus laços compartilhados e interesses comuns. Para o propósito desta dissertação, estes serão os atributos definidores de Comunidade. Isto assimila bem a etimologia da palavra. Palavras como “comum”, “comunidade”, “comuna”, “comunitarismo”, “comunalismo” e “comunismo” tiveram origem da palavra francesa “*communer*”, que significa partilhar. Por sua vez a palavra francesa deriva do Latim, “*communis*”; “*com*” (com) e “*munius*” (deveres). Daí, partilhar é fundamental numa comunidade, tal como são as relações pessoais e a noção de compromisso.

⁶ comunidade (sociologia); In Infopédia [Em linha]; Porto: Porto Editora, 2003-2011; [Consult. 2011-03-01]

⁷ MELTZER, Graham; Sustainable Community: Learning from the Cohousing model; TRAFFORD; 2005, p.2

SOCIEDADE, ARQUITECTURA, CIDADE, CIDADANIA

A cidade, é por excelência, palco de manifestações de comunidades, é a própria formalização de sociedade e consequentemente de comunidades.

O Homem, como identidade social, é, por natureza, atraído a agrupar-se, a criar e envolver-se numa sociedade. E o que é sociedade? Ao longo da História o tema tem vindo a ter diferentes definições, por vezes até contraditórias.

“Pode-se definir sociedade como sendo um grupo extenso e duradouro, que se junta num espaço e que responde a uma necessidade primeira de apoio e protecção, uma tendência fundamental no homem, sendo mais fácil essa aquisição vivendo em conjunto.

Esses grupos unem as suas individualidades, estruturando-se pelas suas dependências recíprocas e tendem para o desenvolvimento. Geralmente quando se fala de sociedade, fala-se do ser humano, e neste caso é o conjunto no qual a vida do homem está integrada, tendo em conta as suas ocupações, os seus desejos e os seus actos. Estas sociedades têm um carácter mais dinâmico, já que mais facilmente tendem para a mudança e para a evolução.

Cada vez mais a sociedade moderna tem um carácter urbano, transformando-se numa multiplicação dos centros de interesse relacionais e tendo como objectivo o desenvolvimento, já não meramente pessoal, mas da comunidade.

Para Aristóteles, o agrupamento dos homens, a sociedade tem um carácter muito natural, já que o seu crescimento é orgânico: primeiro a família, depois a aldeia e finalmente a cidade. O homem é investido de uma sociabilidade inata e tende a organizar-se em sociedade, pois sente-se feliz a viver em conjunto. A sociabilidade do homem é uma disposição de natureza, já que o homem é naturalmente para o homem o mais útil e o mais precioso dos bens.

Com Marx, surge a importância cada vez maior do factor social, o homem em contacto com os outros, factor que determina a sua personalidade. A história do indivíduo não pode ser dissociada da história e da evolução da sociedade onde vive. Afirma que a sociedade não é uma unidade, mas está dividida por classes sociais e evolui para uma luta de classes, pela existência de interesses diferentes”.⁸

E se a sociedade está por natureza ligada ao Homem e vice-versa, por sua vez, a Arquitectura está intrinsecamente ligada à sociedade e à cidade. A arquitectura, mais do que uma necessidade do Homem, de abrigo, torna-se condição autónoma do mesmo. Isto é, quando o homem vive num meio organizado, numa sociedade, por definição, geradora e gerida por leis e regras próprias, é-lhe desenvolvida uma consciência organizadora e espacial. O homem não pode escolher ser autónomo da arquitectura, porque esta faz parte do mesmo. Qualquer homem, hoje, nasce numa sociedade e espaço urbano, se entendermos qualquer espaço urbano como espaço dotado de uma organização urbanística e arquitectónica.

⁸ sociedade; In Infopédia [Em linha]; Porto: Porto Editora, 2003-2011; [Consult. 2011-06-21]

Então, se a cidade é formalização urbanística de arquitectura, intrinsecamente ligada à sociedade e ao Homem, será de dizer que a cidade absorve os valores e consciência dos homens, de um grupo ou indivíduo. Para Munford, cidade é a concentração de poder e cultura de determinada comunidade. E a cidade é gerida, em regra, por um Estado.

“‘Civitas’, ou Estado, designa o estado jurídico das coisas, o seu todo, em relação aos seus próprios membros, o estado jurídico das coisas sob uma vontade que os unifique, isto é, de uma constituição (constitutio). A mais importante tarefa do Estado é a de salvaguardar a justiça. O Estado em si mesmo é a unificação de um conjunto de homens sob leis jurídicas. Um tal Estado contém três poderes, vontade geral unida em três pessoas - “trias políticas”, que compõem três premissas de um raciocínio da razão prática: poder soberano, na pessoa do legislador; poder executivo, na pessoa do governante, em obediência à lei; e o poder judicial, na pessoa do juiz. Kant baseou-se nestas premissas, para desenvolver e fundamentar a sua ideia de paz perpétua - ideia de comunidade pacífica de todos os povos da Terra”.⁹

No entanto a cidade, como ser vivo, mutável e em constantes mudanças e desenvolvimento, é reflexo de valores humanos, o seu espaço, não só é palco, mas também é a concretização dos valores sociais e culturais de determinada sociedade em determinado tempo.

⁹ *Estado*; In Infopédia [Em linha]; Porto: Porto Editora, 2003-2011; [Consult. 2011-06-21]

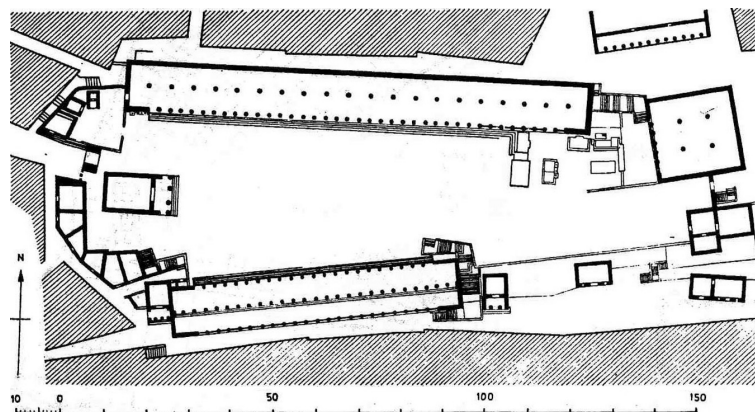
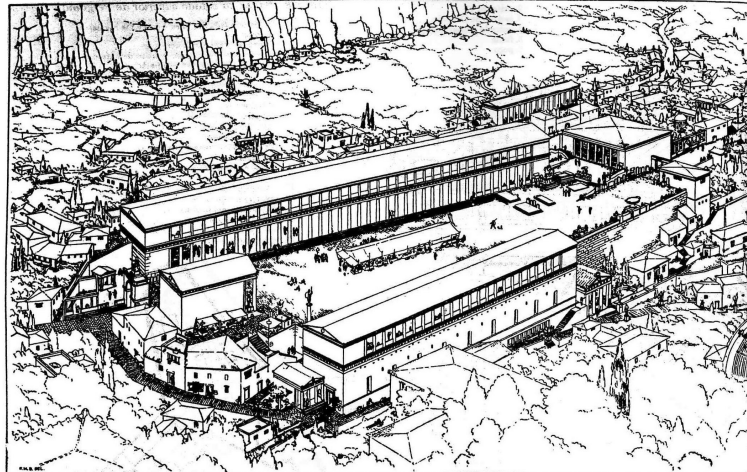


FIG.1.1, FIG.1.2 ÁGORA HELENÍSTICA DE ASSOS

ARQUITECTURA COMO VALOR HUMANO

É de notar que a sociedade e, conseqüentemente, a cidade, altera-se mais radicalmente face a catástrofes, e grandes movimentos políticos ou culturais, datas relevantes na história. Ao longo da história, é durante os tempos de maiores opressões que as comunidades são mais fortes. É face a uma grande disparidade de poder centralizado, que as massas se encontram, conseqüentemente, em pé de igualdade, deste modo se tornam mais solidárias com o próximo, seu igual. É face a adversidade que o Homem, para melhor ou pior, se faz conhecer a ele próprio e aos outros.

A cidade, enquanto formação, em época de catástrofes e, ou lutas sociais e políticas é geradora de colectivismo. As lutas dos homens, a ideologia social que lhe está inerente, reflectem-se na formalização da cidade, nos espaços públicos da cidade. Ao mesmo tempo, é durante esse tempo, que estes espaços têm mais dificuldade em nascer. Na ditadura de Salazar, ainda que no contexto particular português, espaços como pequenos anfiteatros, espaços públicos, que por natureza, pudessem geral discussões e manifestações políticas, eram abolidos e censurados. Portugal, durante a ditadura, foi o único país europeu a ter uma polícia própria de repressão política. Essa circunstância produziu grandes feridas no estar social e cultural das cidades e pessoas. Quando os nossos vizinhos mediterrânicos espanhóis e italianos vivem de modo mais intenso o espaço público, a forma de cidade cresce com essa necessidade; em Portugal essa necessidade foi substituída por medo e opressão política, que ainda se reflectem no nosso modo de habitar o espaço. No entanto, ainda que dependendo do contexto cultural, esses espaços ganham força e forma no auge destes eventos, ou após os mesmos, correspondendo aos períodos de reconstrução urbana e social gerando mais e diversos espaços destinados ao colectivo, à comunidade.

Por sua vez, é quando a sociedade está estabilizada que o individualismo ganha lugar ao colectivismo. Numa fase de prosperidade económica, o homem é levado, por natureza, a gerar riqueza, e tornar-se individualista. Do mesmo modo, a cidade, reflexo das vontades e valores do homem, cresce nesse sentido.

A renovação do interesse pelas cidades marcou o início do novo século. O século XXI será um século urbano, quando irão viver mais pessoas em cidades do que em qualquer outro tipo de formação espacial. Para além do crescimento demográfico, há também a constatação de que as cidades são os locais de administração e controlo do capitalismo global contemporâneo. Os teóricos da “*cidade global*”¹⁰ falam numa ecologia da globalização.

¹⁰ SASSEN, Saskia; *The Global City*: New York, London, Tokyo; Princeton University Press; 1991

1. Heroon (edifício para o culto dos heróis)
2. lojas
3. acesso principal à acrópole
4. alicerces do Propylon (pórtico de entrada)
5. escadaria que leva aos palácios
6. recinto de Atena
7. templo de Atena
8. biblioteca
9. uma casa
10. palácio de Eumene II
11. palácio de Átalo I
12. casas helenísticas
13. quartéis e torre de comando
14. arsenal
15. templo de Trajano
16. teatro
17. templo de Dioniso
18. terraço do teatro
19. pórtico de duas naves
20. altar de Zeus
21. ágora superior
22. templo da ágora

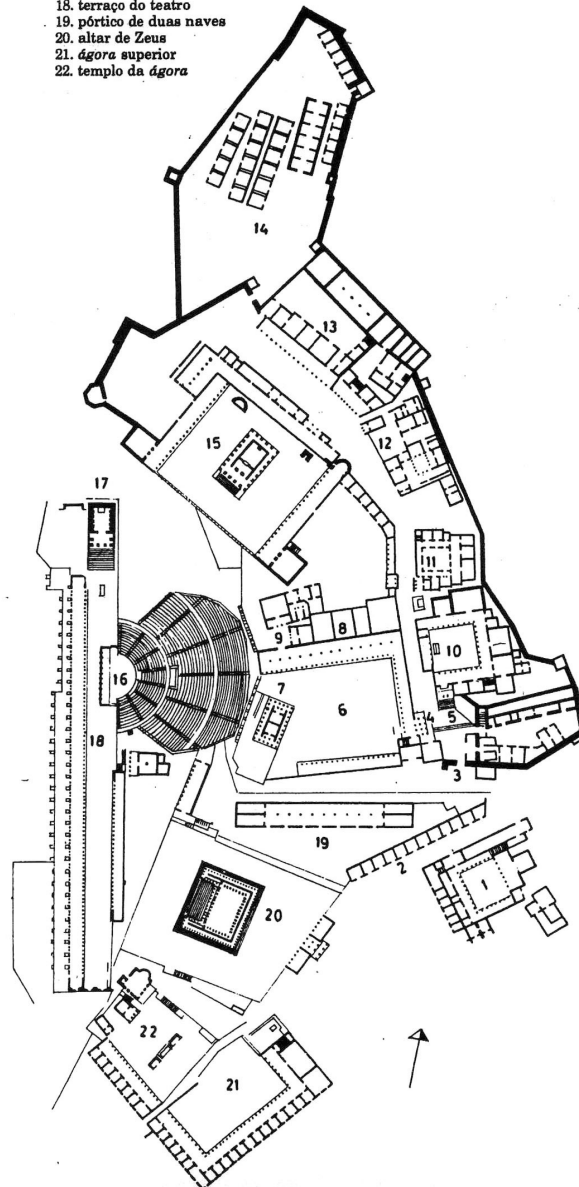


Fig.2 Cidade superior de Pérgamo

COHOUSING . DEFINIÇÃO

Cohousing é uma forma habitar que procura um equilíbrio entre o espaço privado e social de uma comunidade. Uma forma de comunidade intencional onde um grupo de pessoas possui dependências privadas mas onde também partilha um conjunto de espaços comuns e destinados à socialização entre os mesmos. O espaço exterior público, o modo como se relaciona com as restantes dependências privadas ou comuns é de extrema importância pelo que tem um papel fundamental na sugestão, quase “obrigação” de sociabilização.

*“Cohousing, uma forma de habitação comunitária baseada em aldeias, de grande sucesso, encontradas em muitos países Escandinavos. Um grupo de pessoas compram terras em conjunto, constrói a sua casa separadamente a par de uma maior casa comunitária. Residentes de todas as idades partilham o desejo de um ambiente familiar mais rico e social. Baseado em princípios democráticos, a comunidade não tem gestão profissional, pelo contrário, cada residente serve num comité de grupo-de-interesse.” ... “Mas é principalmente a arquitectura – o desenho único dos fogos individuais e serviços comuns – que encoraja e mesmo exige um sentido de comunidade”.*¹¹

“Cohousing, uma nova forma de comunidade intencional, que fornece pistas para a ligação entre a dinâmica social de um grupo e os comportamentos pro-ambientais dos seus membros.” (...)
*“Cohousing tem uma arquitectura e características próprias de planeamento territorial. A casa comum é típica e propositadamente implantada dentro do complexo urbano, ou bairro. Dependências privadas e autónomas são integradas conjuntamente com serviços comuns e espaços recreativos, tais como cozinhas, salas de jantar, oficinas e espaços para crianças”.*¹²

*“Cohousing é definido como uma forma de habitação comunitária que oferece aos residentes um sentido tradicional de vizinhança. Cada comunidade Cohousing tem residências privadas, completamente equipadas assim como serviços comuns, que incluem a casa comum. Cada comunidade Cohousing é projectada e gerida por aqueles que escolheram viver na comunidade”.*¹³

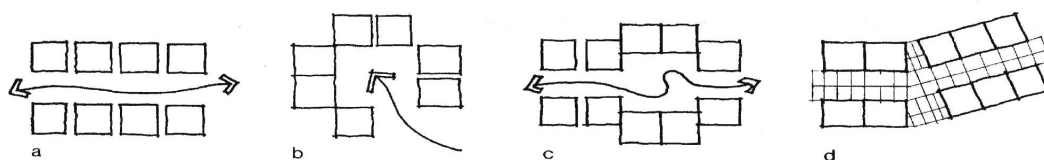


Fig.3 Modelos mais genéricos de implantação de Cohousing, [McCamant e Durret, 1994]

¹¹ PORCINO, J; Living longer, living better: Adventures in community housing for the second half of life; New York: Continuum; 1991, p.1; tradução livre

¹² PORCINO, J; idem

¹³ LUKEN, Katherin; Cohousing in America: Adapting the principles of Danish cohousing to urban Indianapolis; Bachelor of Architecture thesis. Ball State University; 2002; tradução livre

COHOUSING . ORIGEM

Habitação Coopertiva e *Cohousing* são dois termos que partilham um conceito similar baseado num tipo de habitar em comunidade. “*Cohousing*” por Kathy McCamant, “Colaborative Communities” por Dorit Fromm e “Living Longer, Living Better” por Jane Porcino, todos discutem esta forma de habitar.

A teoria moderna do *Cohousing* começou em meados dos anos 70 na Dinamarca. É importante estudar a história do *Cohousing* e alguns dos seus exemplos, de diferentes concepções, de modo a compreender o que realmente envolve uma comunidade de *Cohousing*. A natureza do *Cohousing* é, icónicamente, a interacção social e o modo como se reflecte a natureza dos próprios indivíduos que interagem com uma comunidade em particular. O *Cohousing* na Europa tem sido adaptado desde a sua primeira experiência a uma variedade de espaços físicos e encontro de necessidades sociais (Fig.4.1-3).

Dorit Fromm não faz distinção ao que ele chama “collaborative housing” e que Kathy McCamant descreve como “*Cohousing*”. *Cohousing* tornou-se aceite como termo devido a não ser um termo invasivo ou “assustador” e descreve um tipo de habitar que é diferente daquilo que conhecemos como Habitação cooperativa e Comunas.

Cohousing apareceu pela primeira vez na Dinamarca durante os anos 70 e espalhou-se pelo norte da Europa durante os anos 80. Nos anos 90 implantou-se nos Estados Unidos, Canadá e Austrália. Mais recentemente, tem surgido projectos de *Cohousing* no Reino Unido, Nova Zelândia e Japão. É interessante distinguir o modelo americano, isto pelo facto que o conceito e modelo de *Cohousing* nos Estados Unidos são vistos pelo mercado imobiliário como um crescente fenómeno de sucesso. Isto é, o mercado imobiliário americano tem vindo a explorar o conceito de *Cohousing* numa espécie de “bairro fechado” ou “condomínio fechado” onde os espaços e serviços comuns tendem a crescer e focalizar uma classe alta da sociedade. Aí se formam bairros elitistas segregados da sociedade, numa espécie de alienação do conceito original, que pressupunha, sobretudo, uma intenção comum de contacto e interacção comunitária, independentemente da classe ou estrato social dos moradores.

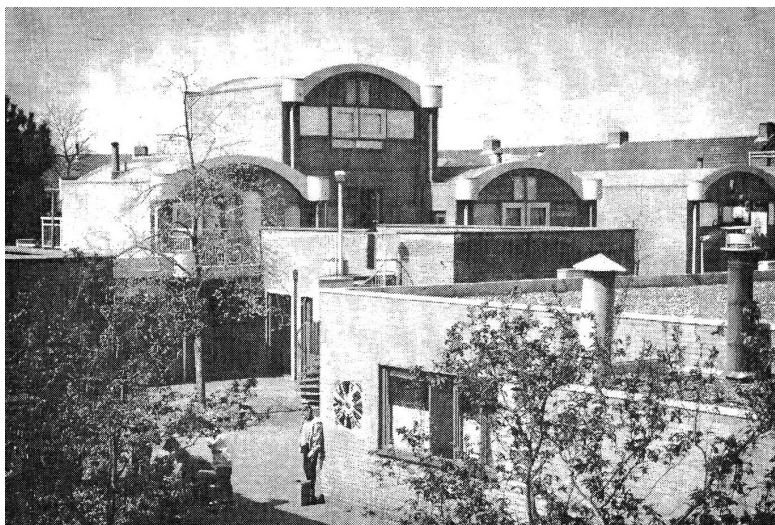
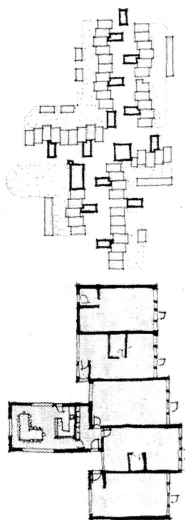


FIG.4.1, FIG.4.2, FIG.4.3 COHOUSING HILVERSUM, HOLANDA, LEO DE LONGE E PIETER WEEDA; 1977

PRIMEIRA COMUNIDADE COHOUSING

Segundo (Roberts, Lisa; 1994; 16), em 1964, O Arquitecto dinamarquês Jan Gudmand-Hoyer encontrou-se com amigos para discutir as suas opções de habitação. Ele e a sua esposa queriam começar uma família, mas não queriam viver na cidade num cenário de decadência e ausência de espírito de comunidade. O grupo concordou que nenhuma habitação unifamiliar nos subúrbios nem qualquer tipo de edifício multi-familiar eram opções satisfatórias. Palacetes que partilham um pátio ou logradouro pareciam, de certo modo, opções mais favoráveis, embora sem um verdadeiro sentido de comunidade. Mais tarde, leram trabalhos antigos que descreviam espaços de serviços comuns, entre os quais, cozinhas e espaços para crianças comuns. No final de 1964, o grupo desenvolveu activamente a ideia de *bofaellesskaber*, origem do actual conceito de *Cohousing*. O grupo comprou terra e projectou a urbanização. Embora tivessem apoio estatal local, os vizinhos opuseram-se e, com sucesso, impediram o desenvolvimento do processo. Então compraram terrenos que podiam ser urbanizados. Em meados dos anos 60, a sociedade começou a questionar velhos dogmas, regras e comportamentos, identidades ideológicas e religiosas e comunas tornaram-se visíveis à sociedade. Tornaram-se particularmente populares entre as camadas mais jovens da sociedade. No entanto, para casais com crianças este modelo de habitação não era uma opção realista a longo prazo. Um artigo de 1967, '*Children Should Have One Hundred Parents*', argumentou que as crianças são toleradas pela maioria da sociedade e que um ambiente habitacional positivo deve ser social e espacialmente amigo das crianças. A autora, Bodil Craae, pôs um anúncio no jornal procurando de pessoas interessadas numa habitação colectiva apoiada, principalmente, num ambiente espacial e socialmente, saudável para as crianças. Recebeu mais de cinquenta respostas ao anúncio e o grupo começou a organizar-se e a realizar o seu sonho. [Lisa Roberts, 1994]¹⁴

Em 1968, com os textos de Graae e Gudmand-hoyer e os seus amigos começaram definitivamente a trabalhar no projecto num local em Jonstrup, visto que a sua primeira tentativa tinha sido recusada. No final de 1972, vinte e sete famílias mudaram-se para Saettedammen em Hillerød. Um ano mais tarde, trinta e três famílias mudaram-se para Skaraplanet, perto de Ballerup. [Lisa Roberts, 1994]¹⁵

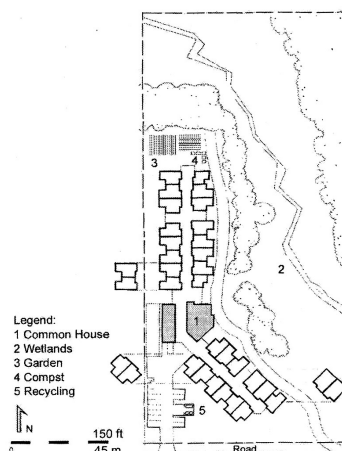


Fig.5.1 Cohousing WindSong, Canada, Davidson, Yuen & Simpson, 1991-96

¹⁴ ROBERTS, Lisa; Cohousing As An Urban Housing Alternative in Indiana; Bachelor of Urban Planning and Development of Ball State University; 1994; p. 16

¹⁵ ROBERTS, Lisa; idem

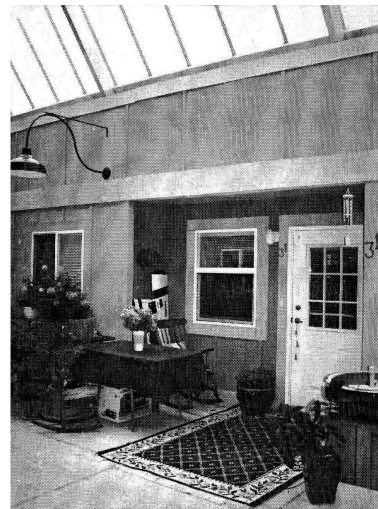


Fig.5.2, Fig.5.3, Fig.5.4 Cohousing WindSong, Canada, Davidson, Yuen & Simpson, 1991-96

PARÊNTESES SOBRE OS ANOS 60

Os anos sessenta foram palco de grandes alterações culturais, e por consequência, protagonistas de especiais mudanças nos cânones arquitectónicos e urbanísticos. Pareceu-nos de interesse uma melhor compreensão da origem das preocupações e das expressões arquitectónicas e urbanísticas desta década de revolução de valores.

Nos anos 60 do século XX ocorreu uma série de transformações na mentalidade em todo o mundo devido aos mais diversos factores, desde o movimento hippie ao surgimento da pílula contraceptiva. Conheceram os hábitos sexuais uma grande alteração face à moral sexual conservadora, facilitando-se e difundindo-se as relações pré e extra-matrimoniais. Oito anos depois, com os movimentos estudantis e a "revolução sexual" potenciou-se o conhecimento intrínseco e completo da natureza sexual do ser humano, sem tabus. Entretanto, um novo ícone feminino, imitado pela generalidade das mulheres, começava a impor-se por Hollywood: Marilyn Monroe (Fig.6), simbolizou o apetite do público por um ideal esteticamente agradável e pleno de sensualidade, notabilizado também por actrizes como Jayne Mansfield e Elizabeth Taylor. A mini-saia, invenção da estilista britânica Mary Quant, assim como o "monoquini" e o penteado "à pajem", andrógino, dos Beatles causaram grande impacto nos anos 60, contribuindo para um autêntico choque e uma revolução dos cânones morais e estéticos. [In Infopédia, 2003-2011]¹⁶

Em 1963, o discurso '*I have a dream*', de Martin Luther King (Fig.7), marcava um importante ponto de viragem histórica nos Estados Unidos, em que a discriminação racial começava a ser contestada pelos negros e condenada em alguns casos, apesar de se ter manifestado uma grande resistência por parte de determinados sectores da população e do governo. Luther King instigava uma forma pacífica de reacção, conseguindo com que o presidente americano Lyndon Johnson aprovasse em 1964 a lei contra a discriminação racial. O artista Andy Warhol, por seu lado, procurou através da Pop Art, usando fotografias de desastres publicadas na imprensa, alertar para a efemeridade da fama e a crueldade e atrocidades vividas todos os dias, além de criticar o consumo. Tal foi também um dos aspectos criticados pelo movimento hippie, ao adoptar um modo de vida ligado à natureza e à manufactura dos objectos que necessitavam, tendo por outro lado inaugurado sobretudo nos EUA uma época de excessivo consumo de drogas e alteração da estrutura social, uma vez que se criaram as comunas hippies, onde imperava o amor livre e morriam constantemente pessoas com overdose, devidas principalmente à insatisfação com o modo de vida corrente de determinados estratos sociais e com a política de guerra, no Vietname, do país. Critica-se também o puritanismo e a incompreensão de núcleos sociais mais conservadores perante o avanço e as necessidades dos novos tempos.

[In Infopédia, 2003-2011]¹⁷

¹⁶ *Anos 60: O Aparecimento de Uma Nova Mentalidade*; In Infopédia [Em linha]; Porto: Porto Editora, 2003-2011; [Consult. 2011-06-12]

¹⁷ *idem*



Fig.6 Marilyn Monroe, (1926-1962)



Fig.7 Martin Luther King, (1928-1968)

Com os novos hábitos e abalo dos dogmas culturais e sociais, o acto de habitar começa a transmutar-se, a família dissolve-se, a mulher ganha independência do seu protagonismo doméstico, e conquista o seu lugar na sociedade, a par do homem. A sociedade absorve contradições, o período de individualização e crescimento económico, como foi exposto anteriormente, criou ao mesmo tempo uma insatisfação de sociabilização, de sentido de comunidade, privilegiando o aparecimento de novas iniciativas com esse mesmo cariz urbano.

Arquitectos como Frank Lloyd Wright e Le Corbusier, também detiveram um papel de relevo na reformulação dos cânones arquitectónicos para as novas necessidades da sociedade. Segundo Kenneth Frampton, Frank Lloyd Wright *“foi induzido a formular um novo papel para a arquitectura no contexto da reestruturação da ordem social nos Estados Unidos”*.¹⁸ O mobiliário embutido, no interior das suas casas, faz tanto aumentar o espaço das casas pequenas, como facilidade de mobilidade doméstica e liberdade da mulher, do seu papel, tradicional, de doméstica. Isto é, a estrutura fixa do mobiliário e consequente organização espacial permitiria uma rápida e fácil apreensão da localização do mesmo e dos objectos que continha, facilitando o processo de introdução do homem ao ambiente doméstico. Paralelamente, Frank Lloyd Wright instigou a cozinha como centro da casa, negligenciando a hierarquização e segregação dos espaços, onde toda a família era reunida como igual. No edifício Johnson Wax Headquarters (Fig.8), a mesma intenção de igualdade entre os trabalhadores está assente no espaço amplo de escritórios o – *“open-space”* – promovendo uma sensação de grupo e comunidade laboral.

Na Unidade de Habitação de Marselha, Le Corbusier já previa um novo conceito de família. Le Corbusier visionou uma sociedade na qual homens e mulheres são iguais e trabalhariam a tempo inteiro como iguais. Daí, ele prevê o fim da família como unidade económica na qual a mulher é responsável pelas tarefas domésticas e o homem pelo sustento da mesma.

[Kenneth Frampton, 2002]¹⁹

¹⁸ FRAMPTON, Kenneth; História Crítica da Arquitectura Moderna; Ed. Martins Fontes; São Paulo; 2003; p. 225

¹⁹ FRAMPTON, Kenneth; Le Corbusier. Architect in the Twentieth Century; Abrahams; 2002; p.93

AS SEIS QUALIDADES DO COHOUSING

Cohousing apresenta seis características essenciais, articuladas pela primeira vez por Kathryn McCamant e Charles Durrett no seu livro *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*, que aqui se resumem:

Espaço social | O espaço para a comunidade deve encorajar um sentido de comunidade. As residências privadas são geralmente dispostas segundo uma rua pedonal com uma casa comum no topo, ou em torno de um pátio comum. Todo o projecto deve ser orientado num sentido de potencializar ao máximo um sentido de comunidade.

Participação projectual | Os futuros residentes da comunidade devem participar no processo do projecto do complexo, de modo a completar todas os seus requisitos.

Serviços comuns e residências privadas | Estes serviços, de uso diário, complementam as residências privadas. A maioria das residências é de dimensões inferiores aos típicos fogos unifamiliares, pelo que os espaços comuns devem compensar essa perda de espaço aos moradores. Os serviços comuns, normalmente, compreendem uma zona de jantar comum, cozinha, sala de estar, sala infantil, lavandaria, atelier, ginásio e um ou dois quartos de hóspedes. Espaços recreativos estão, muitas das vezes, associados a espaços exteriores. No entanto, todos os residentes dispõem também de uma habitação privada, que lhes confere uma necessária privacidade e autonomia.

Gestão interna | As comunidades de *Cohousing* são geridas pelos próprios membros. Os residentes, na medida das suas capacidades, fazem a manutenção necessária, e devem participar activamente no espírito de comunidade. São os próprios quem deve desenvolver as políticas e regras de funcionamento interno.

Estrutura igualitária | Não existe uma estrutura hierarquizada nem a definição de um líder, ninguém tem autoridade sobre o outro. Procuram-se soluções por consenso e democraticamente. A realização de tarefas domésticas é distribuída e organizada por toda a comunidade.

Objectivos sociais pragmáticos | Há objectivos concretos no âmbito de alcançar uma maior vivência em comunidade e interacção social, nomeadamente entre extractos sociais e profissionais diferentes, de modo que haja uma constante e estimulante interacção. No entanto as comunidades *Cohousing* não partilham bens económicos. Trabalhar em prol da comunidade não deve ser renumerado e, em geral, é considerado uma contribuição para a comunidade.

COWORKING

“Eu comecei por me perguntar, ‘porque não posso combinar a estrutura e comunidade de um emprego com a liberdade e independência de trabalhar para mim mesmo?’”

[Brad Neuberg, 2005]²⁰

O conceito de Coworking (trabalho em cooperação) foi criado por Brad Neuberg, um programador informático americano que abriu um escritório em São Francisco denominado “*Hat Factory*”, aberto à comunidade. *Coworking* refere-se, assim, à partilha de um espaço, tipicamente de escritório, por diversas pessoas, tais como profissionais liberais, sem uma relação aparente, que procuram as vantagens do trabalho em conjunto. Em geral, alugam um posto de trabalho constituído por uma secretária ou uma simples cadeira. *Coworking* é, então, um conceito espacial que visa juntar espaços de trabalho partilhados por profissionais independentes num espaço destinado à sociabilização, comunicação, acessibilidade e cooperação. A flexibilidade e mutabilidade dos espaços ou de um grande espaço é uma característica essencial do conceito. Os espaços comuns são talvez os mais importantes no sentido em que permite os indivíduos assimilarem uma relação de pertença a determinada comunidade. É na natureza dos espaços comuns e na simbologia que estes possam assumir ou representar que um espaço de *Coworking* se pode distinguir de qualquer outro.

“Em Coworking, um grupo de profissionais independentes partilham um único grande espaço de escritórios, com as vantagens que não teriam em casa, tais como salas de conferência, máquinas de café e oportunidades de socialização. Locais de Coworking, normalmente, dão aos membros a opção de alugar uma secretária, passando esta a constituir o seu próprio espaço pessoal. Simultaneamente, devem, também, assegurar opções temporárias, onde as pessoas podem deambular, parar e trabalhar numa área comum, reservada a taxas inferiores ou até mesmo gratuitas”.²¹

“O Coworking é um conceito já bem estabelecido nos EUA, em algumas das mais importantes cidades europeias e, basicamente, consiste na instalação de espaços de trabalho partilhados por profissionais independentes, tais como designers, ilustradores, tradutores, jornalistas, entre outros. O ambiente é do género de um Café replicando uma certa informalidade deste mas incorporando serviços básicos e algum conforto (internet, mesa e cadeira individuais, café gratuito, etc.)”.²²

²⁰ NEUBERG, Brad; criador do termo Coworking, 2005; tradução livre

²¹ DeBARE, Ilana; “Shared work spaces a wave of the future”; in San Francisco Chronicle; 2008; tradução livre

²² <http://www.coworklisboa.pt/pages/espaco>; [Consult. 2011-02-05]



Fig.8 Edificio da Johnson Wax Headquarters, Wisconsin, EU, Frank Lloyd Wright, 1936-39

Espaços de *Coworking* têm sido objecto de grande projecção, devido à enorme mediatização de algumas identidades que escolheram essa tipologia de organização espacial. São por exemplo os casos da Google e do Facebook (Fig.9.1-5). Os escritórios destas empresas de renome internacional adoptaram esta tipologia de espaço de trabalho em comunidade pelo que, segundo os mesmos, a própria natureza do espaço informa possibilita e estimula a criatividade e produção. Sobre o escritório da Facebook, na Califórnia, diz-se: *“o espaço, um antigo laboratório industrial com aproximadamente 14 mil metros quadrados, uniu os trabalhadores da empresa que estavam dispersos por dez edifícios. Os funcionários participaram activamente na discussão sobre o projecto — pessoalmente ou através do próprio Facebook. O espaço é amplo, com muito poucas paredes, onde os espaços se autonomizam e identificam através das cores. Não há gabinetes e abundam espaços de sociabilização, com comida ‘gourmet’ gratuita e uma mesa de DJ. Os funcionários são estimulados a escrever nas paredes e muitos deles andam de skate dentro do escritório. Como uma página do Facebook, o escritório está em permanente evolução”*.²³

As alterações sociais que se têm feito sentir na sociedade portuguesa contemporânea, movidas pelos avanços tecnológicos, a constituição da sociedade de informação e a ocidentalização da cultura, factores integrantes do processo de globalização a que temos assistido, têm-se afirmado como factores de um grande impacto nos efeitos sobre o trabalho. Estes efeitos que paulatinamente reportam os indivíduos para situações de debilidade não só económica mas também social, constituem a base de toda a pertinência patente neste processo de investigação. Torna-se evidente a necessidade constante de prestar um contributo teórico, apresentando as formas como estas noções se encontram socialmente configuradas. Estamos perante um processo contemporâneo que produz mudanças e desarticulações face a modelos de espaço tradicionais e que requer a inovação para uma nova realidade.

Actualmente deparamo-nos com a emergência de novos ritmos sociais, uma característica inerente ao fenómeno da globalização. A expansão das relações políticas, económicas e sociais estabelece elevados níveis de ligação cultural, sendo esta uma questão cada vez mais consensual e alcançável por via dos avanços das tecnologias de informação e comunicação. Inúmeras alterações ocorrem neste contexto, o que leva a uma abertura de novas perspectivas e a uma maior necessidade de interpretar o seu impacto social, expressos nomeadamente em termos da configuração do mundo do trabalho. O desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitam a criação de diversas redes de comunicação e se apropriam de diferentes recursos é indissociável da forma de actuação e regulação social.

Face a tal realidade, em Portugal, já várias empresas e escritórios adoptaram este novo modo de trabalhar, e consequentemente procuram espaços arquitectónicos que lhes permitam tal. A estrutura piramidal das “mega” empresas, multinacionais, começa a diluir-se em favor do *‘open space’*, ou dos *‘lofts’* e de uma maior liberdade. No entanto, esta “nova” tendência, é de longe nova, como iremos explorar posteriormente. Aliás, é algo que nos é mais familiar do que pensamos, já que o encontramos, diariamente, nas ruas das nossas cidades.

²³ RIOS, Pedro; Hubs, uma nova maneira de trabalhar; in Pública; 2009

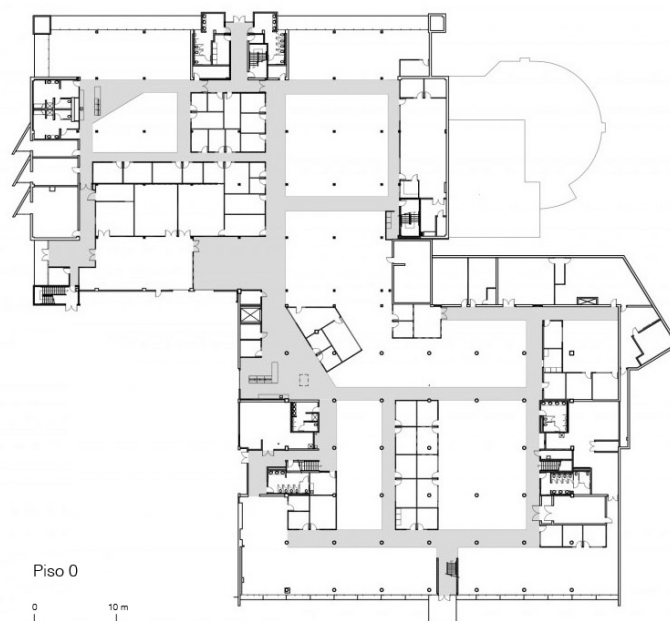
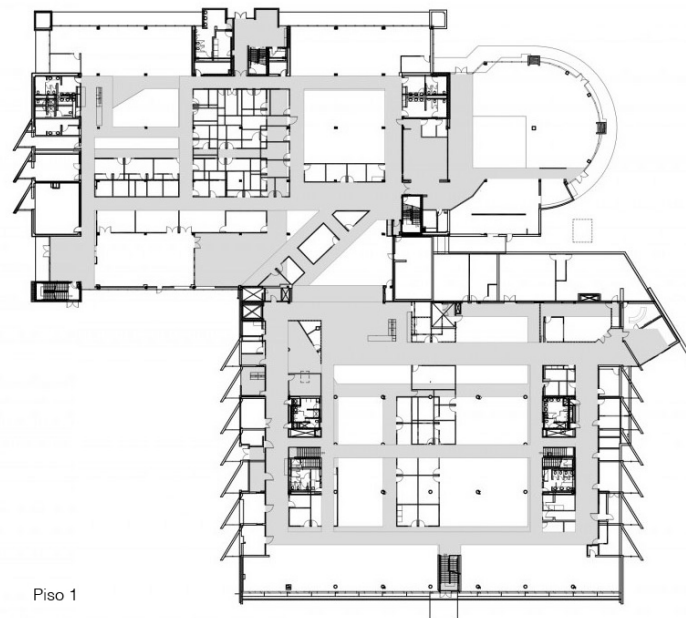


Fig.9.1, Fig.9.2 Escritórios da empresa Facebook, Palo Alto, Estados Unidos, O+A Studio, 2009

“Paralelamente às investigações dos movimentos de revisão do modernismo, nasce uma nova tipologia habitacional: o Loft. Se até aqui a experimentação da unidade habitacional se baseou mais ou menos em tipologias existentes ao longo de séculos, o loft surge como verdadeira ruptura na concepção da casa. Tem por origem um estilo de vida, a comuna urbana, totalmente diferente da vida comunal imposta pela arquitectura soviética pré-estalinista. Inñaki Abalos explica que na vida comunal socialista, o sujeito não toma posse de si mesmo como ser individual, ao contrário da vida comunal dos lofts nova iorquinos em que o sujeito, apesar de ser parte de um todo, é tido com um ser individual”.

O loft será basicamente uma casa-oficina com grande superfície e um grande espaço interno, quase sempre alugado por preços muito baixos, instalada num galpão industrial ou num armazém – geralmente datados do século XIX e situados num lugar central economicamente decadente – na qual se fundem os âmbitos privado e do trabalho. Um loft é, originalmente, uma porção de solo para aluguer ou à venda, dentro de uma estrutura de pisos, o modelo tipológico industrial do século XIX, geralmente medido pelo número de pórticos estruturais com suporte para fundição, que abarca. Poderá ser ocupado individual ou colectivamente, em função, basicamente, da capacidade económica, mas também dos interesses criativos ou o compromisso social do(s) seu(s) residente(s). [Inñaki Abalos, 2003]”²⁴

O conceito de *'open space'* é-nos, no entanto, familiar como modelo de organização espacial. Então, se aparentemente, o *'open space'* é um conceito antigo, do Movimento Moderno, caracterizado por amplos pavimentos, divisórias leves, o *Coworking* distingue-se porque serve, não uma identidade de empresa ou industrial única, mas trabalhadores independentes.

²⁴ MOURA, Maria Souto de; Ensaio de uma Ilha: um estudo sobre a habitação social contemporânea; Prova Final Licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 2007; Vol. I p.21-22



Fig.9.3, Fig.9.4, Fig.9.5 Escritórios da empresa Facebook, Palo Alto, EUA, O+A Studio, 2009

A CIDADE COMO GÊNESE DAS FORMAS DO HABITAR E DO TRABALHAR

As ideias de habitação comunitária ou trabalho em cooperação não são oriundas dos novos conceitos habitacionais, arquitectónicos e urbanos como o *Cohousing* e *Coworking*, é de facto, o oposto. A ideia de espaço comunitário é recorrente ao longo da história, e “novos” conceitos espaciais como “*Cohousing*” e “*Coworking*” são na realidade apenas variações, novas reinterpretações de conceitos e formalizações espaciais presentes no nosso quotidiano urbano. É, no entanto, no séc. XX que as questões de habitação social e pensamento urbano ganham maior ênfase, dadas as sucessivas alterações da sociedade nesse século. Daí, é importante uma pequena introdução a alguns dos debates urbanos e arquitectónicos que estão na génese deste discurso social, político e urbano, nomeadamente o fenómeno da habitação social.

A questão da habitação social ou de custos controlados nasce de uma questão urbana e social: a questão do alojamento das massas. Poder-se ia dizer que nasce com a revolução industrial, mas tal não é verdade. O problema do alojamento, nasce com a própria cidade.

*“Essa crise do alojamento não é particularidade do momento presente; ela não é mesmo um daqueles males que seja próprio do proletariado moderno e o distinguiria de todas as classes oprimidas que o precedem; antes pelo contrário, todas as classes oprimidas ao longo dos anos foram pouco a pouco mais ou menos igualmente atingidas”.*²⁵

*“Com a revolução industrial e consequente êxodo rural, a cidade europeia do séc. XVIII sofre profundas transformações, sendo que o problema do alojamento se agrava. É nesta altura, contemporânea ao nascimento do Socialismo Utópico de Karl Marx, que a questão do alojamento é problematizada social e politicamente, através de Friedrich Engels. Paralelamente à teorização desta questão nos campos da política, filosofia e sociologia, surgem diversas perspectivas quanto a este problema, nos campos da Arquitectura e Urbanismo”.*²⁶

Charles Fourier, gerador de uma visão socialista utópica, que visava a felicidade de cada um, a harmonia e a reconciliação de todos. O instrumento para realizar esses objectivos era o que Fourier chamara de falanstério. Para Fourier os Homens abandonariam a cidade e aglomear-se-iam em ‘*phalanges*’ de 1620 indivíduos, propriedades totalmente colectivizadas, vivendo em edifícios colectivos chamados de ‘*phalanstères*’ (Fig.10). Os falanstérios, seriam verdadeiros palácios para o povo, inspirados na construção dos grandes palácios dos reis de França, como por exemplo o ‘*Château de Vincene*’ ou o ‘*Château de Versailles*’. Fourier defendia uma sociedade comunitária, num espaço centralizado, e mais importante, onde toda a produção fosse colectivizada e comunitária.

*“O falanstério estará servido de instalações colectivas e organizado de forma centralizada”.*²⁷

²⁵ ENGELS, Friedrich; A Questão do Alojamento; Ed. Cadernos para o Diálogo; Porto; 1971; p.32

²⁶ MOURA, Maria Souto de; Ensaio de uma Ilha: um estudo sobre a habitação social contemporânea; Prova Final Licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 2007; Vol. I p.11

²⁷ BENEVOLO, Leonardo; Historia De La Arquitectura Moderna; Editorial Gustavo Gili; Barcelona; 1982; p.191; tradução livre

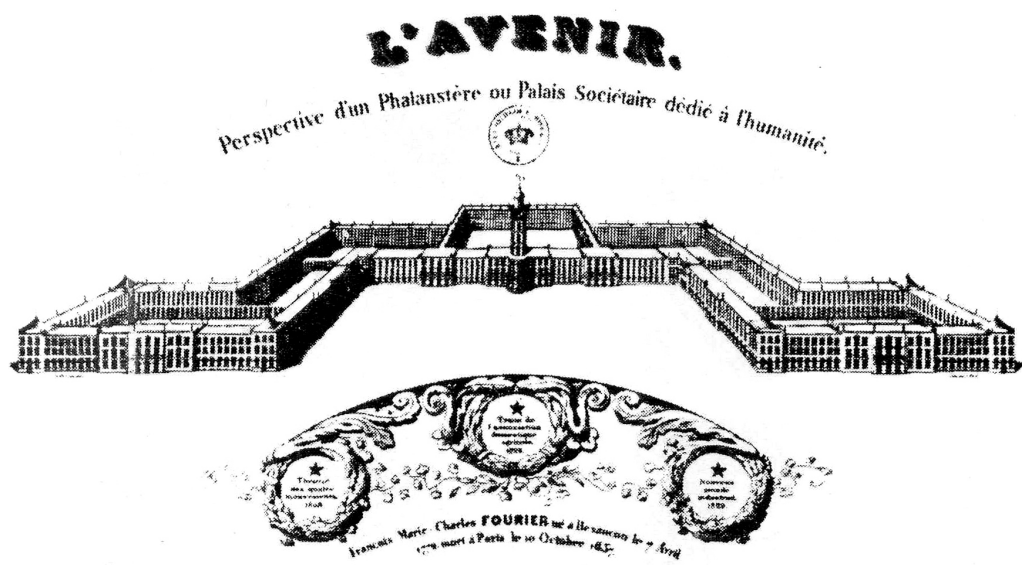


Fig.10 Falanstério de Fourier

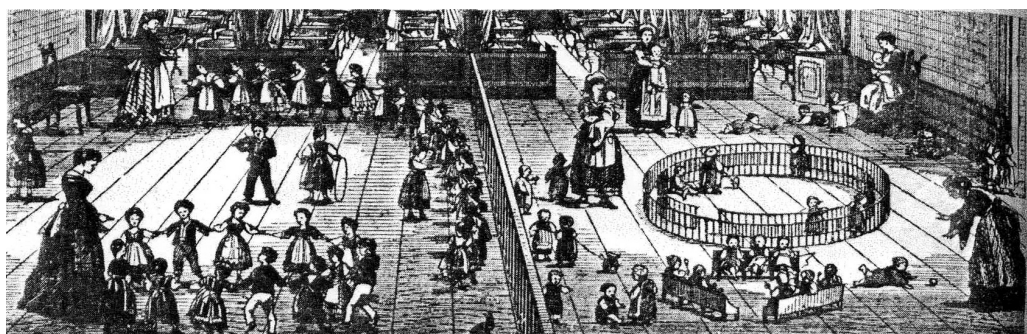
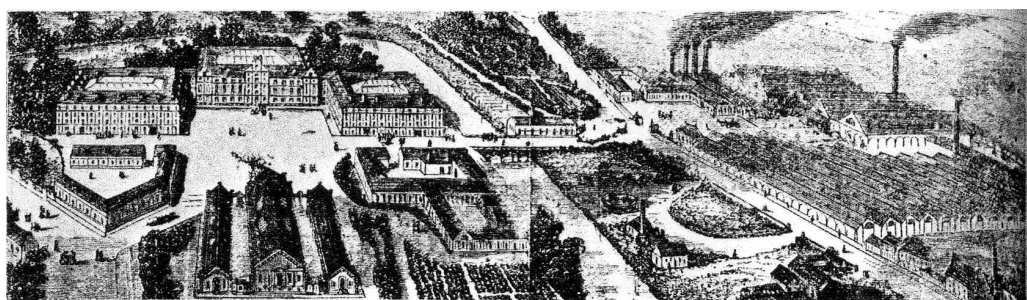


Fig.11.1, Fig.11.2 Familistério de Guisa, J. B. Godin

Mais tarde, J. B. Godin, desenvolve o ‘*Familistério*’ (Fig.11.1-2), modificando os planos de Fourier em dois pontos essenciais: em primeiro lugar, o peso da iniciativa apoiar-se-ia na indústria; em segundo lugar, a vida comum é abolida. Isto é, enquanto a organização por género, no falanstério de Fourier, era comum e por pisos, no familistério, de Godin, a cada família é atribuído alojamento individual, “*num grande edifício com pátios, que dispusesse além de um lar, uma escola, um teatro e outros serviços*”²⁸. Posteriormente, este conceito é desenvolvido em forma de cooperativas de produção.

O séc. XX viu surgir inéditos debates arquitectónicos e urbanos, político-sociais, desde a ideologia medievalista de William Morris, fazendo uma apologia a um sistema de génese rural; às Cidade-Jardim de Ebenezer Howard; à Cidade industrial de Tony Garnier e ao plano de Haussman para Paris e Viena, ao modelo progressista de Charles Fourier com os seus *Falanstérios*, à arquitectura soviética ou ao movimento moderno.

“Apesar de já ser clara uma vontade colectiva, da cidade, a partir da intervenção estatal, para resolver o problema do alojamento das classes mais pobres, esta não foi suficiente, sendo a situação agravada após a Primeira Grande Guerra.

Numa fase de antecipação ao modelo da cidade moderna, que só viria posteriormente com a teorização de Le Corbusier, surge um novo modelo urbano para resolver o problema de alojamento: os Siedlunguen (Fig.12.1-2). Este modelo, que aparece nas cidades do centro da Europa no período entre as duas Grandes Guerras, parte de um sentido social e duma nova concepção arquitectónica — o modernismo.

O modernismo na arquitectura, enquanto movimento e não estilo ou linguagem formal, parte do desejo de resolver a questão do alojamento das massas, através da estandardização e todo o sistema de produção, nascidos com a revolução industrial.

Os Siedlungen, caracterizam-se por grandes conjuntos residenciais de baixa e média densidade onde o edificado é autónomo do traçado urbano. As construções são volumes puros, lineares, dispostos paralelamente entre si, que vão determinar o traçado urbano e, não ao inverso como acontece na cidade tradicional. A forma e implantação dos edifícios são determinadas por um conjunto de normas estabelecidas, de modo a garantir condições mínimas de higiene e salubridade e, não pelos limites ou configuração de um quarteirão.

*Apesar duma clara autonomia desta concepção, é importante entender que este tipo de construção não foi alheio à cidade. Se muitos destes conjuntos foram construídos nas periferias dos grandes centros, em áreas não urbanizadas, outros aparecem em zonas claramente urbanizadas, em quarteirões já existentes, acabando por complementar a cidade como um todo”.*²⁹

²⁸ BENEVOLO, Leonardo; *Historia De La Arquitectura Moderna*; Editorial Gustavo Gili; Barcelona;1982; p.193; tradução livre

²⁹ MOURA, Maria Souto de; *Ensaio de uma Ilha: um estudo sobre a habitação social contemporânea*; Prova Final Licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 2007; Vol. I p.13

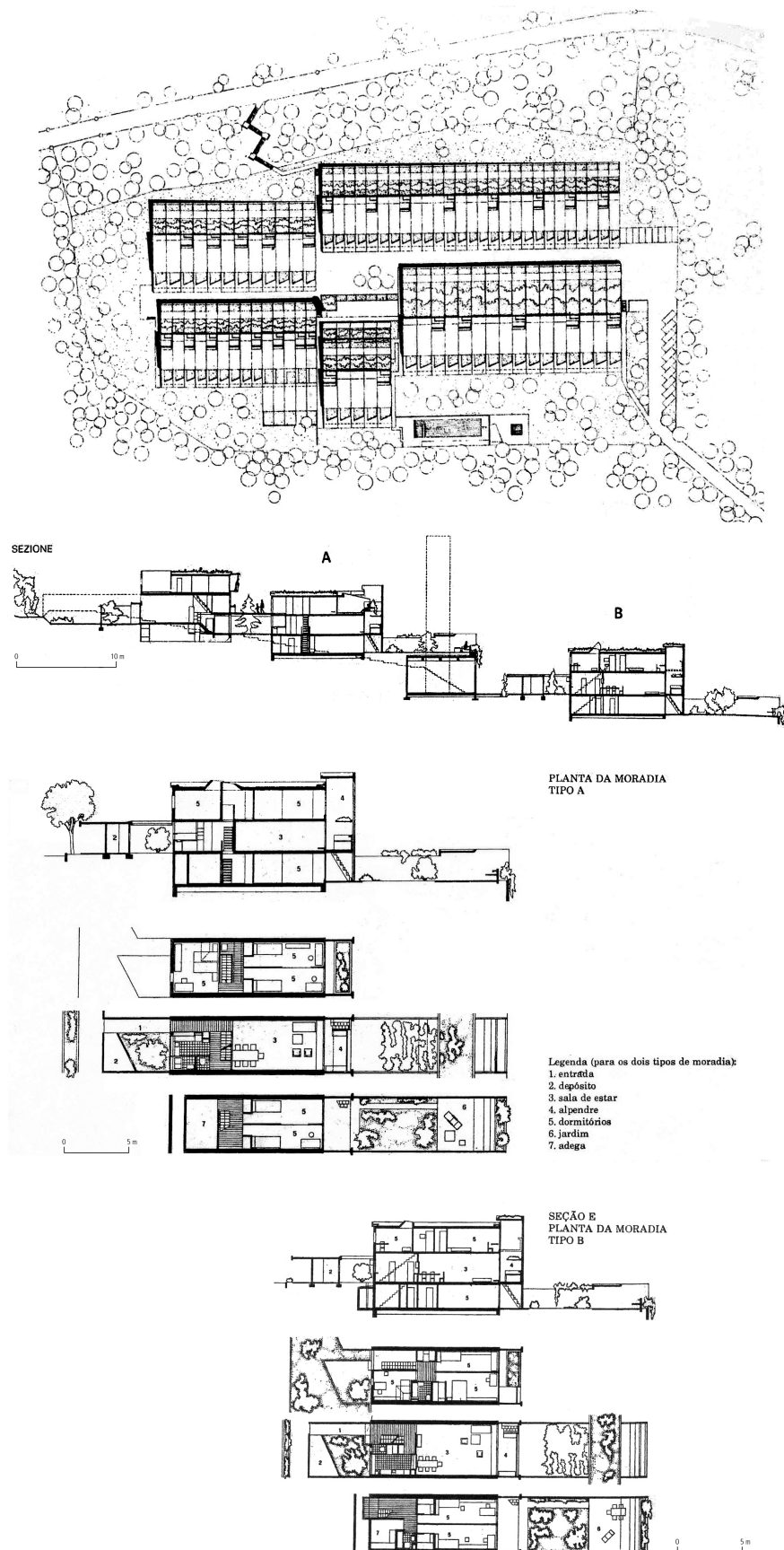


Fig.12.2 Siedlung Halen, Berna, Suíça, Atelier 5, 1963

Embora não seja o intuito desta dissertação fazer uma análise histórica das concepções arquitectónicas e urbanas que posteriormente serão apresentadas como origens do *Cohousing*, ou estabelecer parecenças com o fenómeno arquitectónico portuense das Ilhas do Porto, também, posteriormente estabelecida uma relação entre estas e *Cohousing*, foi, no entanto, importante fazer uma referência a estes movimentos e concepções arquitectónicas urbanas como essenciais para uma compreensão da necessidade e importância social e política do alojamento das massas e em comunidade, e também, que muitas destas concepções reúnem já características que são essências caracterizadoras do *Cohousing*.

CONDOMÍNIO FECHADO VS COHOUSING

Em várias ocasiões, tentando partilhar os temas desta dissertação e, consequentemente, o significado de *Cohousing*, deparei-me com a súbita associação, por parte de colegas e outros, à terminologia de Condomínio Fechado. Deste modo, levou-me a tentar esclarecer a definição e natureza do mesmo, e estudar a sua comparação com o modelo de *Cohousing*.

Quando, ao analisar a configuração urbana das grandes cidades, particularmente as capitais portuguesas e brasileiras, nas quais teremos uma maior relação e identificação do conceito, não podemos deixar de notar a proliferação de um novo tipo de enclave residencial: os condomínios fechados. A existência de áreas residenciais fechadas e segregadas não é uma questão recente. A história aponta-nos para a existência de guetos, cidadelas ou enclaves residenciais na configuração urbana ocidental. As nomenclaturas variam entre países e regiões, nomeadamente os “*gated communities*” nos Estados Unidos. A globalização, a reestruturações das relações económicas e sociais, a desindustrialização e a insegurança urbana e o consequente aumento das desigualdades e das exclusão social, são apontados como principais causas do surgimento deste modelo residencial. A cidade contemporânea gerou uma fragmentação social que, por sua vez, levou a uma fragmentação urbana. O impacto da globalização acentuou a segregação residencial, já existente nas cidades.

As cidades partidas, divididas, dualizadas, polarizadas ou fragmentadas não são um fenómeno historicamente novo, resultante da globalização ou da economia pós-fordista. Ao longo da história, as cidades sempre foram divididas. Essas divisões, em geral, reflectiam as características de cada momento histórico e de sua formação social específica. O modelo urbano proposto por Hipodamo de Mileto, no séc.V a.C. (Fig.13.1-3), já pressupunha um cidade dividida social e espacialmente. Segundo Aristóteles, Hipodamo “*imaginou uma cidade de dez mil habitantes, divididas em três classes, uma composta de artesãos, outra de agricultores, a terceira de guerreiros; o território deveria ser igualmente dividido em três partes, uma consagrada aos deuses, uma pública, e uma reservada às propriedades individuais. E inventou a divisão regular das cidades.*”³⁰

Os condomínios fechados, “*também vulgar e alternativamente apelidados entre nós de “privados”, para além de ocuparem um lugar próprio no espaço e sociedade contemporânea e de terem despertado desde o final dos anos 1990 a constituição de um campo de pesquisa inteiramente novo, os condomínios fechados podem ser entendidos como o paradigma ou o reflexo sintético de algumas das mais distintivas feições que aqueles apresentam hoje. É dizer que o fenómeno condensa os efeitos de algumas das mais importantes transformações sociais e espaciais que nas últimas duas ou três décadas marcaram múltiplas cidades, metrópoles e regiões do mundo*”³¹

³⁰ BENEVOLO, Leonardo; História da Cidade; Editora Perspectiva; São Paulo; 1999; p.113

³¹ RAPOSO, Rita; Condomínios fechados em Lisboa: paradigma e paisagem; art. Análise Social, Vol. XLIII (1.º); 2008; p.109

Entre outros aspectos, os condomínios fechados associam-se a fenómenos de globalização, a processos de reestruturação económica, a uma nova estrutura social e a uma nova relação entre classes ou grupos sociais; assinalam a crescente preocupação com a questão da segurança; reflectem mudanças culturais e o advento de novos estilos de vida; são sinais do avanço da mercantilização e da racionalização da vida social; ilustram algumas das mais importantes transformações das esferas ideológicas e políticas; constituem, por último, eles próprios, uma das múltiplas (novas) paisagens que compõem o panorama cada vez mais fragmentado da metrópole contemporânea.

Os condomínios fechados podem, de facto, ser percebidos como uma das paisagens que preenchem e caracterizam de modo distintivo o espaço do nosso tempo. Estas formas sócio-espaciais, embora não sejam novidade na história da cidade, ganharam importância e visibilidade devido à escala e à extensão que alcançaram e, ao modo como se inserem e participam na transformação do espaço da metrópole, associadas a uma nova ordem espacial frequentemente descrita como pós-moderna. Recortados fisicamente no espaço, fornecidos de origem com moldura e distância e, estetizados, apresentam-se à vista como genuína paisagem, como lugares física e simbolicamente à parte. Constituem, assim, não apenas um caso de “*real estate*”, mas também de “*ideal estate*”.³²

Condomínio fechado e *Cohousing*, embora reúnam algumas características em comum, são, na realidade, muito diferentes, senão conceitos opostos. Condomínio fechado promove uma segregação da sociedade, muitas vezes associada e criada como resposta imobiliária, que desenvolveremos posteriormente, enquanto que *Cohousing* tem como objectivo reunir e juntar pessoas. A existência de serviços comuns num condomínio fechado, vem por necessidade imobiliária e iniciativa de empreendedorismo, num objectivo elitista e individualista; enquanto que no modelo de *Cohousing*, os serviços comuns são, por norma os mais básicos à vida em comunidade, e nascem de um objectivo comunitário e social. A exclusão urbana dos condomínios fechados promove uma resposta de substituição e enclausuramento do espaço público da cidade, isto é, a grande escala destes espaços promove uma equivalente escala do espaço público interno do complexo, e embora nasça de factores de segurança, resulta em micro-esferas dentro de uma macro-esfera que é, a metrópole, provocando uma fragmentação do espaço e consequente fragmentação urbana.

³² MITCHEL, W. Thomas; *Landscape and Power*; The University of Chicago Press; 2002; p.16

1. teatro
2. Heroon (uma tumba monumental)
- 3-4. duas estátuas de leões
5. termas romanas
6. pequeno monumento do porto
7. sinagoga
8. grande monumento do porto
9. pórtico do porto
10. Delfinon (santuário de Apolo)
11. porta do porto
12. pequeno mercado
13. ágora setentrional
14. pórtico jónico
15. rua de procissão
16. termas de Cápito (governador romano do século I d.C.)
17. ginásio
18. templo de Asclépios
19. santuário do culto imperial (?)
20. *buleutérion*
21. ninfeu
22. porta setentrional
23. igreja cristã do século V d.C.
24. ágora meridional
25. armazéns
26. Heroon romano
27. templo de Serápis
28. termas de Faustina

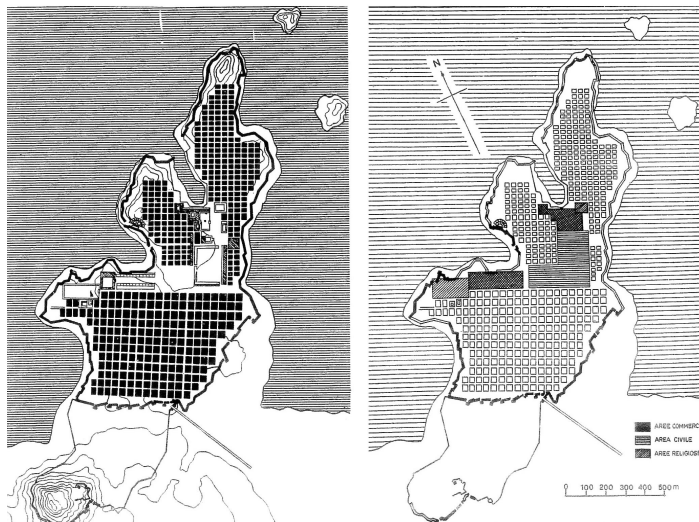
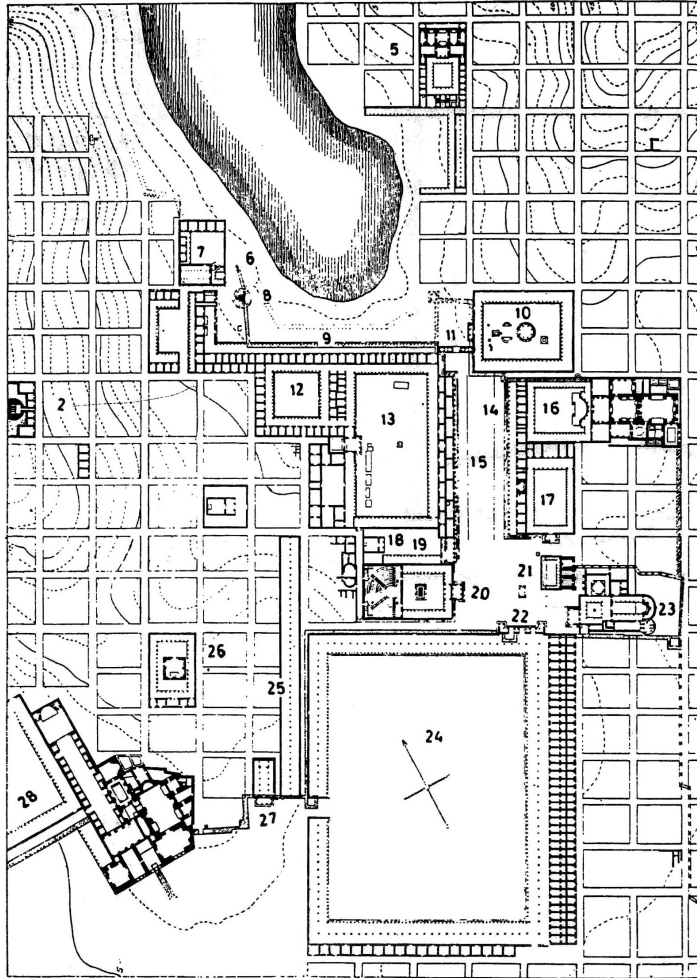


Fig.13.1, Fig.13.2, Fig.13.3 Cidade e respectivo centro cívico Mileto, Hipodamo, séc. V a.C.

O ESPAÇO COMO PRODUTO IMOBILIÁRIO

Associado, tanto a problemáticas socioeconómicas como urbanísticas, o espaço, hoje, pode ser visto como uma resultante económica, um produto imobiliário. O poder político sempre foi uma constante na organização das cidades e, consequentemente, na formalização do seu espaço. Hoje, mais do que apenas uma realidade política e geográfica, existe também um acrescido factor económico associado. É o *'marketing'* das grandes empresas imobiliárias que dita as tendências de organização urbana nas cidades. Numa era de capitalismo e globalização, o estatuto social e económico é determinado, em parte, pela ostentação de poder. O valor humano é substituído pela necessidade de estatuto político e económico. A estrutura social por classes leva a uma procura de identidade e estilo comum de habitar e viver o espaço. De algum modo as classes e estatutos sociais encontram-se segregados uns dos outros, não pela própria natureza do seu estatuto económico-social, mas pela geografia do seu espaço físico, nomeadamente o do habitar.

Como já foi referido, o próprio conceito e urbanizações de *Cohousing* nos Estados Unidos, tem vindo a tornar-se uma alienação do próprio conceito, por parte do mercado imobiliário (*'real estate'*), ao ponto de o tornar uma contradição conceptual e espacial do próprio.

O mercado imobiliário, por factores próprios, ainda age em prol do seu próprio lucro e individualismo, ao invés de ser em prol do espaço urbano, da comunidade ou da sociedade. A construção de um espaço urbano, é portanto, em vez de precedida de uma planificação equilibrada e de consciência social, urbana, económica e política negligencia as primeiras em prol das últimas. O espaço torna-se reflexo destas premissas imobiliárias, e como tal, um produto comerciável.

Ao mesmo tempo, o espaço urbano, nunca é meramente uma expressão física da sociedade, é um reflexo da mesma. O espaço público, quando apropriado por determinado grupo ou comunidade, apropria-se ele próprio dessa mesma comunidade. Como se fosse uma simbiose cultural, o espaço e a comunidade interagem, numa contínua e crescente cumplicidade de ininteligível identidade. O espaço apropria-se e é lido, então, pelos valores culturais e sociais, relativos à própria comunidade e cultura que o habita.

*“Vida urbana: comunidade; diferença e separação; política e espaço público; gentrificação, consumo e culturas urbanas; a experiência incorporada da cidade e subjectividade urbana. Em cada caso, espaços urbanos podem ser vistos como relações e processos de estruturalização social, e por sua vez moldado pelas acções sociais e seus significados. ‘Relações Espaciais’, segundo Simmel (2004: 73), “existe apenas a condição, numa mão, e o símbolo, na outra, das relações humanas”. A organização do espaço tanto oferece a base para as relações sociais, como oferece uma reflexão das mesmas”.*³³

³³ TONKISS, Fran; Space, the city and social theory: social relations and urban forms; Polity Press; 2005; p.2

Este fenómeno de produto imobiliário é visível também, na sociedade actual, nas acções de reabilitação, nomeadamente do centro histórico do Porto.

O arquitecto Nuno Grande diz *“O Porto 2001, acontece 25 anos depois (...) dos levantamentos na Ribeira sobre as condições de vida das pessoas. Claro que depois aí juntou-se a questão patrimonial, que é, também um tema da época. Reabilitar para melhorar as condições de vida das pessoas e ao mesmo tempo reabilitar para salvar o pouco património que existia na Ribeira-Barredo; (...) e com uma perspectiva um pouco mais culturalista, menos sociopolítica. Há uma perspectiva política, mas não á a de melhorar as condições de vida das populações mais pobres. É uma perspectiva de requalificar a cidade no sentido de a tornar mais apetecível, sobretudo para os visitantes, para o turismo, mas também para os cidadãos que a utilizam diariamente, procurando que eles regressem ao centro. Houve um êxodo muito grande nos anos 1980/90, e, por isso, o Porto 2001 desejava também que as famílias, sobretudo de classe média, pudessem acompanhar a requalificação do espaço público, porque foi essencialmente um processo de requalificação de espaço público que esteve em causa.*

As sociedades de Reabilitação Urbana é um terceiro nível, ou uma terceira idade deste processo, em que se mistura a esta requalificação de cidade a ideia de que é preciso gentrificar, não a partir de uma classe média ou de uma medida interclassista, como havia apesar de tudo no Porto 2001, mas num perspectiva de trazer habitantes com capacidade económica elevada para puderem rapidamente reabilitar e ocupar as zonas ‘nobres’ da baixa portuense, e com isto satisfazer o mercado imobiliário, que estava e está em crise nas zonas periféricas da cidade. No fundo, fazer com que eles venham investir e procurar o chamado cliente de alto standard ou standard médio alto, não na periferia, não na foz, não nas antas, não em Matosinhos sul, mas no centro da cidade.

Uma perspectiva mais de mercado. Se quisermos estabelecer uma evolução: a primeira tem uma visão socializante muito forte; a segunda tem uma visão culturalista; e a terceira tem uma visão economicista ou de mercado. São três perspectivas da reabilitação urbana em três épocas da história de Portugal muito distintas”.³⁴

A relação indirecta dos utentes com o produto arquitectónico e urbano, a incapacidade destes emitirem opiniões e críticas estruturais a este produto, limitando-se a reflexões do âmbito do gosto e dos defeitos aparentes, alimenta uma política e uma economia baseada apenas em necessidades comerciais, provocando a estagnação absoluta da investigação e evolução tipológica. Este facto é testemunhado pela distância que se verifica na qualidade da produção nacional entre habitação individual e habitação colectiva.

[Fátima Fernandes e Michele Cannatà, 2003]³⁵

“A casa como lugar de habitar constituiu desde sempre, para os arquitectos, o espaço privilegiado da investigação e da experimentação. Uma investigação que abrange o mundo da economia e da cultura tecnológica, quer no âmbito dos processos de produção, quer da inevitável dinâmica da evolução da sociedade. Constatamos, no entanto, que a dimensão económica

³⁴ GRANDE, Nuno; artigo in: RePort, Apontamentos Sobre a Reabilitação Urbana e Impacto Social, Parte 2; GRUA; Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 2011

³⁵ FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele; Habitação Contemporânea: Formas de Habitar; Edições ASA; 2003; p.8

*depende da lógica do mercado, atrasa e bloqueia a qualidade do habitar e os seus processos evolutivos, obrigando a que este permaneça em condições de subdesenvolvimento".*³⁶

A afirmação da sociedade actual, na qual os valores económicos e produtivos têm prioridade relativamente aos valores de uma cultura urbana baseada no equilibrado uso dos recursos e numa igualdade de repartição da riqueza, transporta a produção da habitação urbana para uma condição mercantilista, controlada pelos mecanismos do mercado de consumo.

E enquanto observamos a afirmação e a difusão das novas técnicas que introduzem na vida do nosso quotidiano diferentes formas de trocas, de encontro e de comunicação, verificamos o atraso da inovação no âmbito do sector do habitar e do trabalhar colectivo. É uma dificuldade particularmente advertida em Portugal, que nos permite verificar uma situação que exprime o nível da cultura urbana actual e as consequências sobre as formas da nossa paisagem urbana.

*"A primeira dificuldade substancial do programa [SAAL] já estava no próprio nome: habitação social, como se se tratasse de uma especialidade autónoma. A habitação é uma presença constante na cidade e é sempre social."*³⁷

A habitação individual, geralmente, tem um valor social e económico face à habitação colectiva. Isto é, a sociedade elege a habitação individual como a tipologia de preferência, o que influencia claramente o panorama de construção de ambas as tipologias. A habitação individual valorizada face à habitação colectiva é, então, um cenário a que estamos já habituados e quando a habitação colectiva tem protagonismo, é num carácter erróneo e de própria exclusão entre os demais, é de elitismo e segregação. A nossa paisagem artificial é o próprio reflexo destas circunstâncias, de vazios urbanos e espaços amorfos. Nomeadamente, as periferias das cidades fazem-se por adições descontroladas e desprovidas de controlo ou de um planeamento urbanístico inteligente e evolutivo. Os fluxos das nossas cidades, desenvolvem-se entre núcleos desconexos entre si, e no próprio centro das nossas cidades esta identidade é ironizada. O centro da cidade, altamente compacto, e quase sem espaço público encontra-se pleno de vazios, intervalos do espaço. A par com a desertificação do centro da cidade, como por exemplo na cidade do Porto, gerou-se um cenário desolado de vida urbana onde, as identidades sociais locais são muito diversas do que outrora foram.

Deste modo, o espaço urbano, nomeadamente o seu espaço público, como reflexo dos valores da comunidade que o habita, espelha essa mesma perda de identidade das comunidades, dos valores entre os homens em sociedade.

E se a cidade, é por natureza, um espaço de liberdade, porque, em oposição à aldeia onde tudo é controlado e exposto, privilegia a imensidão populacional e o anonimato, e a ele inerente uma maior sensação de liberdade; ao mesmo tempo, o homem tem saudades da noção de vizinhança, de comunidade, de solidariedade do grupo do qual faz parte.

Esta noção, começa a ter cada vez maior relevo dentro da sociedade, manifestando-se nos debates urbanísticos e arquitectónicos e na própria construção do espaço.

³⁶ FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele; Habitação Contemporânea: Formas de Habitar; Edições ASA; 2003; p.8

³⁷ SIZA, Álvaro; Imaginar a Evidência; Edições 70; 2006; p.107

COHOUSING, MEMÓRIA | COWORKING, VELHA REALIDADE

ILHAS, COOPERATIVAS, GUILDS, ATELIERS, RUAS DO PORTO

A cidade contemporânea, é um somatório de muitas experiências urbanísticas e arquitectónicas. A cidade moderna impôs a sua presença de um modo declaradamente impositivo, quase selvagem e ignorando a velha cidade, a cidade de origem longínqua, que cresceu, se adaptou e se consolidou com o tempo, durante séculos. É, no entanto, nesta cidade histórica, que a nossa história, enquanto civilização, desenvolveu a sua identidade. De um modo inexplicável, quando confrontados com a realidade de um núcleo medieval ou de uma periferia moderna, a primeira acolhe mais facilmente a noção de CASA, de pertença e de lugar. Essa noção é fruto de um núcleo urbano que cresceu com as pessoas, com a sociedade, isto é, como um organismo vivo. A cidade cresceu e diminuiu, adaptou-se e consolidou-se com o espaço que tomava como seu, com as pessoas e sociedade e sua respectiva cultura, apropriando-se uns dos outros como um só ser.

Ao analisar a forma urbana, de núcleos históricos, ponderamos porque funciona melhor como cidade, como centro de vida urbana que qualquer outra manifestação urbanística moderna. Não é necessariamente o estilo clássico ou popular dos volumes edificados, mas a escala humana, dos vários planos da cidade que lhe confere esta intrínseca identidade de lugar. Por escala humana entende-se a relação entre as partes e o todo, isto é, a forma como o espaço privado encontra o espaço público. É o espaço público que determina do viver em sociedade. As Praças, os largos, os becos, os percursos, as ladeiras, encontram o seu lugar pela construção de meios não directos, isto é, foi-se construindo para suprir necessidades. O espaço público, que é determinante, acaba por ser um espaço que se torna, aí nós o sentimos, precioso. Daí a ideia de pertença se formaliza, compreende-se porque as pessoas construíram ali uma identidade colectiva.

A noção de vizinhança e de comunidade, pujante na cidade medieval, é o que a sociedade de hoje começa a procurar. O individualismo das metrópoles, resultante das novas dinâmicas de habitar e de trabalhar, dos ritmos e fluxos, acentuou essa tão desesperada, necessidade de pertencer, de inter-relacionamento entre o próximo e o espaço em que está inserido. E é com estas necessidades e objectivos, que surgem as “novas” manifestações urbanísticas e arquitectónicas como o *Cohousing* e o *Coworking*, numa procura de recuperar esse espírito comunitário, quase esquecido.

E digo recuperar, e não inventar, porque essa noção de comunidade está presente nas nossas mais básicas manifestações arquitectónicas e urbanas desde o início da história. Está presente nos Bairros, agora desertificados e sem identidade, está nos velhos aglomerados por zonas e grupos sociais e ou étnicos como as judiarias e as mourarias, nos guetos, e até, e nomeadamente, nas ilhas do Porto.

O conceito de gueto é muito antigo e esteve desde sempre ligado à realidade urbana. Na Península Ibérica, estes sectores etnicamente identificados das cidades existiram durante toda a Idade Média. Foi o caso das judiarias e mourarias (ou alfamas), onde se concentravam respectivamente os judeus e os árabes ou mouros. As judiarias eram bairros ou arruamentos de judeus. Este tipo de aglomerados urbanos e sociais eram sempre dotados de uma organização e estrutura internas e, geralmente, tinham um regente, o "alcaide dos mouros" e o "arrabi" dos judeus.

*“A partir do século XIV, em Portugal, os judeus foram obrigados a viver em bairros próprios, que receberam o nome de judiarias. Assim se dificultava o convívio entre judeus e cristãos, ao mesmo tempo que se limitavam os direitos dos primeiros. Antes disso, era já habitual os judeus concentrarem-se em certos arruamentos das cidades, mas essa circunstância não tinha o mesmo carácter segregacionista que se verificou nas judiarias”.*³⁸

Um outro tipo de aglomerados urbanos característicos eram as ruas onde se concentravam artífices de uma determinada profissão: as ruas dos caldeireiros, dos sapateiros, dos correeiros, etc. Na era industrial, certos bairros aglomeravam operários vindos da província que no Porto tomaram o nome de "ilhas" e em Lisboa de "pátios". Estes primeiros guetos, cuja diferenciação se fazia por uma questão de etnia ou profissão, deviam a sua existência sobretudo por razões de protecção ou segregação, no caso dos judeus e dos mouros, ou por uma questão de localização geográfica de um ponto de venda comercial, no caso dos artífices, ou de uma unidade fabril, no caso dos operários.

E se recuarmos ainda mais no tempo, estas manifestações de gueto urbano ou agrupamento por actividade ou etnia, não terão têm ainda manifestações mais longínquas? Através das sedes episcopais, ou mesmo dos burgos. Isto é, um aglomerado urbano surgia, muitas vezes, por um interesse comum de associação, por exemplo por actividade ou filosofia.

A noção de habitar em conjunto, de habitar em comunidade é, de facto, uma circunstância inerente ao nosso panorama cultural, à nossa identidade enquanto sociedade.

Entre vários pensadores, a cidade medieval, é considerada como exemplo de solidariedade e caracterizadas por um esforço comunitário contra o individualismo e a competição. Relatando como funcionavam algumas das relações sociais dentro algumas dessas cidades medievais, como, por exemplo, as da região de Flandres, Kropotnik demonstra que, apesar das diferenças sociais entre os seus moradores serem evidentes, os valores que mais vigoravam eram os de ajuda mútua, de cooperação, ao invés do individualismo e da competição.

“Este simples relato, quem sabe, caracteriza melhor do que nada o espírito das guildas medievais. Organizações semelhantes brotavam onde quer aparecesse um grupo de homens unidos por alguma actividade comum: pescadores, caçadores, comerciantes, artesãos, etc. Como temos visto (...), na nave (é como o autor chamará essas cidades) já existia uma autoridade nas mãos do capitão, mas, para o êxito da empresa comum, todos aqueles reunidos na nave, ricos e

³⁸ *Judiaria*; In Infopédia [Em linha]; Porto: Porto Editora; 2003-2011; [Consult. 2011-07-01]

pobres, amos e a tripulação, o capitão e os marinheiros, concordavam em serem iguais em suas relações pessoais – concordavam mutuamente – e obrigavam-se a resolver todos os desacordos que pudessem surgir entre eles com a ajuda dos juizes eleitos por todos. Exactamente o mesmo ocorria quando certo número de artesãos, carpinteiros, pedreiros, etc, se unia para a construção, por exemplo, de uma catedral. Apesar de que pertencessem à cidade, que tinham sua organização política, e apesar de que cada um deles, além do mais, pertencesse a sua corporação, ao juntarem-se para uma empresa comum, fundavam uma guilda para a construção de uma catedral. [Kropotkin, 1989]”³⁹

Percebemos, então, pelas palavras de Kropotkin que, independentemente das diferenças sociais existentes entre os moradores na cidade medieval, em vários momentos o espírito colectivo em muito superava a perspectiva individualista. Havia um sentimento de pertença àquele conjunto urbano e social.

A memória das nossas cidades, tem como base assentamentos, de modo geral, medievais ou até de burgos ou castros, e essa natureza de vida colectiva está, indissociavelmente, ligada ao nosso habitar urbano. A condição de cidade e habitar português, um lugar inserido numa cultura e identidade mediterrânea, é associada ao espaço público e ao estar em comunidade. As nossas aldeias, são palco de varias iniciativas comunitárias, como os fornos comuns, onde um edifício se erguia com função pública e comunitária. Num movimento genuíno de auto-ajuda, partilha de serviços e economia de recursos, nomeadamente económicos, os fornos comunitários, são fornos de pão acessíveis pela comunidade de determinado povoamento. O forno comum, era como que uma cozinha especializada, um serviço comum a toda a aldeia.

Pelo território português, encontramos manifestações deste cariz comunitário, em diferentes géneros e circunstâncias urbanas, como, por exemplo, as lavandarias comuns. Ao descer o morro da Sé do Porto, entre ruas estreitas e íngremes escadarias, desvenda-se um terraço ensolarado, onde uma cobertura comum sombreia um conjunto de tanques comuns à comunidade local (Fig.20.1-2). É com agrado e surpresa que reparo, pela primeira vez, numa identidade comunitária, uma realidade no seio de uma malha urbana consolidada, ainda, hoje, usada como nos tempos de outrora.

Então, se analisarmos as inter-relações dentro de um bairro, numa malha urbana consolidada, onde o diálogo entre cheio e vazio é dinâmico, isto é, se o espaço público do bairro vive e não está morto no espaço, se o próprio bairro habita esses mesmos espaço públicos, e se dentro do seu limite, encontramos serviços comuns, tais como lavandarias comuns, fornos comuns, associações, cooperativas, podemos encontrar uma relação com o conceito de *Cohousing*, visto que reúne, em pleno, a maioria da características que o define como tal.

“As ilhas do Porto, são a resposta particular e específica a um problema de alojamento, que ocorreu na maior parte das cidades industrializadas da Europa no séc. XVII (Fig.15, 16). Se nos primeiros anos da revolução industrial, as populações, vindas dos campos para trabalhar na cidade do Porto, se alojaram na cidade medieval, como por exemplo na encosta do Barredo, numa segunda fase, esgotadas as possibilidades da primeira e, ao mesmo tempo que se dá a

³⁹ PAULA, Amir El Hakim de; A Relação Espaço-Operário na Cidade: Os Casos da Comuna de Paris de 1871 e da Greve Geral de 1917 em São Paulo; artigo in Revista Electrónica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS; 2010; p.129

expansão da cidade para fora das muralhas, surge uma resposta 'pragmática e rudimentar'⁴⁰: as ilhas. Estes conjuntos de pequenas casas, dispostas ao longo de um corredor, nascem pela mão de pequenos proprietários, que subdividem as suas propriedades de modo a rentabilizarem-nas. O seu auge é entre 1878 e 1890 e, no fim do séc. XIX, 30% da população portuense vivia em ilhas".⁴¹

Manuel Correia Fernandes, chega mesmo a dizer que "era metade da população".⁴²

As ilhas do Porto, embora surjam como solução para um problema de sobrepopulação na cidade (Fig.14), e não por escolha própria, para privilegiarem de uma maior relação social em comunidade, reúnem na sua maioria quase todas as características de *Cohousing*. Os fogos são de dimensões reduzidas. Um corredor mínimo surge como espaço comum e, ao mesmo tempo, privado do complexo, é o eixo de ligação espacial entre os vários fogos justapostos uns aos outros, como uma galeria interna. Instalações próprias de serviços comuns, não existiriam, no entanto, tanques individuais na galeria interna eram facilmente cedidos aos vizinhos que não possuíam nenhum. E de auto ajuda e solidariedade a vida interna das ilhas era feita quase "em família". O sentimento de habitar em comunidade, é de tal modo forte que, embora vivendo em situações precárias de baixa qualidade habitacional, vários moradores decidem com dificuldade deixar a sua casa nas ilhas e, abdicar desse lugar para irem morar numa habitação na periferia (Fig.17).

O *Cohousing* vive a nosso lado, nas nossas cidades, na nossa percepção e identidade de espaço urbano, e como tal, é uma memória intrínseca das nossas cidades.



Fig.14 Fotografia da Rua de S. Victor, data desconhecida

⁴⁰ TEIXEIRA, Manuel Correia; A Habitação popular na cidade Oitocentista. As ilhas do Porto; Ed. Fundação Calouste Gulbenkian; 1996; p.156

⁴¹ MOURA, Maria Souto de; Ensaio de uma Ilha: um estudo sobre a habitação social contemporânea; Prova Final Licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 2007; Vol.II p.5

⁴² FERNANDES, Manuel Correia; As Ilhas do Porto e os Novos Bairros; in Ilhas, coord. Margarida Wellenkamp e Luís Pisco; Ed. Panmixia – Associação Cultural; 2004; p.29

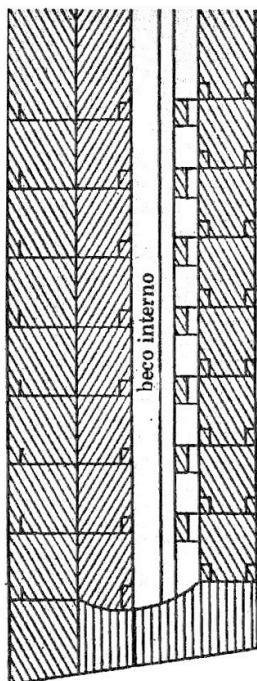


Fig.15 Alojamento Operário num quarteirão, Manchester

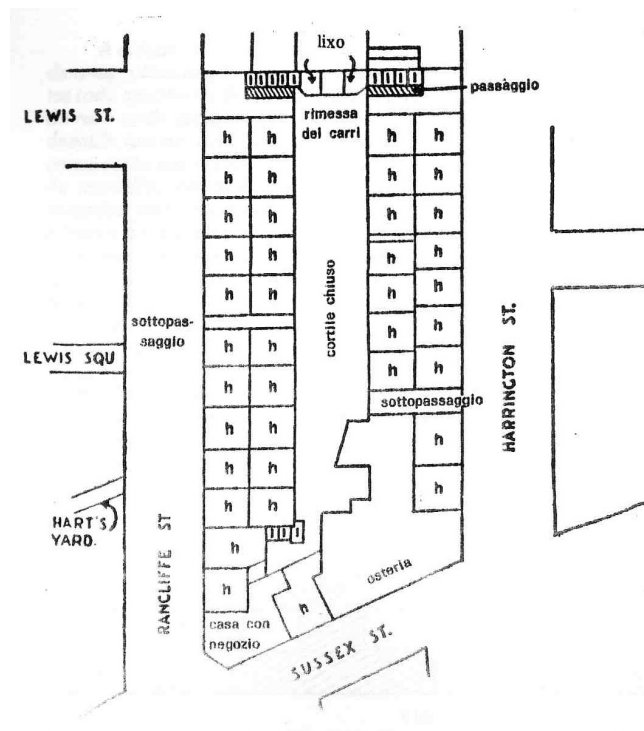
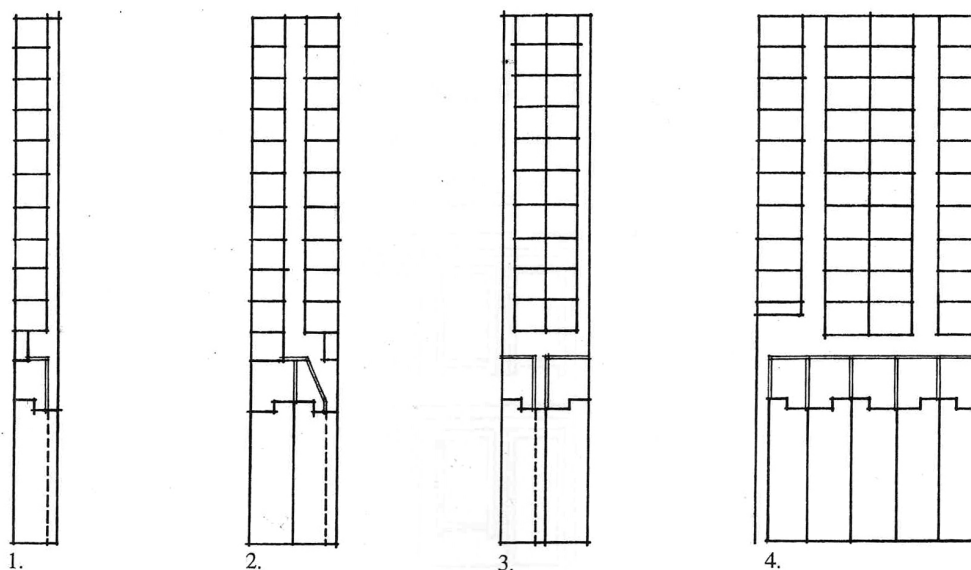


Fig.16 Grupo de Casas Operárias, com latrinas exteriores, Nottingham, 1845



1. Ilha construída num único lote.
2. Ilha construída em dois lotes, com corredor central.
3. Ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas costas com costas e dois corredores laterais de acesso.
4. Ilha construída em terrenos de traseiras correspondendo a vários lotes. Filas sucessivas de casas construídas costas-com-costas.

Fig.17 Principais Tipos de Ilhas, segundo Manuel Correia Teixeira

E não possuirá o *Coworking*, tais analogias? Não será o *Coworking*, ou a definição do conteúdo espacial, também, um reflexo ou variação de outras manifestações arquitectónicas e urbanas da história das nossas cidades e cultura?

Se observarmos, na nossa história, experiências arquitectónicas com características idênticas às de *Coworking*, não será que encontramos indiscutivelmente semelhanças com as guildas medievais, com os ateliers partilhados por artistas, nas próprias ruas da nossa cidade?

As guildas, corporações de artesãos, eram associações de artesãos da mesma actividade profissional. Esta tipologia ocorreu na Europa, durante a Idade Média e mesmo após. Cada cidade tinha sua própria corporação de ofício. Essas corporações tinham várias finalidades, como finalidade proteger seus integrantes, procuravam garantir os interesses de classe.

As guildas podem classificar-se em: eclesiástica, sócio-religiosas, de músicos, de mercadores, de artistas e, de ofícios. Todas elas partilham das mesmas características essenciais: a solidariedade corporativa, o espírito da fraternidade cristã. As guildas de artesãos, em geral, sob o mesmo tecto, abrigavam um sistema de aprendizagem e controlo de qualidade da produção individual de cada artista, instalando um sistema entre mestre e aprendiz, muito à função de atelier. Foi talvez um dos factores associados ao seu desaparecimento enquanto maior e principal produtor de artesãos e respectivos produtos. Isto é, o elitismo e corrupção na escolha dos membros a ingressar na guilda, e falta de liberdade de individualização da produção, levou à queda do sistema instalada, assim como que a revolução industrial e consequente progresso mercantil possibilitou outros tipos de mercados e sistemas de produção.

Os artesãos, nas guildas, eram formados dentro de uma concepção de trabalho colectivo e da transmissão do conhecimento artesanal de seus ofícios realizada de forma directa e pessoal. As guildas são, então, as experiências arquitectónicas e colectivas que mais se assimilem às cooperativas de hoje; e do mesmo modo, estabelecem uma relação tipológica indissociável com as novas experiências arquitectónicas de *Coworking*, tal como respectivo espírito de partilha e solidariedade profissional sob o mesmo espaço.

Os ateliers de artistas, partilhados entre os mesmos, de modo a partilharem também as despesas do próprio espaço, poderiam ser considerados como a origem de *Coworking*. Isto é, nestes espaços, estúdios ateliers, os artistas não só partilhavam o espaço e custos do mesmo, como também privilegiavam a partilha dos mesmos recursos, como as infra-estruturas, acessos, localização e consequente visibilidade, e ainda, e talvez o mais importante, partilhavam ideias e inspirações. O contacto directo e diário com colegas artistas era, para muitos, motivador, enriquecedor e um privilégio, pelo que mantinham um discurso crítico e cultural dentro do próprio espaço de trabalho com outros intelectuais da sua arte. Os artistas, como trabalhadores independentes, e a natureza de participação colectiva, inter-relações entre os mesmos dentro de um único espaço físico, e a partilha das mesmas infra-estruturas e consequentemente custos de renda, fazem desta tipologia, talvez a relativa mais directa ao que, hoje, chamamos de *Coworking*.



Fig.18 Rua do Almada, Porto, 2011



Fig.19 Interior de um dos logistas de comércio tradicional, Rua do Almada, Porto, 2011

Ainda remetendo às cidades medievais, as ruas por especialidade, como as ruas dos caldeireiros, dos sapateiros, dos correeiros, dos moedeiros, etc. A rua do Almada (Fig.18), no Porto, é famosa por essa mesma característica de rua de especialidade. Ao longo da rua, drogarias, lojas de ferragens (Fig.19), materiais de construção e derivados da mesma área, encontram o seu lugar, face a face com outras iguais a elas próprias. A rua é habitada por negócios do mesmo ofício, e ganha relevo na cidade devido a essa mesma característica. Se estabelecermos uma analogia a esta rua, como que um edifício único que reúne vários profissionais independentes — os vários lojistas e comerciantes da rua — que partilham o mesmo espaço público e serviços comuns, então a rua partilharia as mesmas características de um edifício de *Coworking*. Sendo esse espaço público a própria rua. A rua, numa malha urbana consolidada, é por natureza um espaço de afluências, de encontros e relações humanas, e na cidade do Porto, essa natureza é fortalecida pela carência de grandes praças ou largos.

A estrutura ideológica da sociedade provoca relações interpessoais cada vez mais ténues e individualistas, no qual são identificadas dificuldades nas construções de identidade e pertença. Esta estrutura altera as relações de trabalho — e com o trabalho — que se transformam de maneira dramática, interferindo na própria percepção da sua necessidade e na sua importância simbólica para a construção da personalidade do indivíduo. Para muitos, já não existe a vivência única e constitutiva do *ser*, mas uma multiplicidade de experiências rápidas, passageiras e fragmentárias, quase que como uma obrigação social. As tipologias de habitar e de trabalhar, anteriormente referidas, exploram a necessidade de contrariar esse modo de estar na sociedade, nos espaços que habitamos e trabalhamos, e é nesse sentido que ressurgem outras, e semelhantes, concepções arquitectónicas e urbanísticas que privilegiem o contacto com o outro, o seu semelhante, explorando uma maior inter-relação comunitária e solidária entre os homens.



Fig.20.1, Fig.20.2 Lavandarias comuns do Morro da Sé, Porto, 2011

PARTE II . CASOS DE ESTUDO

UNIDADE DE HABITAÇÃO . O MONÓLITO CIDADE

MARSELHA, FRANÇA, LE CORBUSIER, 1947-52

O estudo deste caso, foi particularmente apoiado no artigo *“Le Corbusier: dos casas del período 1914-1929”* da revista 2C: construcción de la ciudad; n12; 1978; e na obra de Leonardo Benévolo: O último Capítulo da Arquitectura Moderna; Edições 70; 1985.

Le Corbusier foi sem dúvida, um dos arquitectos que marcou de forma inegável o século XX. No estudo desta dissertação, são os seus projectos de habitação colectiva e respectivas unidades habitacionais, nomeadamente a Unidade de Habitação de Marselha, que nos interessam focar. No entanto, é impossível abstrairmo-nos das suas casas unifamiliares e da influência que estas tiveram para as suas *Unités*. Isto é, foi devido ao estudo e sistematização, nas suas habitações unifamiliares, que a célula ganhou clareza e simplicidade das formas, permitindo a sua assimilação e combinatória com outras, e serviços comuns.

*“O conceito da Unité torna-se mais preciso depois da guerra, quando os seus anteriores estudos sobre a normalização dos alojamentos vêm ao encontro dos seus novos estudos sobre o agrupamento das habitações em relação ao conjunto dos serviços comuns: a unidade de 1200-1500 habitantes surge como o mais pequeno organismo no qual resulta útil a integração das habitações com alguns serviços primários – os ‘prolonguements du logis’ – sendo ainda a célula fundamental no novo tecido residencial, no qual se torna possível a sua integração com os serviços secundários e terciários”.*⁴³

Depois das suas primeiras experiências construtivas, ligadas ao seu ambiente cultural mais próximo, Le Corbusier apercebe-se que os problemas da reconstrução das cidades destruídas na guerra, junto às necessidades de residências geradas pelos processos migratórios, deveriam ser resolvidos de modo diferente. Deste modo, a investigação que realizará nos anos sucessivos, estará ligada pela ideia fundamental de mudança dos processos construtivos. Isto, leva-o à procura de um ideal de habitação coerente com uma concepção própria do seu tempo: casas produzidas em série. Problemas tais como a rapidez, a quantidade e a economia, fazem-se reflectir sobre o processo industrial de produção, e também na necessidade de mudar a mentalidade do utilizador; a casa útil, a casa produzida como uma máquina, a casa ao alcance de todos, com *standards* mínimos, onde o homem pode viver de uma forma digna. Tudo isso irá constituindo o corpo ideológico que irá conduzir-lo à formulação de uma nova moral urbana.

*“A casa coloca, de novo, o problema da arquitectura e, exige um método completamente novo de implementação, uma planta inteiramente nova e, adaptada a uma nova forma de vida, a uma nova imagem, resultado de um novo espírito”*⁴⁴

⁴³ BENEVOLO, Leonardo; O último Capítulo da Arquitectura Moderna; Edições 70; Lisboa; 1985; p.27

⁴⁴ LE CORBUSIER; Principios de Urbanismo: Carta de Atenas; Ariel; 1974; tradução livre

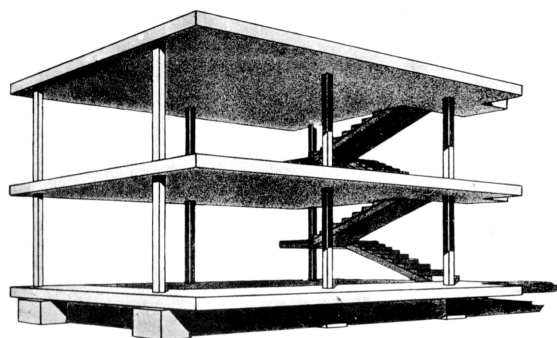


Fig.21.1 Estrutura da Casa "DOM-INO", Le Corbusier, 1915

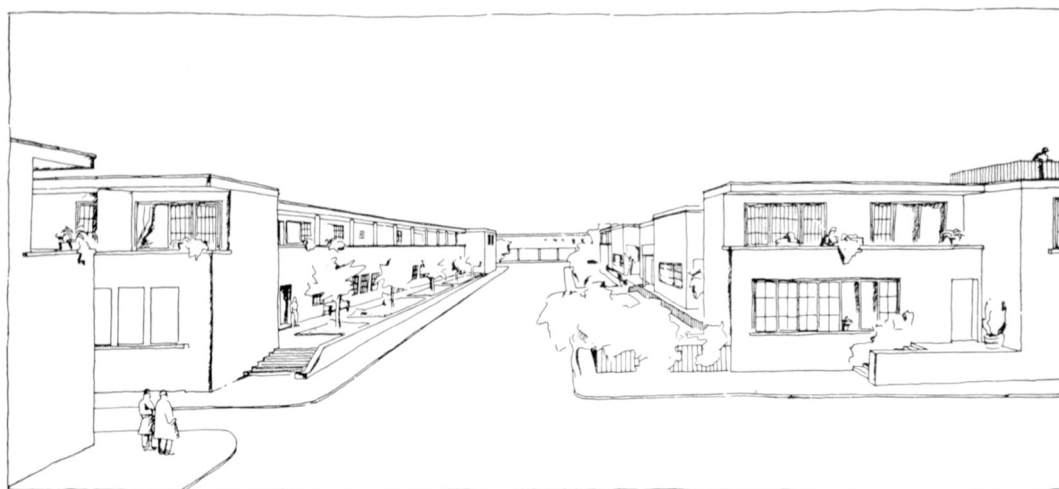


Fig.21.2 Perspectiva de um agrupamento possível de casas "DOM-INO", Le Corbusier, 1915

O sistema construtivo DOM-INO (Fig.21.1-3), cujo esqueleto é completamente independente das funções do plano da casa e dos muros de enceramento, dota a casa de uma grande liberdade, desconhecida até então, para a procura das células de habitação mais adequadas. A planta e fachadas livres, e uma organização flexível do espaço interno, adicionado à ausência de paredes portantes, significam o desaparecimento das limitações para as janelas, dando lugar a uma linguagem formal totalmente nova, por outro lado, muito ligado a essa concepção ética e estética de viver, anteriormente falada, a uma procura do essencial e a uma recriação dos valores clássicos do mundo mediterrâneo. Contudo, se o elemento construtivo foi para Le Corbusier um veículo adequado, no entanto não se tornou o fim da sua investigação. A produção em série exigia a procura dos tipos mais adequados para satisfazer as necessidades de uma nova sociedade; neste sentido cada projecto e cada obra formam parte da investigação e aperfeiçoamento destes tipos, embora o carácter dos trabalhos obrigasse a uma adaptação dependente das condições particulares de cada caso. Considerando, deste modo, a obra de Le Corbusier e, dentro da história da arquitectura contemporânea, o período de 1914-1929 corresponde a uma pesquisa tipológica destinada à produção em série e industrial da vivenda; entendendo a tipologia como uma *“estrutura profunda que organiza o resultado arquitectónico”*. No entanto, Le Corbusier desde o início compreendeu que a produção em série acarretaria, um outro problema mais complexo que o estudo da própria célula. A escolha do lugar, a quantidade e o agrupar, a inter-relação e de implantação. Isso leva-o a considerar a habitação colectiva, entendida por um lado como a continuação e generalização das suas investigações da habitação unifamiliar, e por outro lado como elemento que recai no factor urbanístico, que deve por consequência redefinir-se.

Assim a questão urbanística já está presente nas suas casas DOM-INO, a configuração das praças, das ruas, do parcelamento ou loteamento, o sistema construtivo e a linguagem formal são expressões de quem quer transformar uma sociedade em conflito (Fig.21.4). Nas casas DOM-INO, a acumulação dos tipos e consequentes propostas urbanísticas estão, no entanto, ligadas a uma concepção espacial relacionada com o mundo próximo das cidades-jardim europeias. No entanto, através desta investigação tipológica e do conhecimento das possibilidades do espaço habitável, quando redefine as aglomerações e formula, em 1922, a sua proposta das grandes *“immeubles-villas”* (Fig.22), cuja unidade mínima é exposta no pavilhão *“L’Esprit Nouveau”* em 1925, tenta uma síntese entre a cidade jardim e a cidade compacta, como uma nova alternativa de habitação das grandes cidades. Todo este processo irá culminar nos anos 1947-52, com as Unidades de Habitação, cuja célula básica de habitação, não é mais do que o produto elaborado proveniente das casas unifamiliares estudadas anteriormente.

*“A Unité representa a síntese de todos os estudos sobre o tema da habitação, que foram realizados durante as três décadas anteriores, enquanto tentou desenvolver uma tipologia de fogos colectivos que pudessem responder à “questão habitacional” a uma escala apropriada”.*⁴⁵

Na *Unité*, Le Corbusier transpôs o seu pensamento de habitação individual para o contexto da habitação colectiva, inspirado pelo seu contacto com Tony Garnier e pela sua visita crucial ao convento da Cartuxa de Ema, na Toscana. Ali vivenciou, pela primeira vez, a “comuna” viva que viria a tornar-se o modelo sociofísico de sua própria reinterpretação das ideias socialistas utópicas de Garnier e, em parte, de L’Eplattenier. Mas tarde, descreveria o convento dos cartuxos

⁴⁵ FRAMPTON, Kenneth; Le Corbusier. Architect in the Twentieth Century; Abrahams, 2002; p.93; tradução livre

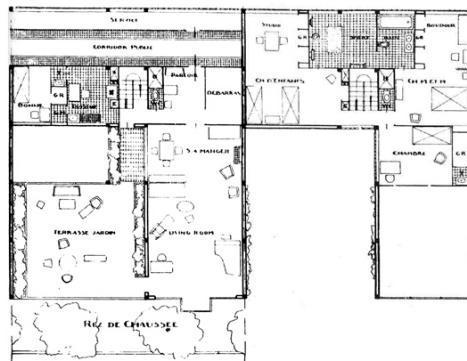
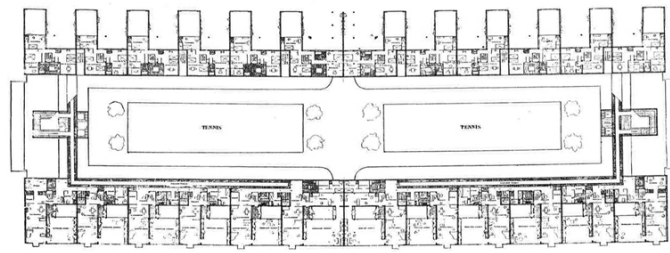


Fig.22 *Immeubles-Villas*, Le Corbusier, 1922

como uma inspiração na qual “uma autêntica aspiração humana se concretizou: silêncio e solidão, mas também o contacto diário entre os homens”.

*“Foram estimuladas por um encontro com Tony Garnier em Lyon, no inverno de 1907, no exacto momento em que este começava a ampliar o seu projecto de 1904 para uma Cité Industrielle, as afinidades socialistas utópicas de Le Corbusier e sua susceptibilidade diante de uma abordagem tipológica – para não dizer clássica – da arquitectura certamente datam desse encontro, sobre o qual ele escreveu: “Esse homem sabia que o nascimento de uma nova arquitectura dependia de fenómenos sociais. Seus planos revelavam uma grande facilidade. Eram a consequência de um século de evolução arquitectónica em França”.*⁴⁶

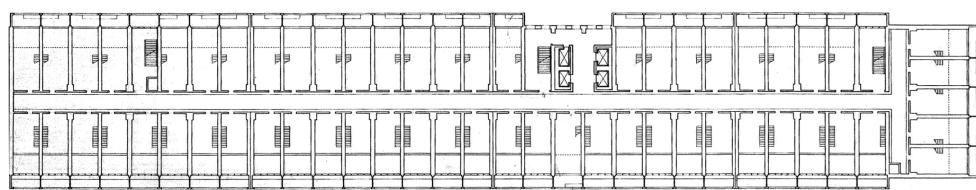
“Além desse aspecto de béton brut, a Unité era muito mais complexa em sua organização do que o bloco típico da Ville Radieuse do pré-guerra. Enquanto a laje utilizada na Ville Radieuse era um plano horizontal contínuo, hermeticamente contido por detrás do vidro, a Unité revelava sua unidade celular pelo uso de anteparos solares em forma de sacadas e dosséis que se projectavam do corpo principal do edifício. Esses brise-soleil com suas paredes laterais enfatizavam o volume das unidades de dois andares estendendo-se através da largura do bloco – mégarons construídos como elementos independentes e suspensos dentro da estrutura de betão de modo muito semelhante ao de garrafas num armário. “Ruas” interiores em andares alternados proviam o acesso horizontal a essas unidades cruzadas que se entrosavam entre si.

*Essa morfologia celular expressava automaticamente um aglomerado de moradias privadas, enquanto a arcada comercial e as instalações comunitárias na cobertura serviam para estabelecer e representar a esfera pública. O status honorífico desse conjunto era expresso, no térreo, através das colunas cuidadosamente perfiladas que suportavam a subestrutura do edifício. Esses pilotis, precisamente proporcionais de acordo com o Modulor de Le Corbusier, sugeriam a invenção de uma nova ordem “clássica”. Unindo suas trezentas e trinta e sete moradias e uma arcada comercial, um hotel e uma cobertura, uma pista de corridas, um pequeno lago, um jardim-de-infância e um ginásio desportivo, a Unité era um “aglutinador social” tanto quanto o haviam sido os blocos comunitários soviéticos dos anos 1920. Essa total integração de serviços comunitários lembrava o modelo oitocentista de Fourier, não só pelo seu tamanho, mas também devido ao seu isolamento do meio ambiente imediato. E, de abrigar o homem comum em um domínio principesco (Fourier detestava a pobreza da casa individual), a Unité era vista por seu autor como um projecto capaz de devolver a dignidade da arquitectura à mais simples moradia individual”.*⁴⁷

Na Unidade de Habitação, além da estruturação individual da célula familiar, o que realmente é importante de observar, no âmbito do nosso estudo, são os elementos de cariz comunitário, os serviços e dependências comuns.

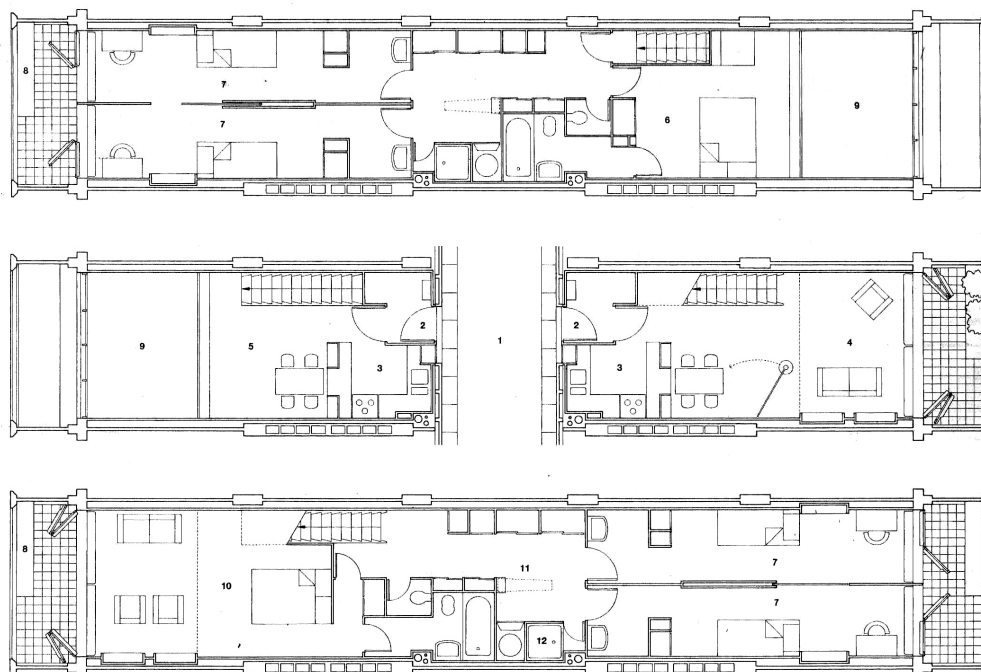
⁴⁶ FRAMPTON, Kenneth; História Crítica da Arquitectura Moderna; Martins Fontes; 2003; p.180

⁴⁷ FRAMPTON, Kenneth; idem; p. 274

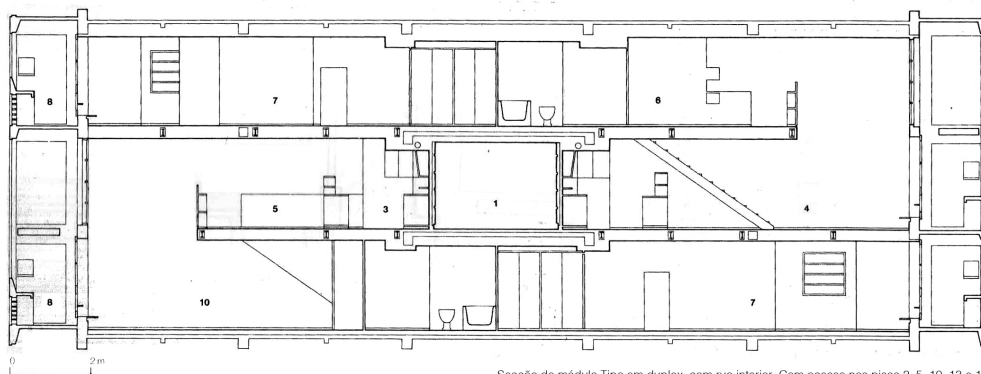


Planta do piso Tipo com rua interior. Pisos 2, 5, 10, 13 e 16

Planta do módulo Tipo em duplex, com rua interior. Com acesso nos pisos 2, 5, 10, 13 e 16



- | | |
|--|--------------------------------------|
| 1 rua interior | 7 quarto das crianças |
| 2 entrada para o apartamento | 8 varanda |
| 3 cozinha | 9 pé direito duplo |
| 4 sala de jantar e sala de estar | 10 quarto dos pais com zona de estar |
| 5 zona de refeições | 11 tábua de engomar |
| 6 quarto dos pais com instalações sanitárias | 12 duche e instalações sanitárias |



Secção do módulo Tipo em duplex, com rua interior. Com acesso nos pisos 2, 5, 10, 13 e 16

Fig.23.1 Unidade de Habitação, Marselha, França, Le Corbusier, 1947-52

“Nos planos para a Unité, ele apercebeu-se da promessa de uma beleza ‘colectiva’ que tinha sido o seu objectivo no projecto do Dom-Ino; ele conseguiu uma grandeza colectiva que as habitações Dom-Ino apenas alcançaram ligeiramente; e finalmente, ele previu para todos os habitantes da Unité uma liberdade e abundância para além daquilo que ele tinha planeado para a elite da Cidade Contemporânea. Os apartamentos da Unité não são conferidos numa base de posição ou estatuto profissional na hierarquia empresarial mas de acordo com o tamanho da sua família e necessidades. Ao projectar estes apartamentos, Le Corbusier realçou que “pensou nem no rico nem no pobre, mas no Homem”. Ele queria escapar de ambos os conceitos de habitação luxuosa, na qual o consumo excessivo dos espaços tornou-se um sinal de estatuto social, e do “Existenzminimum”, onde o desenho da habitação é baseado nos mínimos absolutos de higiene. Ele acreditava que a habitação podia ser feita para a ‘escala humana’, justa nas suas proporções para todos. Ninguém queria nada maior ou mais pequeno”.⁴⁸

O grande ênfase na *Unité*, no entanto, não está no apartamento individual, mas sim os serviços colectivos fornecidos a todos os moradores. Tal como nos *Villa-Apartment Blocks of the Contemporary City*, Le Corbusier seguiu o princípio de que a partilha cooperativa de serviços de lazer comuns poderia oferecer a cada família um ambiente muito mais variado e agradável, do que aquele que mesmo o indivíduo mais rico poderia pagar numa casa unifamiliar. Essas instalações, além disso, assumem uma clara função social como recompensa e compensações para as oito horas de trabalho disciplinado numa fábrica ou escritório, que são exigidos a todos os cidadãos numa sociedade. A *Unité*, por exemplo, tem uma série de espaços dedicados à prática em comunidade:

1. Tem uma gama completa de oficinas cujas técnicas já não podem ser praticadas na indústria dedicadas à produção em massa.
2. Aqui encontram-se salas de reunião de todos os tamanhos, destinados a actividades participativas que não têm lugar na esfera hierárquica de produção.
3. Há cafés, restaurantes e lojas onde a sociabilidade pode ser cultivada por si mesma.
4. O mais importante na avaliação do próprio Le Corbusier, é que a *Unité* proporciona uma oportunidade a uma ampla variedade de actividades físicas que são “severamente encurtadas”¹⁴ durante as horas de trabalho numa sociedade industrial. Dentro de cada unidade de habitação existe um ginásio de grande escala, sobre o telhado campos de ténis, piscina, e até mesmo ‘praias’.
5. O edifício apenas cobre 15 por cento do terreno, e o espaço aberto em seu redor é paisagisticamente desenhado com campos de jogos, jardins e parques.

Os mais básicos serviços, de que *Unité* dispõe, tornaram possíveis novos conceitos de família. Le Corbusier visionou uma sociedade na qual homens e mulheres são iguais e trabalhariam a tempo inteiro como iguais. Daí, ele prevê o fim da família como unidade económica na qual a mulher é responsável pelas tarefas domésticas e o homem pelo sustento da mesma. Na *Unité*, limpar e educar as crianças são serviços prestados pela comunidade. Cada edifício de unidade de

⁴⁸ FISHMAN, Robert; *Urban Utopias in the Twentieth Century*: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier; The MIT Press; 1982; p.231-232; tradução livre

habitação tem o seu próprio jardim-de-infância, enfermaria e escola primária, lavandaria comum, serviços de limpeza e manutenção e armazéns alimentares.

A *Unité* de Le Corbusier foi, então, concebida sob o pensamento da vida colectiva, do despertar intencional para a formação de um novo conceito de família e de relação entre indivíduos em comunidade. Embora numa concepção à grande escala, a *Unité* estabelece-se como uma das primeiras tentativas de uma nova colectividade, ou de uma reinterpretação das colectividades rurais, desprezadas no urbanismo industrial. É de notar que grande parte das características que definem Cohousing estão presentes já na Unidade de Habitação de Marselha de Le Corbusier.

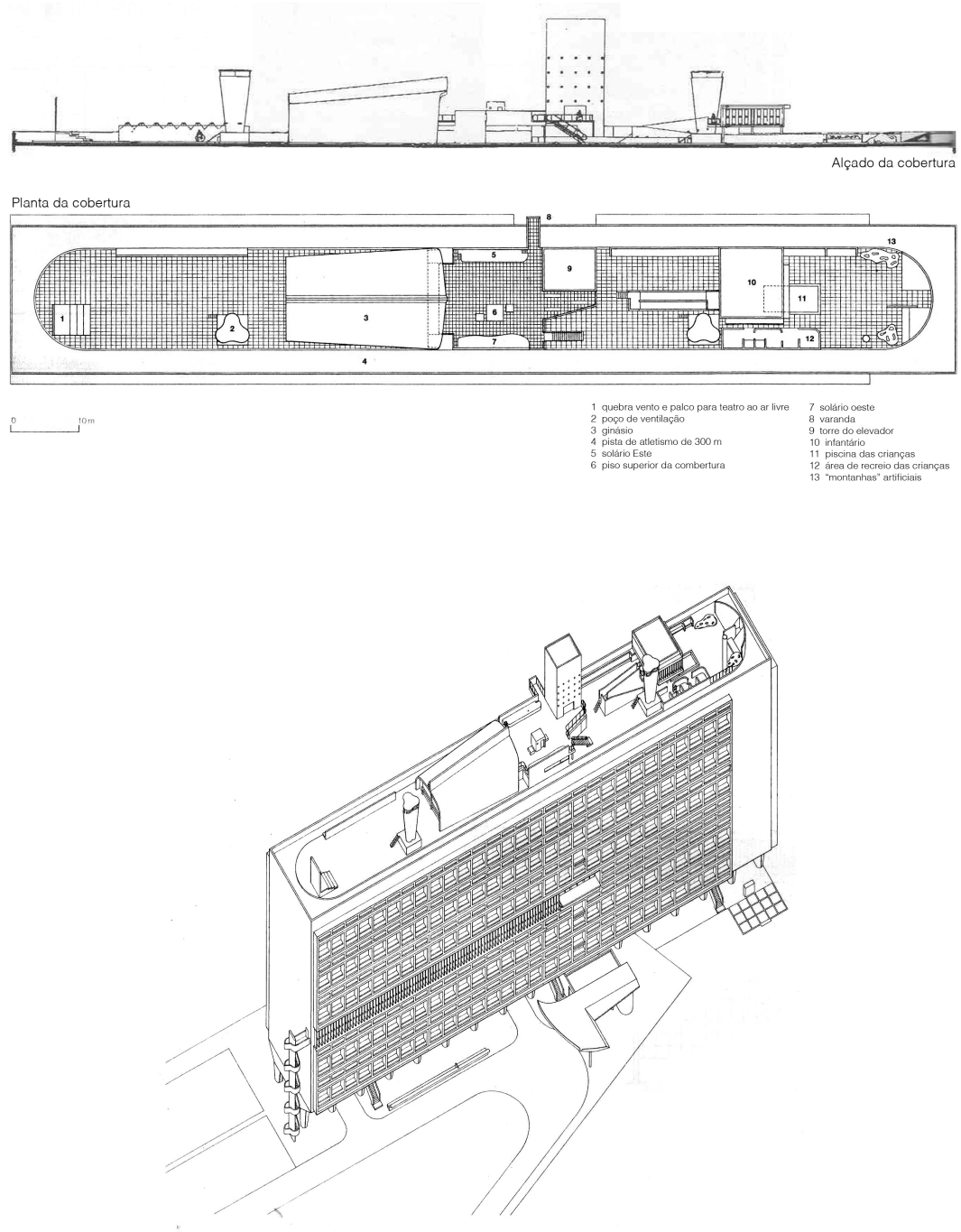


Fig.23.2, Fig.23.3 Unidade de Habitação, Marselha, França, Le Corbusier, 1947-52

Mais actualmente observam-se outros edifícios com os mesmos princípios comunitários da *Unité*, como por exemplo o *Mirador* (Fig.24.1), em Madrid, dos arquitectos MVRDV, 2001-2005. Este é um edifício torre, de uma escala consideravelmente maior do que a da *Unité* de Marselha. Apresenta características idênticas, nos seus principais conceitos. Evidenciam a enorme multiplicidade de células para os mais distintos tipos de unidades familiares, e circunstâncias sócio e económicas dos indivíduos. O culminar do aspecto comunitário está numa forma de miradouros “escavados” do volume massivo que é o corpo do edifício (Fig.24.2-3). Estes espaços comuns permitem, do mesmo modo que o terraço da *Unité*, um conjunto de actividades e serviços, são um espaço de comunicação e de interactividade. O edifício apresenta os mesmos princípios a que Le Corbusier aspirava na *Unité*, destinados à criação de novos tipos de relações humanas, integração e partilha.

A torre preserva o espaço aberto, tão necessário, de uma cidade moderna. O grande miradouro, a quarenta metros do solo, oferece aos moradores um jardim comunitário e um espaço para contemplar o horizonte. O edifício leva a arquitectura doméstica à nova paisagem da cidade e aos seus terrenos em redor. O edifício abre-se à paisagem, assim como se impõe à mesma. A praça flutuante que sobrevoa a paisagem é acessível por uma ligação directa desde a praça térrea que circunda o edifício. [MVRDV, 2005]⁴⁹

Este espaço comum, em altura, é cercado por vizinhanças diferentes, uma vasta variedade de tipos de unidades familiares mínimas, que integram diferentes grupos sociais e estilos de vida. Em contraste com a repetição racionalizada e em série do típico fogo familiar, aqui, as células familiares são agrupadas em pequenos blocos. Estes, empilhados e colados uns com os outros, formam um novo “superbloco” em torre. Os espaços vazios, entre os blocos, agem como zonas de acesso, concebidas estas como avenidas verticais. A transformação dos blocos e respectiva tipologia estão estruturados segundo um itinerário em forma de pequenos subúrbios, o que leva a uma progressão vertical de escadas, halls, plataformas e ruas, criando uma espécie de bairro vertical. [MVRDV, 2005]⁵⁰

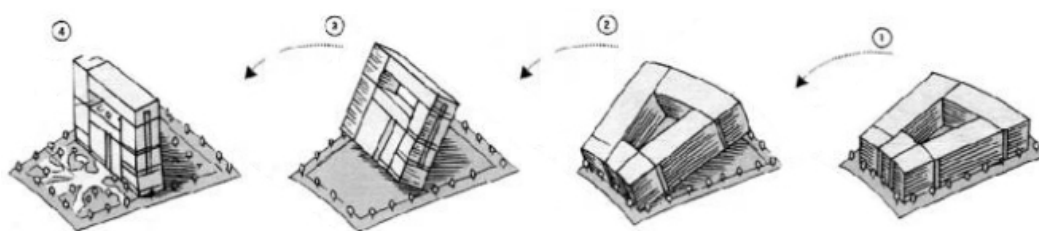


Fig.24.1, Fig.24.2, Fig.24.3, Fig.24.4 Mirador, Madrid, MVRDV, 2005

⁴⁹ <http://www.mvrdv.nl/>; [Consult. 2011-06-13]

⁵⁰ idem



Fig.25.1, Fig.25.2, Fig.25.3 Unidade de Habitação, Marselha, França, Le Corbusier, 1947-52

HOUSE BEFORE HOUSE . A FRAGMENTAÇÃO DA CASA EM ESPAÇO COMUM HABITÁVEL

UTSUNOMIYA, TOCHIGI, JAPÃO, SOU FUJIMOTO, 2007-08

Quartos individuais fazem parte do espaço de viver, no entanto, existem outros, espaços para as pessoas, tais como pátios exteriores que estendem as dimensões dos quartos para o exterior, que se estendem de quarto para quarto, ou desde as bases daquelas “árvores flutuantes”. Alguns volumes/quartos são desagregados e são acessíveis entre sombras e luz, entre as árvores e a luz filtrada que emancipa das suas copas. Os moradores, no seu quotidiano, estão aptos para descobrirem e apropriarem métodos e usos diferentes do espaço, tais como interior e exterior, quartos e jardins, escadas e árvores, pátios e terraços fundidos uns nos outros.

[Sou Fujimoto, 2010]⁵¹

*“Eu espero libertar um, aparentemente, espaço comum, no entanto a preciosa totalidade do acto de habitar através da nova forma desta casa particular, em cujas instâncias; uma árvore que cresce, mesmo, sobre a nossa cabeça; tocar uma árvore que cresce apenas a alguns metros sob os nossos pés; atravessar uma montanha distante/quarto, por umas escadas/ponte; ou sonhar acordado no miradouro, um espaço exterior sobre uma caixa flutuante/quarto”.*⁵²

Passando da grande escala, da Unidade de Habitação de Marselha de Le Corbusier, para a pequena escala de uma “simples” habitação unifamiliar, deparamo-nos com pontos comuns entre ambos, e pontos que se provarão característicos de um complexo *Cohousing*. Sou Fujimoto, nesta pequena casa unifamiliar, desenhada para duas a quatro pessoas, procede a um acto de fragmentação do espaço em pequenos volumes que se articulam numa teia de percursos. Há espaços, aparentemente ao acaso, entre árvores, escadas, rampas e vazios. Sou Fujimoto promove a necessidade de auto-descoberta através de exploração do espaço que envolve e compõe a casa ao mesmo tempo que o indivíduo também “se descobre a si mesmo”. A agregação espontânea dos volumes minimalistas entre árvores dá asas a uma redescoberta de novos usos domésticos, de novas apropriações do espaço. Aqui os vazios são tanto, ou mais, importantes que os cheios, isto é, o volume construído e os vazios que se intercalam nele são como um só, um não pode viver sem o outro, complementam-se e fundem-se num todo. Aqui o que parece espaço residual é intencional, tal como, numa pauta musical, são as pausas entre as notas. As notas (cheios/construído) só são compreendidas, ou mesmo, só são providas de sentido, quando, a par de pausas, que lhe permitem um distanciamento, uma relação de leitura entre as diferentes notas ou claves musicais. As pausas (vazios) também são música, do mesmo modo que os vazios também são espaço e arquitectura.

Eu imaginei criar um espaço que sugerisse um ‘futuro primitivo’, análogo a ser, simultaneamente, novo e, ao mesmo tempo, pré-histórico; gerado de uma novidade imprevista, no entanto, subordinando algo semelhante à forma inequívoca e arquetípica de uma casa.

*Árvores de grande porte crescem nos topos de pequenas caixas/quartos minimais. Quando estas caixas e árvores são empilhadas umas sobre as outras, nasce um lugar que é uma reminiscência de uma pequena montanha porosa, ou de uma aldeia densa, natural e espontânea”.*⁵³

⁵¹ FUJIMOTO, Sou; in El Croquis 151: Sou Fujimoto, 2010; p.94

⁵² FUJIMOTO, Sou; in 2G N.50: Sou Fujimoto; 2010; p.96; tradução livre

⁵³ FUJIMOTO, Sou; in 2G N.50; idem; tradução livre

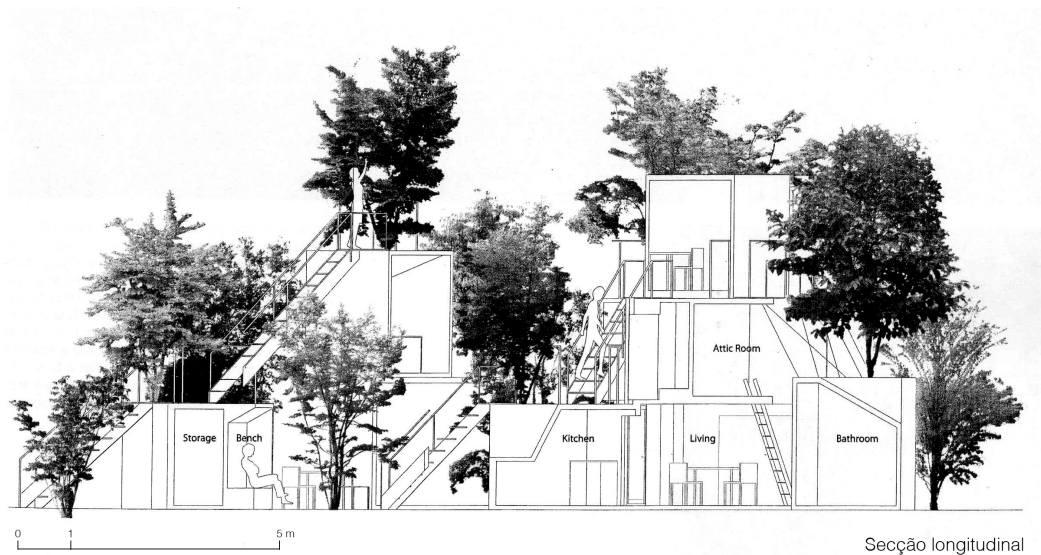


Fig.26.1, Fig.26.2 House Before House, Utsuomya, Japão, Sou Fujimoto, 2007-2008

Na arquitectura de Sou Fujimoto, particularmente na House Before House, a sensibilidade corporal é intrínseca e estimulada pelo próprio espaço. É um espaço disposto á interacção entre o outro e si próprio. Existe uma ideia permanente de “relacionalidade” entre os cheios e vazios, entre o natural, o construído e o homem. A ideia de relacionalidade pode ser ilustrada com a ideia de música sem pautas. Sou Fujimoto compara a pauta na música para a grelha na arquitectura moderna: ambos os dispositivos estabelecem uma ordem abstracta e transcendente, um no tempo (a pauta), o outro no espaço (a grelha), na qual a figura musical ou objecto arquitectónico é posicionado. Se a pauta é retirada das notas, uma nova forma, de ler ou entender a música, é revelada. Grupos de notas referem-se directamente umas com as outras ao invés de uma estrutura forte temporal ou tonal, estabelecendo uma ordem relacional, sem referência a qualquer metrónomo transcendente ou afinador. Em tal concepção de música, o tempo, uma vez transcendente, tornou-se imanente às notas. Uma arquitectura relacional estabelece a analogia com a arquitectura. [Julian Worrall, 2010]⁵⁴

Quando nos deparamos com um aparente disposição caótica, sem lógica ou regra, não significa que os espaços sejam realmente caóticos no seu conjunto. Isto é, do mesmo modo, e continuando a analogia com a musica, que o *swing* do Blues ou a improvisação no Jazz não se escrevem, deve ser, pelo contrário, sentido e apreendido intrinsecamente o ritmo. Uma organização espacial aparentemente caótica ganha todo o sentido, regra e compreensão quando se percorre, quando se respira e se sente.

A música, por vezes, é impossível descrever na íntegra. Isto é, por exemplo no Blues ou no Jazz as, nuances sensoriais dos músicos são algo irrepetível, impossíveis mesmo de descrever ou explicar, é um *swing* ou sentimento que tem de ser experienciado para se entender. Numa partitura musical clássica o andamento e o “estilo” do ritmo podem ser anotados. Por vezes os títulos “*allegro*” ou “*swing*” situam-se no topo da partitura, como que se anunciassem o tipo de ritmo. No entanto, esse sentimento ou andamento musical é algo interno, tão forte como o batimento cardíaco que passa a ser o nosso próprio ritmo, do mesmo modo deve ser sentida e expressa a arquitectura.

Então, de uma primeira leitura de um conjunto, aparentemente, disposto ao acaso, nasce a consciência de uma grelha de relações, de histórias e interactividades sociais.

A House Before House de Fujimoto, como caso de estudo, ou seja, uma habitação unifamiliar, pode parecer estranho numa dissertação que debate maioritariamente o conceito do habitar em comunidade. No entanto, se a observarmos melhor, tem reunido várias características essenciais do *Cohousing*, como o desenho arquitectónico de células habitacionais mínimas em prol de um maior espaço, privilegiando a interacção em comunidade, um forte carácter de espaço social. Não seria difícil de imaginar, que num contexto semelhante, se adicionassem outras células, de modo a formarem, não uma habitação unifamiliar, mas um complexo de habitação colectiva. Isto é, tal como as árvores, que a cercam e fazem parte do seu ser, cresceria do mesmo modo, uma agregação em altura, onde do mesmo modo, seriam intercaladas de vazios e espaços sociais, células habitacionais e volumes destinados aos serviços comuns. Num mero exercício imaginativo poderíamos supor uma floresta onde flutuantes jardins e praças comuns se fundissem num percurso entre habitação, espaços exteriores privados e comuns e serviços comuns, num espaço novo, público e privado se, na base, o jardim fosse público, os usos e as pessoas se misturassem.

⁵⁴ WORRAL, Julian; in 2G N.50: Sou Fujimoto; 2010; p.12



Fig.26.3, 26.4, 26.5 House Before House, Utsuomya, Japão,
Sou Fujimoto, 2007-2008

Na realidade, o projecto Tokyo Apartment (Fig.28.1-2), de Sou Fujimoto, reúne, em muito, essa capacidade de agregação de unidades habitacionais num complexo colectivo.

Também o projecto Tree-ness House (Fig.27), em Tóquio, do seu congénere japonês Akihisa Hirata, demonstra essa intenção de fragmentação do volume construído em vazios que o intercalam e fazem respirar a matéria densificada. Aqui, o vazio torna-se cheio e destituído do seu significado de vazio. É, então, no projecto House Before House que esta ideia tem maior força, isto é, é nos seus espaços vazios ou espaços sociais que a casa se torna casa. É do surgimento de interacções humanas oriundas dos espaços entre os volumes construídos que as pessoas se encontram e partilham vivências; é dessa essência que este projecto pode ser visto como uma aliteração de *Cohousing*.

Eu acredito que uma casa não precisa de ser necessariamente uma casa. Uma casa é um lugar destinado à habitação do homem. No entanto, um lugar para a habitação do homem, não é limitado a ser uma casa. Eu acredito que pessoas habitam um território muito mais vasto, um que absorve a casa. Quando alguém as remete à sua origem, casas e cidades devem ter sido indistinguíveis. É esse o caso em questão, eu penso que é possível criar um lugar que simultaneamente uma casa, uma cidade e uma floresta. É um espaço análogo a uma pequena Terra e, assim, a arquitectura mais primitiva e, no entanto, também a mais futurista".⁵⁵

Afinal, o que é habitar, senão construir um lugar, prolongar-se a si mesmo sobre o lugar para que ele responda como um eco às nossas acções e pensamentos? Habitando, esta dupla extensão física e psíquica adquire forma; constitui a região do espaço que foi modificada à nossa semelhança.

⁵⁵ FUJIMOTO, Sou; in 2G N.50: Sou Fujimoto; 2010; p.97



Fig.27 Tree-ness House, Tóquio, Japão, Akihisa Hinata, 2009



Fig.28 Tokyo Apartment, Tóquio, Japão, Sou Fujimoto, 2006-2009

COMPLEXO DE SARUGAKU . A RUA DISTRIBUTIVA

TÓQUIO, JAPÃO, AKIHISA HIRATA, 2006-07

Um pequeno projecto de uma rua comercial, no distrito de Daikanyam em Tóquio, tira partido das restrições locais, que impunha a criação de uma série de volumes diversos num espaço muito estreito. Os arquitectos Akihisa Hirata decidiram fazer vários volumes que simulassem uma montanha, e um vale único e unificador de todo o complexo. Os diversos volumes, dispostos como que se fossem uma montanha, simulariam o efeito de uma cascata de sucessivos terraços, orientados uns para os outros e para o vale central, a rua central. Esta seria uma montanha e uma cascata de fluxos comerciais e humanos, onde em cada terraço produtos e pessoas se apropriassem do seu próprio espaço (Fig.29.1). [Akihisa Hirata, 2007]⁵⁶

Uma serie de miradouros foram desenhados no complexo, face alguns pontos de vista que atravessam os volumes do edifício. As janelas são alinhadas com essas linhas visuais (Fig.29.2). Uma circulação exterior, por terraços permite um prolongamento dessas relações visuais e contacto físico dentro do complexo. A interacção ocorre dentro da criação deliberada do “vale”. A escala humana é essencial no projecto onde, em vez de um espaço fechado que encerra todas as suas actividades no seu interior, fluxos e interacções de pessoal, objectos e espaços são visíveis, acessíveis e experienciados. Como o arquitecto Akihisa Hirata diz, *“Assim, cada volume em forma de montanha é ligado e as pessoas podem experienciar um tempo misterioso, como que se percorressem uma floresta de ilusão. Temos como objectivo de criar edifícios vigorosos que adquiram força através de um grande fluxo de coisas e pessoas”*.⁵⁷

Comunicação e interacção entre pessoas, são as principais premissas do projecto, potencializadas pela rua que atravessa o complexo fazendo, assim, surgir um espaço misto de usos e objectos, de pessoas e actividades que se entrecruzam e partilham, mais do que o mesmo espaço, saberes e experiências, onde o espaço público é elemento caracterizador do complexo. É através do espaço público que os fluxos se desenvolvem (Fig.29.3-4). [Akihisa Hirata, 2007]⁵⁸

Uma rua pública interna, é talvez o que me tenha feito escolher este projecto como referência, por estimular uma parecença com as típicas ruas comerciais da ‘baixa’ do Porto. Deste modo, uma relação de parecença com o conceito de *Coworking* e estas ruas comerciais do Porto, terá um maior relevo posteriormente. No entanto perceber o conceito de espaço público e como as pessoas interagem com essa natureza do espaço é importante, desde já, tentar.

⁵⁶ <http://www.archdaily.com/8237/sarugaku-akihisa-hirata/>; [Consult. 2011-05-14]

⁵⁷ idem; tradução livre

⁵⁸ idem

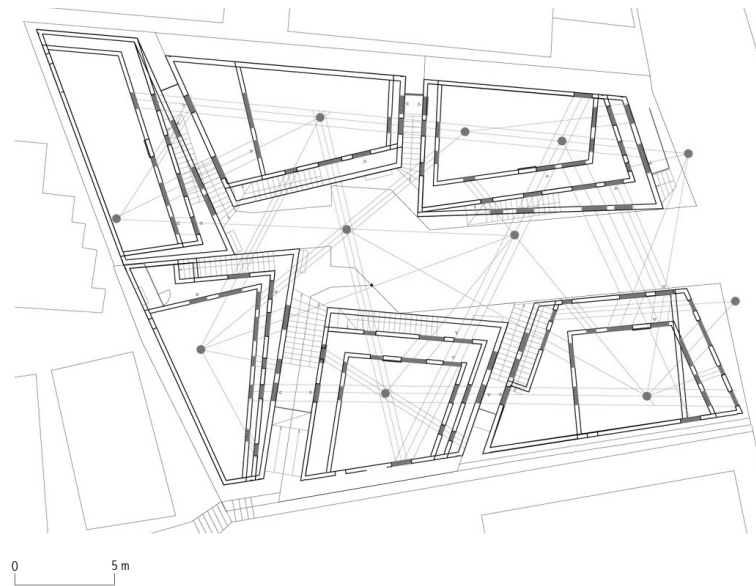


Fig.29.1, Fig.29.2 Complexo de Sarugaku, Tóquio, Japão, Akihisa Hirata, 2006-2007

O conceito de espaço público, próprio do discurso filosófico da modernidade, tornou-se um conceito operatório da investigação sociológica, assumindo, contudo, várias utilizações nem sempre suficientemente claras. O público é, antes do mais, o que é comum, levando-o o oposto do privado, oposição esta que remonta à cidade grega. A noção de espaço público assume, contudo, outras acepções, fruto de teorias diversas entre diferentes filósofos. Público é repetidamente categorizado como aberto, enquanto privado é categorizado como fechado. No entanto esta noção é incompleta sem se perceber que deve existir uma transição entre os dois, literalmente e figurativamente.

Hoje a noção de espaço público e espaço privado tende a uma fusão e imperceptibilidade, gerando uma dificuldade de conotação dos próprios espaços, quando nos deparamos com ambiguidades na sua natureza; daí nascem termos como semi-público ou semi-privado. No entanto, de um modo simplificado, espaço público e nomeadamente, num cariz urbano, é o cheio do vazio. Isto é, se observarmos a planta da cidade, deparamo-nos com uma malha urbana, cosida através de ruas, praças, largos, becos, geralmente associadas a elos de ligação entre o volume edificado de uma cidade, e por oposto, um espaço vazio, sem volume. No entanto, ironicamente, é o espaço vazio que se torna o cheio da cidade, é o espaço público que gera confluências, interações, fluxos e vida a um núcleo urbano. O espaço público é um espaço de sociabilização, de discussão política. Sucintamente, e repito, espaço público é o volume “positivo” de uma malha urbana.

“Enquanto a cidade se apresenta, aos olhos dos seus habitantes, como uma realidade concreta, somatório de edifícios, equipamentos e infra-estruturas, o espaço público representa, numa acepção corrente, a materialização do seu inverso, isto é, a ausência de concretização física. Contudo, a noção de espaço público não é, uma negação de cidade, pelo contrário, representa a afirmação da sua existência. Na ausência de edificação, corporiza-se a presença das pessoas que a habitam; na sua configuração espacial contida e delimitada pelo seu edificado, vive-se a dinâmica e o movimento das acções que a caracterizam. Por ser um espaço eminentemente social, é também espaço de representação, no qual a sociedade se faz visível. Será assim possível ler e compreender no espaço público, a expressão do fervilhar de forças que habitam a cidade”.⁵⁹

⁵⁹ GRAÇA, Manuel Silva; Espaços Públicos e Uso Colectivo de Espaços Privados; in Cultura light / 9ª Mesa-redonda de Primavera ; coord. Vitor Oliveira Jorge. - Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2005; p.108



Fig.29.3, Fig.29.4 Complexo de Sarugaku, Tóquio, Japão, Akihisa Hirata, 2006-2007

RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES . ARQUITECTURA COMO GERADORA DE CIDADE

PONTA DELGADA, S. MIGUEL, AÇORES, A.S* ATELIER DE SANTOS, 1994-2004

A Residência de estudantes, universitária, é talvez a tipologia que melhor exemplifique na sua maioria, as características de habitar num conjunto *Cohousing*. As residências universitárias, como o nome diz, espaços habitacionais destinados a estudantes universitários, sujeitos por situação, individuais, e por isto quero dizer não colectivos. Isto é, indivíduos que, pelas específicas circunstâncias, deixam a família e vão viver sozinhos, sempre com o factor de o fazerem por um período de tempo limitado. As dimensões das respectivas células habitacionais, individuais ou colectivas são limitadas. Essa dimensão de solidão privilegia o aparecimento e importância dos espaços colectivos e estimulantes à interacção e sociabilização entre os estudantes. É também, geralmente, um edifício com apoios financeiros, para auxiliar os que têm maiores necessidades. Assim é sempre um edifício de custos e administração financeiramente controlada. Aquilo que provoca, inevitavelmente, uma selecção dos estudantes, ao contrário do que se passa no *Cohousing*, é a administração. É diversa do modelo de *Cohousing*, visto ser dissociada do corpo habitacional, que escolhe os futuros residentes e não o grupo que habita o conjunto. No entanto, essa noção de escolha e selecção está, também e faz parte das características definidoras de *Cohousing*. Os serviços comuns surgem, tanto pela vantagem económica como, também, pela natureza social e intenções de sociabilização.

As residências universitárias assumem, expressões urbanas e arquitectónicas, tal como qualquer outra manifestação arquitectónica, dependendo do contexto em que estão inseridas. Geralmente, associadas a um centro universitário, existem no entanto, residências que se insurgem numa paisagem não urbana, e por isto, constituem-se como um modelo de relações internas e externas muito ricas, e de potencial urbanístico.

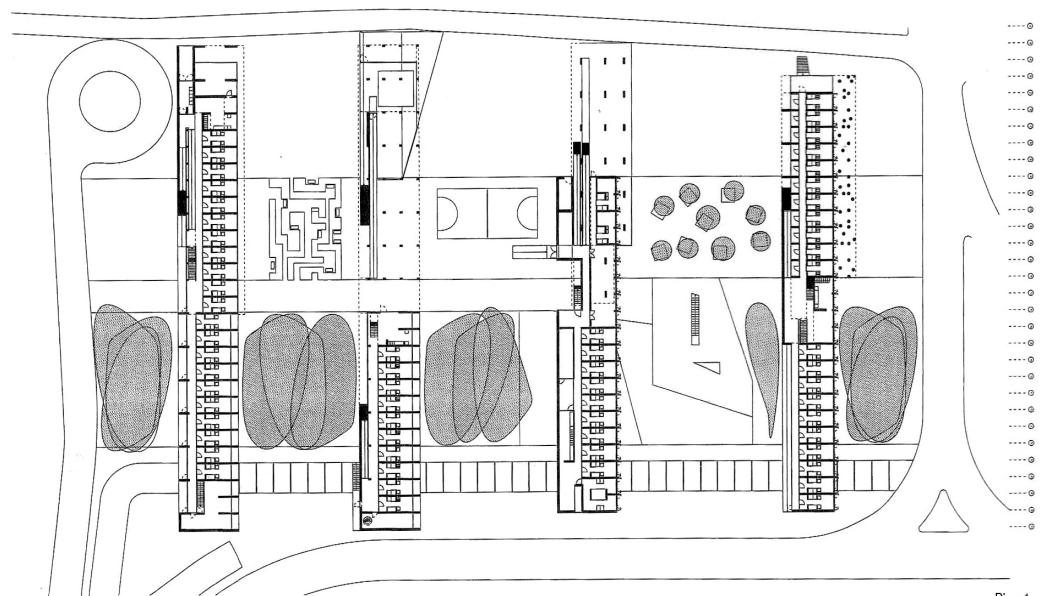
“Uma residência universitária é o pretexto para construir um novo sistema urbano no seio de uma área inacabada”.⁶⁰

A necessidade de urbanizar, propõe a assimilação do edifício como macro-escala germinadora de um vazio natural, ao invés de, no centro de uma cidade ou dentro de uma malha urbana consolidada, o conjunto tornar-se-ia cidade dentro de cidade. Isto é, surgiria uma micro-escala urbana e com suas respectivas cadeias de inter-relações sociais, dentro de uma macro-escala, agora a cidade metrópole. O edifício torna-se cidade e, eventualmente, propõe uma continuação do mesmo em forma de cidade. E é esta tipologia que me interessa focar, como as Residências Universitárias das Laranjeiras, dos A.S* Arquitectos, nos Açores.

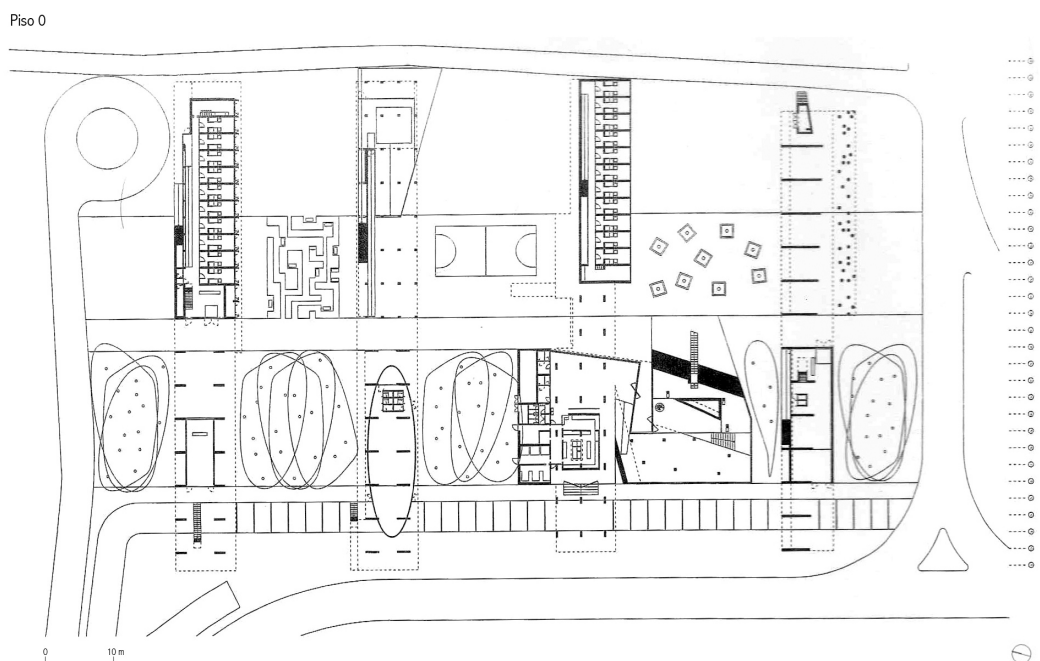
“Em quatro blocos paralelos, que abraçam toda a extensão do terreno disponível, combinam-se elementos que servem um conceito de paisagem. Os volumes — construídos a partir do módulo do quarto — são atravessados por múltiplos percursos. Os espaços criados vivem da combinação de vários elementos: a fluidez das rampas e dos declives do terreno, as zonas verdes diferenciadas, os elementos urbanos de faixa de acesso e estacionamento, ou até a pontuação compositiva dos ‘acontecimentos’ propositadamente criados: um laranja, um labirinto de sebes e arbustos de diferentes cheiros e cores”.⁶¹

⁶⁰ GADANHO, Pedro; Influx : Arquitectura Portuguesa Recente=Recente Portuguese Architecture; Civilização; 2004; p.20

⁶¹ GADANHO, Pedro; Idem



Piso 1



Piso 0

Fig.30.1, Fig.30.2 Residências de Estudantes, Ponta Delgada, Açores, A.S.*Atelier de Santos, 1994-2004

O complexo das Residências Universitárias introduz-se numa antiga zona industrial sobranceira a terrenos agrícolas em desuso. O crescimento da cidade faz prever rápidas e profundas alterações em toda a área; pelo que a construção do complexo residencial provoca constitui uma oportunidade em desenhar uma estrutura urbana, permitindo constituir-se como um catalisador de futuras intervenções, transformando-se ela própria num núcleo urbano.

[A.S* Arquitectos, 2007]⁶²

Os espaços exteriores, são os que de algum modo fazem respirar e dinamizar o complexo, são o foco principal do projecto, eles criam particularidades específicas no acto de sociabilização. Isto é, os espaços, de particularidades ou nuances espaciais próprias, exploram diferentes modos de habitar o espaço exterior, sombras, luz, volumes, cheiros e cores diferenciam os espaços, do mesmo modo que diferenciam os usos dos mesmos. Permitem a individualização de um conjunto colectivo, de pequenas apropriações que estimulam a, tão necessária, necessidade de liberdade e individualização às convenções colectivas. Este factor, não implica abdicar a forte intenção de sociabilização do projecto, pelo contrário, quer promover e explorar essa interacção social de diferentes modos. O ser humano, como ser complexo, apropria-se do espaço de modo diverso do seu igual, do mesmo modo que a sua apreensão do espaço, a sua identificação e relações simbólicas com o espaço, são inerentemente variáveis dependendo do sujeito.

*“As faixas procuram hierarquizar os espaços exteriores, criando áreas formal e funcionalmente autónomas; separando os espaços públicos das zonas mais privadas do complexo. Um quinto edifício unifica os dois sistemas, tornando-se o centro de toda a intervenção”.*⁶³

Este volume unificador, é aquele que, reúne todos os serviços comuns — procura complementar toda a área exterior das residências, desenhando uma esplanada, um miradouro e um solário, ao mesmo tempo que permite alojar os serviços comuns de lavandaria, cantina, bar, sala de convívio para os estudantes, etc.

A célula habitacional mínima, define os quatro volumes, no entanto dentro de cada bloco base são introduzidas pequenas variações, fazendo surgir ao longo dos seus percursos: varandas, portadas, o desnivelamento da zona de repouso em relação à zona de estudo ou até à separação física entre elas. Estas variações correspondem, não só, a diferenciações de usos e espaços, mas também, e sobretudo, a variações formais, o que garante que a associação entre os módulos e as suas variações protagonizassem por si só diferenças morfológicas aos quatro blocos residenciais. É essa característica de variação morfológica, interna e urbana, de dinâmica sócio-espacial que atribui um significado urbano ao mesmo complexo residencial.

A arquitecta Kazuyou Sejima, em Kumamoto, no Japão, projectou a Residência Saishunkan Seiyaku para mulheres (Fig.31.1). O edifício dá uma maior importância ao carácter público face ao privado. No entanto, os dois hemisférios sociais — público e privado — encontram o seu lugar próprio e, subtilmente, entrecruzam-se um no outro, como que se fossem extensões do seu próprio corpo espacial.

A residência é destinada a mulheres empregadas de uma empresa local. Tem um limite de tempo imposto aos residentes, que corresponde ao primeiro ano de trabalho na mesma empresa. Daí, arquitectos preferiram estimular a ideia de habitar em comunidade, que explorar o conforto máximo das células habitacionais.

[Kazuyo Sejima, 1996]⁶⁴

⁶² A.S* Atelier de Santos; in Arq./a 44; Abril 2007

⁶³ A.S* Atelier de Santos; in Arq./a 44; Abril 2007

⁶⁴ El Croquis 77(1); Kazuyo Sejima, 1988/1996; 1996; p. 38

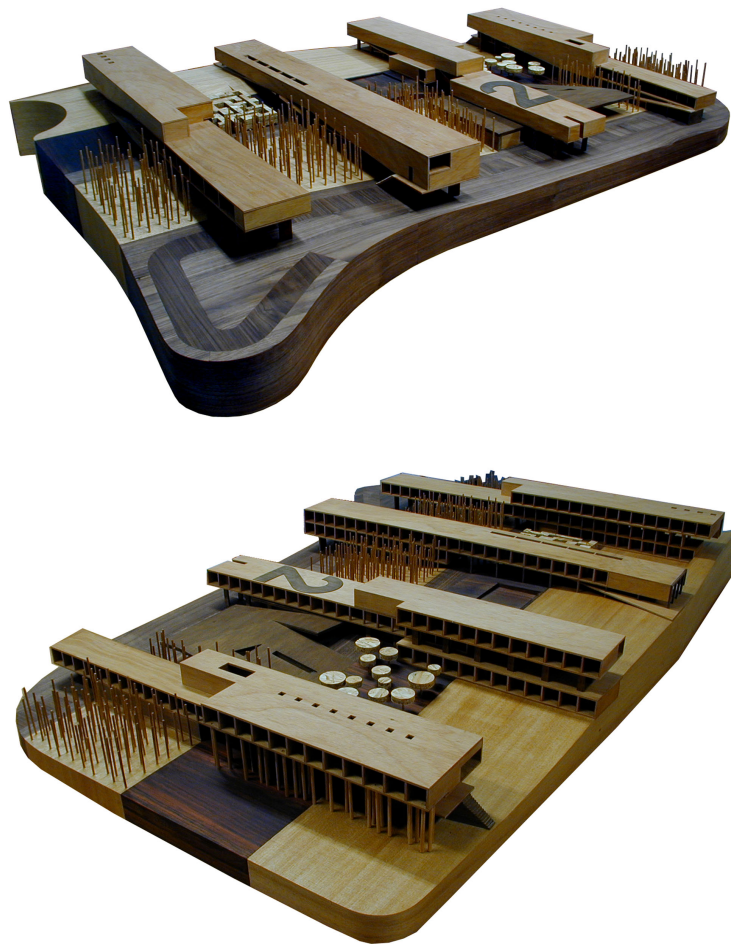


Fig.30.3, 30.4 Residências de Estudantes, Ponta Delgada, Açores, A.S.*Atelier de Santos, 1994-2004

“Assim, em vez de aumentar o espaço de estar privado, construiu-se um grande espaço comum, e no lugar de casas de banho individuais, surge uma grande casa de banho comunitária. Como resultado de tais considerações e face a diferentes alternativas espaciais que surgiram do estudo das relações entre espaço privado e comunitário, seleccionámos as que ofereciam maior proximidade física, organizativa e qualitativa dos espaços construídos”.⁶⁵

O projecto apontava a solução de um espaço único, onde cada pessoa pudesse dispor livremente da totalidade do edifício, como extensão do seu próprio espaço privado.

O espaço de viver e habitar, neste tipo de tipologia, de residência de estudantes, é facilmente compreendido como um espaço que pressupõe a sociabilização e a comunidade. No entanto, é sempre para um período de residência temporária e transparece a ideia de que só funciona, devido a essa mesma dimensão temporária. Então, será a dimensão de espaço comunitário aplicável apenas a uma situação específica de habitação temporária? Poderá um agregado familiar partilhar, do mesmo modo, de um espaço comunitário, que privilegie a interacção social em prol do enclausuramento individual da típica unidade habitacional?



Fig.31.1 Residência Saishunkan Seiyaku para mulheres, Kumamoto, Japão, Kazuyou Sejima, 1990-1991

⁶⁵ El Croquis 77(1); Kazuyo Sejima, 1988/1996; 1996; p. 38; tradução livre

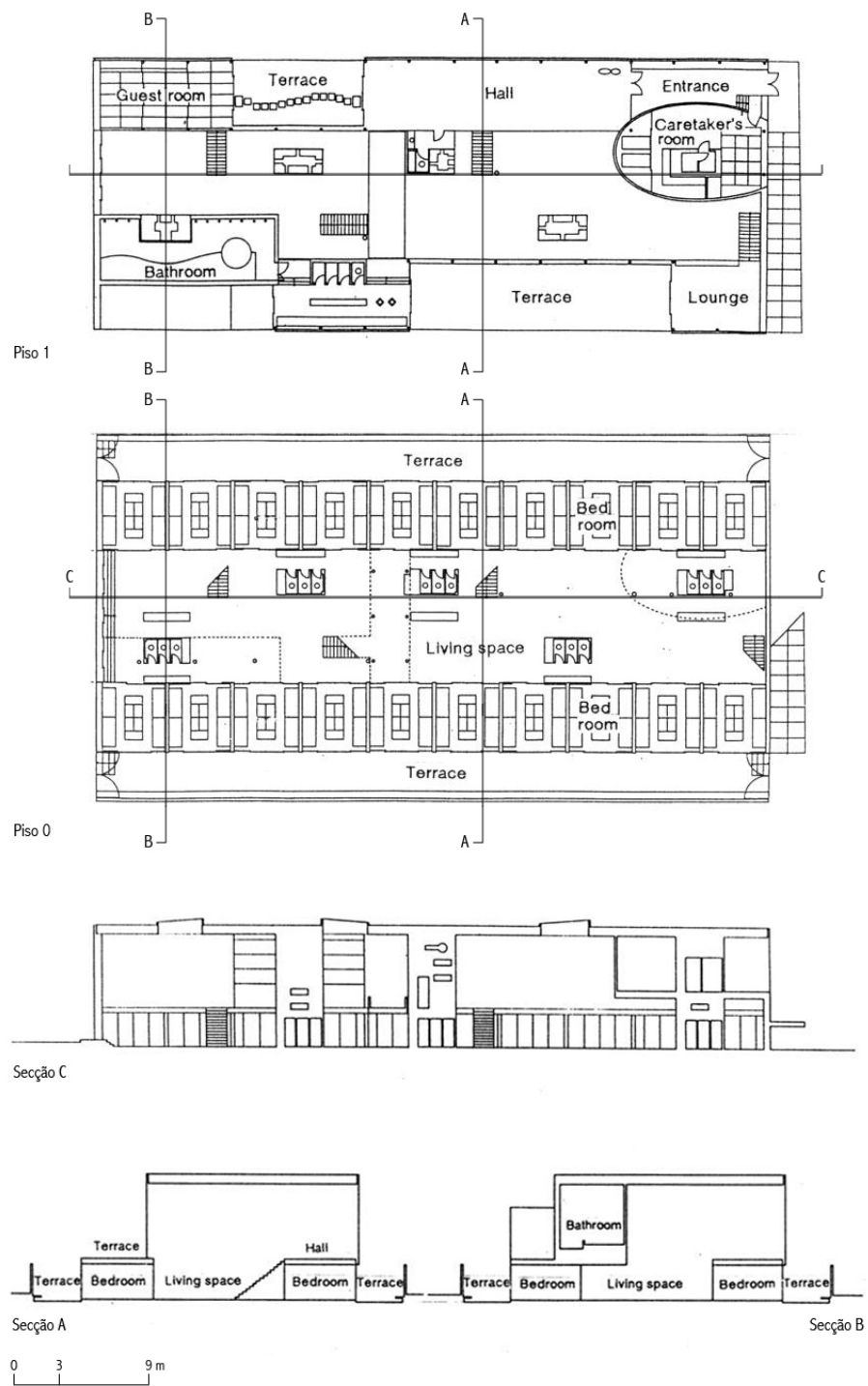


Fig.31.2 Residência Saishunkan Seiyaku para mulheres, Kumamoto, Japão, Kazuyou Sejima, 1990-1991

BREYNER HOUSE

RUA DO BREYNER, PORTO, PORTUGAL, AUTOR DECONHECIDO, DATA DESCONHECIDA

A *'Breyner House'*, como é normalmente apelidada, reabilitada de um anterior convento, é uma residência de estudantes, particularmente destinada a estudantes temporários, nomeadamente, os que frequentam os programas de mobilidade ERASMUS e SOCRATES. É uma casa que, mais do que apenas funcionar como uma residência universitária, acolhe e reúne panoramas culturais, sociais, linguísticos, étnicos, etc, muito diferentes. É, talvez, esta grande confluência de culturas que a torna única, dentro das residências universitárias.

A residência explora algumas das novas situações actuais da cidade actual, nomeadamente novos modos de vida, estreitamente ligados aos novos fluxos e dinâmicas na cidade de hoje. As facilidades de comunicação e transporte, associados ao fenómeno da globalização, criaram essas migrações sazonais, de pessoas, neste caso estudantes estrangeiros em programas de mobilidade, trabalhadores estagiários ou trabalhadores independentes, que procuram e, em geral, necessitam de situações que privilegiam a interacção social.

A casa organiza-se em três pisos. As células, individuais ou duplas, localizam-se nos pisos superiores e o rés-do-chão destinado à parte comum da residência.

As células distinguem-se, quanto à sua orientação, dimensões e ao número de ocupantes. Esta característica da residência, aumenta o fenómeno de mutação da casa, de escolha e potencial liberdade de individualização da célula relativamente ao espaço comum, expressando metaforicamente a individualização do ser, face à regulamentação e estrutura comunitária, impositiva da sociedade. Isto é, a célula é transformável e adaptável à natureza do habitante, à sua necessidade de expressão própria e individualização. Ele transforma o seu próprio espaço, com a intenção de satisfazer a sua necessidade básica de abrigo, mas também de pertença. O facto de que a maioria dos residentes seja estudantes estrangeiros, indivíduos em geral desconexos da cultura e sociedade locais, sem aparentes relações emotivas e sociais com os demais, antes de entrar na casa, faz que estejam particularmente receptivos à sociabilização, e facilite o processo de integração e vida em comunidade, dentro da mesma residência.

"Breyner House não é realmente um hotel, não é realmente uma residência de estudantes, é, verdadeiramente, algo entre uma pousada da juventude e uma casa. A casa tem mesmo um espírito próprio, a "Breyner's thing"."

[Philippe De Clerck, 2011]⁶⁶

Nos dois pisos superiores, um corredor percorre a planta da residência em forma de U, e distribui as células e as instalações sanitárias comuns. Banhos comuns, com seis duches individuais, são separados fisicamente dos lavatórios e sanitários. Pequenos pudores, como o simples de lavar os dentes ao lado de quem "retoca a maquilhagem" deixam de ser relevantes, e as inter-relações entre, anteriormente, estranhos são, agora, de confraternização.

⁶⁶ Entrevista do autor a Philippe De Clerck, belga; Junho 2011



Fig.32.1 Breyner House, Porto, Autor desconhecido, data desconhecida

"A atmosfera na Breyner House é fantástica! Hoje estamos juntos, hoje comemos juntos, como uma família, nunca estamos sozinhos. Todos têm algo especial do seu próprio país e cultura para enriquecer os outros e a atmosfera da casa."
[Angelo Vivera, 2011]⁶⁷

O rés-do-chão é destinado, na sua totalidade, aos espaços comuns. Reúne a cozinha, a lavandaria comum, a sala de estar, despensas e um pátio interno. A cozinha, fogo da casa, como em tempos ancestrais, é o centro de toda a casa. A cozinha, dada a multiplicidade de pessoas e, consequentemente, ritmos de vida diferentes, reúne esses diferentes ritmos horários. Na cozinha, as refeições são, muitas vezes, preparadas para o grupo, ou pequenos grupos com horários coincidentes, a par de outros, individuais, fugazes. Embora haja uma entrada principal, é pela cozinha que se entra, e nela que se permanece. É o primeiro espaço de encontro, de interações humanas, é lugar de histórias e convivências, ao lado dos diferentes sabores e fragrâncias culinárias, misturadas numa 'salada cultural'.

"A confluência dos fluxos da casa, tornam a cozinha, não só o centro da casa, mas um local mágico."
[Henrique Ribeiro, 2011]⁶⁸

A cozinha retoma a importância que havia perdido, isto é, as alterações dos hábitos familiares e da própria estrutura familiar, têm vindo a sugerir um aumento da área doméstica privada em prol da comum, nomeadamente da cozinha. A cozinha aparece, hoje, com áreas mínimas, ou incluída à sala, sob a forma de '*kitchenetes*'. É a sala que é privilegiada por maior ênfase espacial. A televisão surge, hoje, como obrigatório centro do espaço comum, quanto maior melhor. O espaço de sociabilização perde-se em favor da hipnotizante "caixa mágica", adormecendo a própria natureza humana, de sociabilização e interação física e social. As interações fazem-se num mundo, ou espaço virtual, desconectado da realidade física, e intrinsecamente humana (Fig.32.2).

Na Breyner House, o televisor desaparece da rotina diária; a cozinha é, em muitos sentidos, a própria casa e, reciprocamente, as relações que estimula, nomeadamente, a incondicional sociabilização e fraternização, são a sua própria essência.

A sala é, na verdade, um espaço morto, usado apenas em eventos específicos, quando seja necessário alojar uma grande quantidade de pessoas e geralmente, de Inverno, pois de Verão, o pátio interno torna-se a "cozinha" exterior. O pátio e a cozinha vivem, entre eles, uma relação de sazonalidade. O pátio, durante a Primavera e Verão torna-se o centro da casa e todas as actividades e inter-relações comuns se focam neste espaço exterior, pelas óbvias condições naturais que um espaço exterior privilegia (Fig.32.3). A lavandaria comum, e os respectivos estendais comuns, fazem parte da rotina diária da residência, a par de uma estrutura organizativa de distribuição de tarefas domésticas.

⁶⁷ Entrevista do autor a Ângelo Vivera, italiano; Junho 2011

⁶⁸ Entrevista do autor a Henrique Ribeiro, brasileiro; Junho 2011



Fig.32.3, Fig.32.3 Cozinha e pátio comum, Breyner House, Porto

A residência Breyner House, reúne, em maioria, todas as características essências do *Cohousing*. Talvez a exceção seja a especificidade de uma faixa etária jovem, nomeadamente estudantes universitários e jovens trabalhadores, justificando a inexistência de uma típica estrutura familiar com crianças e, os espaços a elas destinados. Deste modo, é indispensável a comparação com modelo habitacional de *Cohousing* descobrir-se que esse mesmo modelo é já um modelo habitacional e urbano dentro da nossa cultura citadina.

Na Breyner House é, então, nos espaços comuns que o indivíduo vive. E vive de um modo incondicional uma partilha e vivência comunitária. A natureza da casa, de algum modo, obriga a essa vivência em conjunto. No entanto, tal não significa que o indivíduo não encontre o seu espaço privado, espelho de si mesmo; mas é na presença dos outros, nos espaços comuns da casa, entre os demais e entre a vida comunitária que cada um, realmente, se encontra e define a si próprio.

BAIRRO IGNEZ

PORTO, PORTUGAL, INÁCIO PEREIRA DE SÁ / JOSÉ CARLOS LOUREIRO, 1734-1834 / 1915 / 1990's

Na parte de trás da cerca do Convento da Madre de Deus de Monchique, correspondente à terceira fase da sua construção, foi edificado um edifício, provavelmente para residência das serventes do convento. Depois da extinção das ordens religiosas, neste caso franciscanas, passou a propriedade dos condes de Burnay que o vendem para a instalação de uma fábrica de serralha, carpintaria e pregaria, em 1889, designada de “União Industrial Portuense”. Em 1915, Ignez Martins Guimarães, compra a maioria dos edifícios e, a pedido do engenheiro Eleutério Adolfo Moreira da Fonseca no sentido de transformar a fábrica de pregaria “*União Industrial Portuense*” num “*bairro de casas económicas para operários*”, segundo um projecto de Inácio Pereira de Sá. Este conjunto de moradias veio suprimir a necessidade de alojamento dos operários, uma preocupação e um grave problema social e urbanístico da época. Depois de longo período de degradação do agregado habitacional, o Bairro Ignez foi objecto de uma obra de reabilitação ao abrigo do programa RECRIA, no início dos anos 90, pelo arquitecto José Carlos Loureiro.

Hoje, o Bairro Ignez, funciona como diferentes modelos habitacionais, desde a habitação unifamiliar, a residência de estudantes, nomeadamente para estudantes de mobilidade ERASMUS e ou SOCRATES e ainda como ‘*hostel*’. A concepção de bairro, tipicamente, integrando um conjunto de famílias que, de um modo geral, se estabelecem no mesmo local durante um relativamente longo espaço de tempo, vive a dicotomia de permanências sazonais, desde um semestre ou um ano no caso dos estudantes estrangeiros, e períodos mais curtos com turistas. O bairro, tal como o seu próprio volume edificado, adapta-se a essas novas realidades e dinâmicas da sociedade de hoje. Então, casais de idosos, que habitam o mesmo espaço, à décadas, partilham os mesmos espaços comuns e serviços, nomeadamente a lavandaria comum, com outras famílias e jovens estrangeiros, estes últimos, deslocados, num local estranho e desconhecido. O espírito comunitário do bairro, e do próprio espaço comum que potencializa e promove um contacto social entre os demais do bairro, tornam essa tão necessária adaptação a um local novo, fácil e culturalmente enriquecedora. Misturam-se entre as mais diversas faixas etárias, sociais, económicas e políticas.

Todo a organização espacial do bairro se orienta para o grande espaço comum, um terraço e jardins que lhe são associados a uma cota inferior. As unidades habitacionais, de dimensões mínimas, e as respectivas dependências internas – dois quartos, cozinha, casa-de-banho e sala – igualmente de dimensões mínimas, empurram o residente para o exterior, para o verdadeiro centro da casa, o terraço comum.

O exterior, embora composto por espaços diferentes, desde o grande terraço comum (Fig.33.2), à escadaria que leva ao primeiro piso, aos jardins a uma cota inferior, outrora o cemitério do mosteiro, e um pequeno terraço a uma cota intermédia entre os dois grandes terraços estabelece-se como centro do conjunto habitacional. O terraço, mais imediato às dependências, é inegavelmente o eleito como espaço exterior de referência. É lá que se reúne a maioria das actividades e relações sociais dentro do conjunto. No entanto, a multiplicidade de espaços exteriores, acentuado pelas reduzidas dimensões das dependências individuais, resultam numa

interacção natural entre o colectivo e a individualização do espaço. Isto é, as diferentes naturezas dos diversos espaços exteriores, ainda que comuns, são apropriadas de um modo mais individual, entre pequenos grupos dentro do complexo populacional do bairro. É uma oportunidade, quando necessário, para se refugiar, dentro de uma micro esfera, dentro da macro esfera comum do espaço exterior do bairro. Esta capacidade de articular diferentes espaços comuns e respectivas naturezas, confere ao bairro um modelo espacial de habitabilidade altamente funcional, no que toca o comportamento humano, suas complexidades sociais e individuais.

"Assim que cheguei ao Porto, o Bairro Ignez foi o primeiro, e único lugar que vi, de imediato não tive dúvida alguma que "era aqui que queria ficar". Apaixonei-me do lugar, do panorama de tirar o fôlego desde o grande terraço, que se afasta do edifício, sobre o Douro, como que um miradouro exclusivo.

A particularidade do Bairro Ignez, para mim, está, realmente, no grande terraço, que faz a ligação entre todos os residentes e os respectivos "mini apartamentos", reinventando-se como a nossa sala. É o lugar onde, passamos a maior parte do nosso tempo, onde pessoas de várias culturas e idades se encontram, onde crescem ao mesmo tempo lado a lado. Nunca me esquecerei."

[Teresa Cuccarese, 2011]⁶⁹

Devido à articulação das diferentes esferas sociais e pessoais, a multiplicidade de espaços exteriores, geralmente de relativas naturezas diferentes, tem-se mostrado um elemento constante na tipologia de *Cohousing*. É interessante verificar, que no nosso panorama urbano, dentro das próprias paredes que moldam o nosso quotidiano citadino, este tipo de espaços está presente dentro dos quarteirões que percorremos diariamente.

A meio da rua das Flores, no Porto, um apartamento partilha um espaço exterior comum com outros edifícios habitacionais, tocando até um novo espaço de trabalho colectivo – o Loft, das Flores – fazendo surgir um miolo de espaço exterior comum, dentro do grande quarteirão. Este miolo exterior comum a vários edifícios habitacionais, está fragmentado através das diferentes cotas que os unem, no entanto, jogos de escadarias, rampas, jardins e plataformas articulam-se entre si, de modo a fundirem os diferentes espaços num grande espaço exterior comum. Como no Bairro Ignez, do conjunto dos espaços exteriores comuns, um é realçado como centro do conjunto exterior. Ele assume uma identidade mais pública que os outros em seu redor, volumetricamente mais confinados e solitários, explorando a possibilidade das micro esferas sociais dentro de uma macro esfera comum. É este espaço exterior comum que, dentro dos vários imobiliários residenciais associados, confere esta realidade comunitária e transforma o modo de habitar o espaço doméstico, dentro e fora, do conjunto residencial.

"A primeira vez que vi o Bairro Ignez, reparei numa velha senhora que caminhava sozinha no terraço, de um lado para o outro. Visitei as pequenas casas, e eram realmente estreitas. (...) O terraço era a única coisa verdadeiramente interessante naquele lugar: a vista mais bonita da cidade, limoeiros e sombras. (...) Idosos e famílias que ali vivem são realmente simpáticos. Toda a família de alguns dos idosos se juntam ali a cada Domingo, eles metem a televisão no pátio, bebem cerveja e vêem o "jogo da bola". Todos podiam juntar-se a eles, pegar uma cadeira e partilhar uma bebida.

⁶⁹ Entrevista do autor a Teresa Cuccarese, italiana; Junho 2011

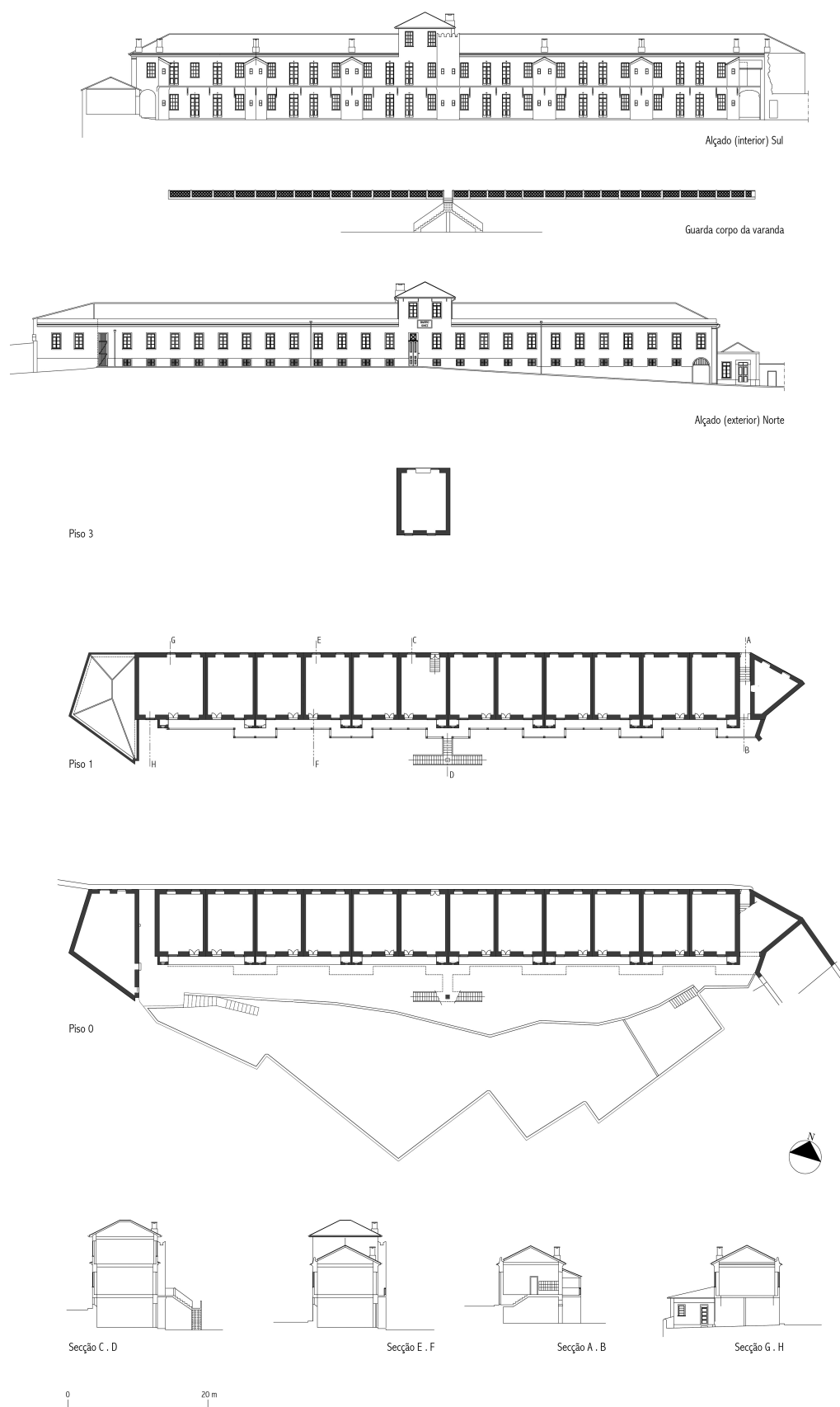


Fig.33.1 Bairro Ignez, Porto, Portugal, Inácio Pereira de Sá / José Carlos Loureiro, 1734-1834 / 1915 / 1990's

Nós éramos como uma grande família. Quase todos os dias, alguém me perguntava se queria juntar-me e comer com eles. Tudo é de todos. Há um espírito de comunidade realmente forte naquele lugar. Todos os meus amigos que vieram visitar-me, diziam que tinha muita sorte. Partilhar, partilhar, partilhar, é o Bairro Ignez!”

[Linda Ferreira Da Silva, 2011]⁷⁰

Se considerarmos o espaço exterior comum do Bairro, aquele que reúne todas as dependências e serviços, de cozinha, sala, lavandaria e espaço recreativo, do modelo tipológico do *Cohousing* associado às células unifamiliares de dimensões reduzidas, então, o Bairro Ignez é um verdadeiro caso de *Cohousing*. É aliás, a própria superação do próprio modelo de *Cohousing*, isto pois concilia uma tão necessária exigência social e urbanística da cidade de hoje e uma deficiência no modelo de *Cohousing* – a renovação populacional e dificuldade de sair da micro esfera social do grupo gerado no interior do bairro.

⁷⁰ Entrevista do autor a Linda Ferreira da Silva, francesa; Julho 2011



Fig.33.2, Fig.33.3 Bairro Ignez, Porto, Portugal, Inácio Pereira de Sá / José Carlos Loureiro, 1734-1834 / 1915 / 1990's

LÓFTE — ASSOCIAÇÃO CULTURAL | ALBERGARIA DE ROQUE AMADOR | HOSPITAL DE D. LOPO

RUA DOS CALDEIREIROS, PORTO, PORTUGAL, AUTOR DECONHECIDO, DATA DESCONHECIDA

“Quando em 1518 a Rua das Flores foi inaugurada, já ali havia uma pequena albergaria (designação atribuída aos Hospitais da altura) na qual se dava assistência a doentes e necessitados, à qual se dava o nome de Santa Maria do Rochedo. Esta, cuja origem do nome se desconhece, foi a primeira a ser fundada no Porto, ainda no tempo de D. Sancho I.

Apesar de, durante dois séculos, este hospital desempenhar um importante papel na assistência dos Portuenses, o desenvolvimento da cidade e o seu contínuo crescimento populacional tornou-o insuficiente pelo que a Casa da Misericórdia decidiu construir um novo hospital, mais moderno e de maiores dimensões.

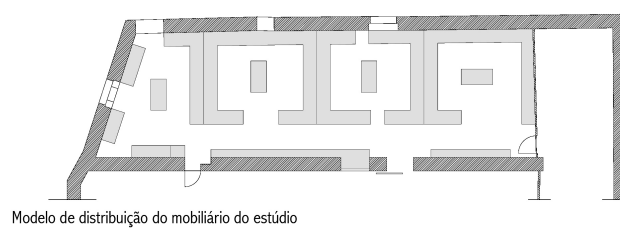
Do velho Hospital de D. Lopo já só se podem encontrar as ruínas por entre as ervas daninhas, onde se podem ainda distinguir o antigo claustro, as celas para os doentes mentais e a entrada da capela”.⁷¹

O Antigo Hospital de D. Lopo Localizado na Rua dos Caldeireiros, ao fundo da Rua do mesmo nome, com entrada frente ao actual Largo dos Lóios. Fundado em fins do século XII, princípios do século XIII, no reinado de D. Sancho I, compreendia um vasto complexo de dependências e anexos, dos quais, o Lófte de hoje fazia parte. Em 1605 iniciaram-se as obras de construção do prolongamento do Hospital Roque Amador e foram concluídas em 1689. Os fundos para esta construção, que lhe conferiram o seu nome, foram doados por D. Lopo de Almeida à Santa Casa da Misericórdia do Porto. O Lófte, cuja natureza tipológica, se desconhece, entre vários anexos adjuntos, entre cozinha, armazém, oficina das obras do hospital, tem entrada principal através de um pátio que desagua para a rua dos Caldeireiros e o Largo dos Lóios, e fazia uma ligação para outras dependências do complexo hospitalar através da cota alta, do primeiro piso, que culminam onde são, hoje, os jardins e pátio da “Casa das Flores” e das velhas cavalariças, a norte hoje reabilitadas num ‘Apart-Hotel’, que partilhava o antigo pátio da Roda.

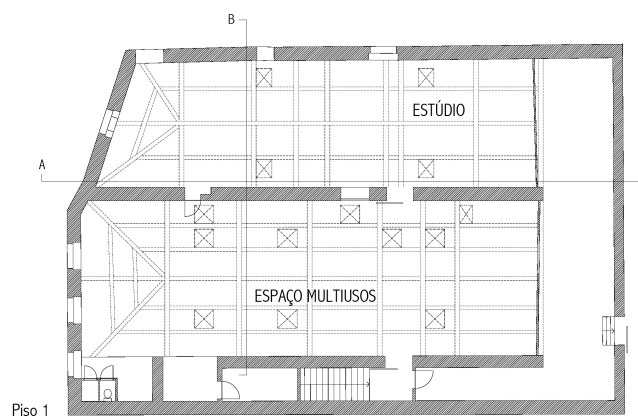
“Paralelamente ao corpo voltado à rua das Flores e fechando o pátio a poente, situava-se a enfermaria dos convalescentes, perpendicular às dos homens e mulheres e unindo-as entre si, cuja construção foi permitida por uma donativo do bispo D. Nicolau Monteiro concedido em 1667. Em torno do claustro situava-se várias dependências, entre elas a capela benzida por D. Jerónimo de Távora e Noronha em 1718 – ostentando uma cartela barroca sobre a porta de entrada, nota de decoração festiva que destoa do conjunto extremamente austero ainda hoje existente – a cozinha, a capela funerária, uma passagem para a zona posterior do hospital, onde depois de 1688 se situou o pátio da Roda, com saída, através da porta do carro, para a rua do Souto – e as celas para loucos incuráveis”.⁷²

⁷¹ http://www.portoxxi.com/cultura/ver_edificio.php?id=60; [Consult. 2011-07-03]

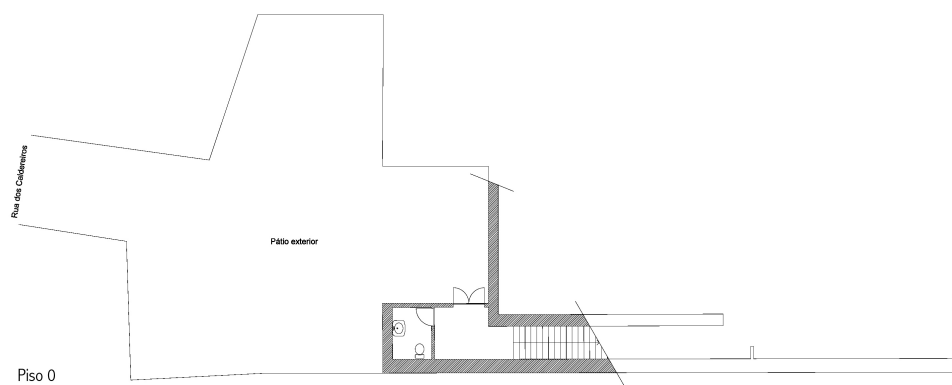
⁷² AFONSO, José Ferrão; Um património sem tempo: a arquitectura “longa” de Quinhentos no Porto e os exemplos do hospital de D. Lopo de Almeida e do convento de S. João Novo; @pha.Boletim 2: Património Esquecido, o Recuperar da Memória; 2004; p.7; in Disponível na www: <URL: <http://www.apha.pt/boletim/boletim2/>>



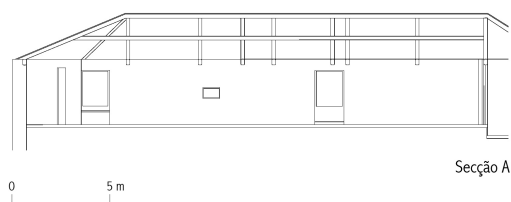
Modelo de distribuição do mobiliário do estúdio



Piso 1



Piso 0



Secção A



Secção B

Fig.34.1 Planta piso 1, Lófte – Associação Cultural, Porto

Com a intenção de criar um espaço “artístico” e para as artes, onde se pudesse ligar a as artes visuais e a performance. Um espaço onde as mais diversas iniciativas, ligadas à arte e cultura, tivessem liberdade e espaço para nascerem. Assim, desde de Agosto de 2009 que oito artistas de nacionalidades diferentes: Portugal, Espanha, Itália, Estónia, Eslovénia, o começaram a recuperar o espaço que é, hoje, chamado Lófte. A primeira premissa seria esta sala tem como função principal acomodar projectos tais como exposições, conversas, conferências, entre outros, no entanto à medida que o projecto cresceu, a ideia de associar, ao já espaço multiusos, um estúdio comum fez surgir aquilo que, agora, se pode intitular de *Coworking*.

O Lófte é, hoje, um espaço de *Coworking*, nascido sem essa designação. No primeiro piso do edifício, funciona um “*open-space*”. Tal um espaço de *Coworking*, partilhado por vários profissionais independentes, que alugam uma mesa, por uma certa mensalidade. A par do conceito de *Coworking*, o Lófte visa a sociabilização, comunicação, acessibilidade e cooperação entre os vários membros. A condição de mutabilidade do espaço está presente na possibilidade de articular o próprio espaço de trabalho e circulação. O Lófte, conjuga, não só o espaço, concretamente dito de trabalho, mas também um ‘*open-space*’ que permanece como grande espaço vazio e mutável, destinado a diversas iniciativas do grupo ou independentes do mesmo, como, nomeadamente, exposições de arte, festas organizadas, etc. Os dois espaços, reúnem serviços comuns ao conjunto, entre as quais as instalações sanitárias, bar, espaço destinado a eventos comuns (adaptável às necessidades do indivíduo ou do grupo), este também usado como espaço descanso do Lófte, ou até mesmo como espaço de reuniões informais.

“O Lófte, para mim, é um grande espaço de trabalho multidisciplinar, é um “hotspot” internacional para todos os tipos de pessoas criativas. É um espaço de trabalho, onde tu respiras motivação, energia e conhecimento em cada canto, desde o mais pequeno rabisco num guardanapo à conversa mais invulgar. O Lófte, à medida que o tempo passa, é cada vez mais a minha casa. Eu adoro aquele espaço, adoro trabalhar lado a lado com pessoas diferentes e ser inspirada pelos seus trabalhos, oriundos das mais diversas áreas. É o lugar perfeito para mim”.

[Eva Irena Übler, 2011]⁷³

A capacidade que a tipologia de ‘*open-space*’ tem ao absorver e responder às necessidades e variantes humanas e sociais, assim como profissionais, é a grande conquista da reconversão do espaço, e dela provêm um fluxo e dinâmica ao edifício e respectiva área urbana.

O Lófte, não só é um caso de sucesso no campo do empreendedorismo, estabelecendo e potencializando contactos, eventos, projectos e ideias, entre os profissionais independentes que acomoda, mas também pela sua ligação com a comunidade local que convidam a conhecer e, em determinadas alturas, levam a partilhar o espaço. O Lófte é, no entanto, uma iniciativa que deveria ser tomada como exemplo, como iniciativa arquitectónica e urbanística, no campo da reabilitação urbana. Ou seja, é um caso em que pela iniciativa empreendedora de um pequeno grupo de indivíduos, se reabilita um espaço vazio ou degradado da cidade, nomeadamente num centro urbano que aspira novas dinâmicas e fluxos, sociais e culturais.

⁷³ Entrevista do autor a Eva Irena Übler, austríaca; Agosto 2011



Fig.34.2, Fig.34.3 Espaço Multiusos e Estúdio, Lófte – Associação Cultural, Porto

*“Por vezes, por muito anónimo que aparente ser, será nele que residirá a obra maior. O homem anónimo entendido enquanto comunidade estará em muitos casos e situações na vanguarda dos grandes momentos enquanto movimentos culturais da história e da ciência, no avanço civilizacional. Por isso não podemos desprezar as nossas cidades tradicionais, os seus espaços públicos, os edifícios maiores e os de acompanhamento onde decorrem todas as acções inerentes à vida urbana”.*⁷⁴

Frequentemente, muitos edifícios sobrevivem ao seu uso original como testemunhos silenciosos de épocas passadas. Fábricas, depósitos e armazéns, etc, em fase de desmoronamento chegam a ter um novo futuro, numa altura em que as cidades se transformam em centros de serviço, cultura e lazer. Hoje, a reconversão de um edifício é, muitas vezes, a resposta à escassez de espaço nas cidades e à dificuldade de crescimento para fora delas. No entanto, no caso particular da cidade do Porto, a dificuldade é oposta. A dificuldade reflecte-se na necessidade de consolidação da malha urbana, de organizar, de modo racional e funcional, os vários pólos da cidade, os velhos bairros com os novos centros e os vazios urbanos entre ambos. É uma cidade, onde o crescimento descontrolado e caóticos de outrora, deve, hoje, ser reformulado através de estratégias urbanísticas e arquitectónicas capazes de gerir as novas necessidades.

No núcleo histórico da cidade do Porto, ainda assim, se encontram muitos espaços devolutos, onde o modelo de reconversão por necessidade de espaço se aplica. Perante um qualquer edifício abandonado, haverá sempre as alternativas de conservá-lo ou demoli-lo. Na maioria dos casos, a reconversão dos edifícios traz vantagens sociais e ambientais, ainda que no caso específico português seja portador de maiores encargos económicos e burocráticos. A reciclagem é um acto fundamental para estabelecer um desenvolvimento sustentado. Pondo de parte as implicações complexas deste conceito, sejam elas de natureza ecológica, económica ou política, é crucial constatar, que a reciclagem e a reconversão são actos eminentemente naturais e absolutamente necessários, tanto a nível individual como colectivo. Um dos benefícios mais importantes na reconversão de um edifício antigo é a conversão da “energia interior”, isto é, da energia envolvida em todos os processos associados à sua construção (o transporte, a escolha e a fabricação do material de construção, ou o equipamento). Só o facto de poupar esta energia, um projecto arquitectónico de reconversão já por si tornar-se-á mais ecológico e sustentável do que qualquer projecto de construção novo. Em termos sociais, a adaptação de edifícios devolutos cria dinamismo, pequenos centros de reabilitação urbana e uma desejável e atractiva diversidade visual. Reutilizar um edifício histórico aumenta a qualidade de vida no bairro e, ao mesmo tempo, mantém viva a memória colectiva da cidade, transportando-lhe intrinsecamente uma simbologia de lugar e pertença. [Cristina Paredes, 2006]⁷⁵

Localizado no velho coração da cidade que, lentamente, tenta pulsar de novo, através de uma série de iniciativas urbanísticas e culturais, o Lófte instala-se, então, como um modelo de reabilitação arquitectónica, urbana e, mais importante, dos fluxos humanos, de reabilitação social, cultural e económica.

⁷⁴ MESTRE, Victor; in *Arquitectura Ibérica 5: Reabilitação/Rehabilitación*; Caleidoscópio; 2004; p.6

⁷⁵ PAREDES, Cristina; *Industrial Chic: Reverting Spaces*; Edizioni Gribaudi; 2006

ATELIERS PARA ARTISTAS NA LADA

PORTO, PORTUGAL, VIRGÍNIO MOUTINHO, 1993-1996

O edifício, constituído por quatro ateliers para jovens artistas plásticos, situa-se na Lada, em pleno centro histórico do Porto, e encontra-se sob uma plataforma da encosta sobre o Douro. Esta realidade de inserção em pleno tecido urbano do núcleo histórico, privilegia-lhe de um enquadramento paisagístico invejável, e no entanto uma grande responsabilidade na sua volumetria e solução arquitectónica.

“Este projecto integra-se num sistema de plataformas e de muros de granito em socacos estabelecendo, por meio de escadarias, uma ligação entre cotas extremas da cidade: Sé e Barredo.

A proximidade da Ponte de D. Luís I (1886) e do Elevador da Lada (1994), representativos de uma tradição de construção em ferro na cidade, aliada à grande dificuldade de acesso ao local, condicionou fortemente a opção construtiva e a formulação da imagem do edifício”.⁷⁶

A linguagem do edifício, camufla-se entre encostas e plataformas, de uma expressão ligeira, a escolha dos materiais e consequente materialização do edifício, reflectem uma excepcional sensibilidade e delicadeza para com o local e respectivo contexto urbano e histórico. E, de uma excessiva exposição do local conduziu à opção por uma presença discreta.

O diálogo entre circunstância e circunstante, é algo que o arquitecto tão subtilmente soube equacionar, numa notória relação à Escola do Porto. Fernando Távora, figura basilar da instituição que ficaria conhecida como a Escola do Porto, explicita de modo tão esclarecedor esta temática:

“em cada forma que o homem cria, até porque as formas artificiais ou de criação humana, além das formas naturais que se revestem de enorme importância, contam como factores condicionantes de cada nova forma criada, pois acontece que o espaço organizado pelo homem é condicionado na sua organização mas, uma vez organizado, passa a ser condicionante de organizações futuras e daqui que , apenas por comodidade de estudo, seja possível separar estes dois aspectos do espaço organizado porquanto ele é condicionado na sua elaboração e condicionante na sua existência”.⁷⁷

O edifício consiste, basicamente, sobre uma plataforma, numa clara dominante horizontal paisagística através das sucessivas plataformas erguidas sobre o acentuado relevo natural do local, na associação de dois planos horizontais, delimitando um a superfície translúcida, envidraçada, sobre uma plataforma.

⁷⁶ MOUTINHO, Virgínio; in Guia da Arquitectura Moderna: Porto, 1925-2002; coord. Fátima Fernandes e Michele Cannatà; Edições ASA; Porto; 2002; 254

⁷⁷ TÁVORA, Fernando; Da Organização do Espaço; Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 5ª edição, 2004

“A partir de cotas elevadas, a cobertura de zinco, envelhecida por oxidação, constitui o elemento preponderante, absorvido na imagem local”.⁷⁸

O edifício, embora seja um espaço exclusivo para artistas, fazendo lembrar os ateliers partilhados por artistas, e desse modo possível de estabelecer uma associação ao modelo de *Coworking*, na realidade, não possui as características essenciais do modelo de *Coworking*. Nomeadamente, espaço comum.

Aliás, o edifício esforça-se por acolher a individualidade em prol da comunidade. Um corredor estreito e serpenteado guia os diferentes artistas aos seus espaços individuais. O hall de entrada, não se assume como um espaço de sociabilização ou interacção, mas como um espaço de distribuição, de mera entrada. Ainda no hall, quase como que um provocação a este sentido de comunidade, destaca-se o primeiro confronto com a vista que o edifício oferece sobre a maior varanda do mesmo, que lhe sucede, sobre uma paisagem estonteante sobre o Rio Douro, no entanto, essa varanda é apenas acessível pelo interior do atelier imediatamente à sua frente. Inclusive, a escolha de múltiplas instalações sanitárias individuais, dentro de cada estúdio, em vez de usar os sanitários como serviço comum, reafirma a intenção de individualização dos espaços. O material escolhido para as divisórias internas, entre os estúdios, reafirma uma separação física e visual em prol de um possível ‘*openspace*’, onde apenas a organização do espaço estabelece-se a própria divisão. Assim, a possibilidade de contacto, de contágio mútuo, é dificultado pela materialidade opaca das paredes internas, negando essa tão forte experiência espacial e social inerente aos espaços de *Coworking*.

É de notar, que o edifício, hoje, já não funciona com a mesma função que fora projectado. Justificado através de motivos económicos e políticos, agora, uma associação desportiva explora o lugar, e os ateliers dão lugar a escritórios de cargos administrativos, explorando um sistema de hierarquização dos mesmos que, tão bem, espaços individuais podem usufruir. Podemos, até, especular que foi essência solitária do espaço, e do próprio lugar, e pela ausência do carácter comunitário que o edifício não funcionou como ateliers para artistas.

No entanto, o edifício interessou-nos apresentar, pela iniciativa inicial de introduzir espaços culturais que possam, de algum modo, introduzir novos usos e dinâmicas urbanas, num lugar particularmente degradado ou quase apenas explorado pelo turismo e consequentes ciclos de pessoas fugazes no tempo. Mais importante, pela subtilidade arquitectónica e urbanística que se insere numa malha consolidada de cidade, particularmente no núcleo histórico da cidade do Porto.

À conversa com o arquitecto autor do projecto, Virgínio Moutinho, o mesmo faz-me entender que hoje não seria possível construir tal edifício. Hoje, aquele lugar faz parte do Património Mundial da Humanidade, e como tal, não seria possível introduzir nada, por mais subtil que possa ser, com um carácter contemporâneo. Levando-nos a questionar a questão do Património Mundial da Humanidade, e o que se pode ou não construir de uma área com esse estatuto, e porquê.

⁷⁸ MOUTINHO, Virgínio; in *Guia da Arquitectura Moderna: Porto, 1925-2002*; coord. Fátima Fernandes e Michele Cannatà; Edições ASA; Porto; 2002; 254

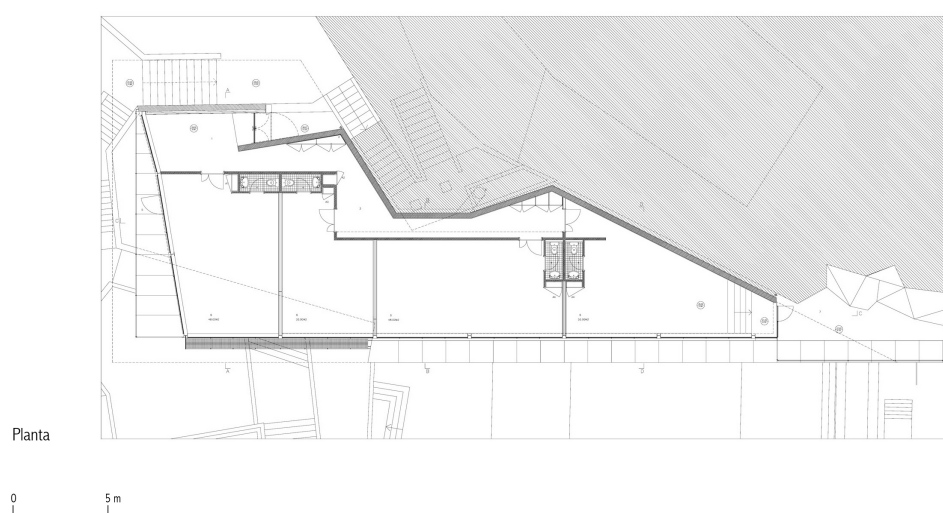
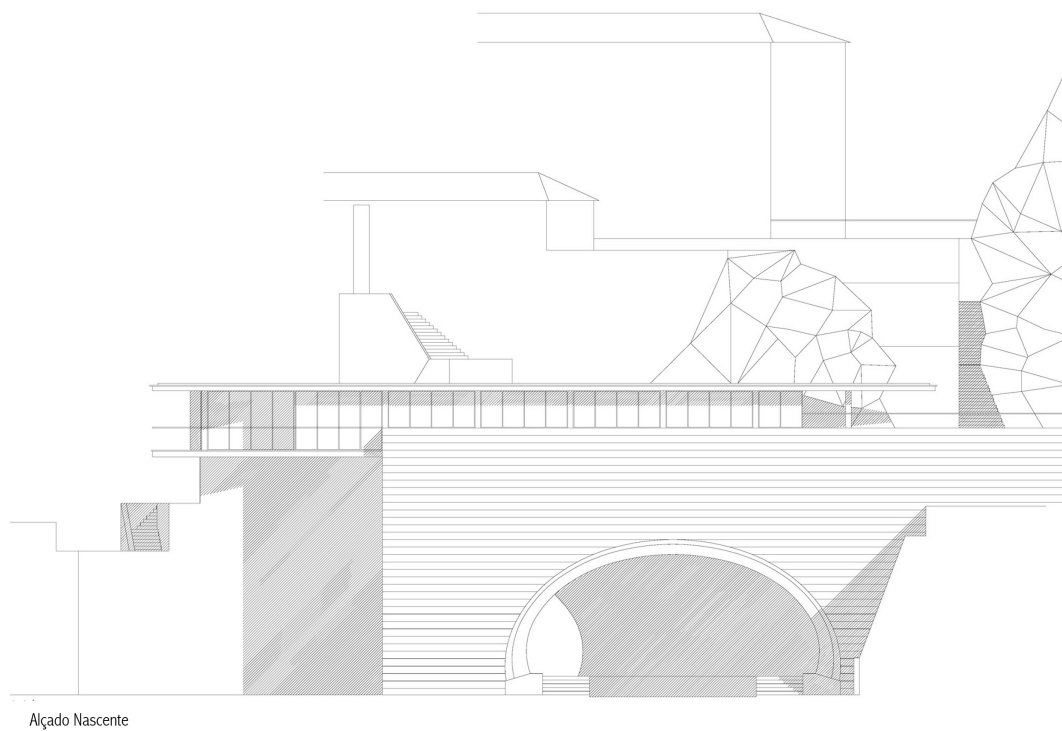


Fig.35.1 Ateliers para artistas na Lada, Porto, Virgínio Moutinho, 1993-1996

“O tempo, este nosso tempo cada vez mais acelerado em que todos os cidadãos e as comunidades não encontram espaço para a reflexão, promove por vezes o estado volátil da cultura. Como refere José Saramago vivemos numa ditadura financeira, que nos conduz à negação da vida social e do bem-estar colectivo em harmonia com a diversidade cultural inter-relacionada por um espírito universalista que busca o bem-estar físico e espiritual do Homem”.⁷⁹

“O património da humanidade será antes de mais o próprio Homem, o seu meio e as suas acções enquanto resultado de um conjunto de ideias que conduzirão ao seu bem-estar, em sintonia com o seu espaço físico, e os seus valores ético/morais da tradição e da contemporaneidade. A estética e a ética fundir-se-ão num só bem imaterial e dele resultará uma identidade, um bem patrimonial definido, apreciado e estimado pela comunidade”.⁸⁰

⁷⁹ MESTRE, Victor; in *Arquitectura Ibérica 5: Reabilitação/Rehabilitación*; Caleidoscópio; 2004; p.5

⁸⁰ MESTRE, Victor; idem



Fig.35.2, Fig.35.3 Fotografia da varanda virada a Sul, Ateliers para artistas na Lada, Porto, Virgínio Moutinho, 1993-1996

CONCLUSÃO

“O desenvolvimento das sociedades modernas que optaram pela grande concentração humana e que desde os anos 60 do século XX não pararam de crescer promovendo a suburbanidade desqualificada, sem as referências sócio culturais e que não constituíram qualquer alternativa válida à civilização greco/latina deverão ser postas em causa. Em alternativa, dever-se-á de novo ponderar como se deverá processar o regresso à cidade que sempre soube sedimentar tempos diferentes proporcionando diversidade, riqueza material e cultural em redor de valores patrimoniais, passará inevitavelmente pelo seu entendimento e respeito. Em resumo, o património como o entendemos, ou seja, gerido e estimado enquanto bem colectivo, promoverá a cidadania”.
[Victor Mestre, 2004]⁸¹

As nossas cidades sofrem actualmente de novas formas de evolução e expansão. Encontramo-nos perante uma cidade impulsionada por dinâmicas e processos divergentes, que se dissolve pelo território, resultado da adição de densidades concentradas, acessos viários e acumulações comerciais. Sentimos como os processos de periferização e suburbanização, conduzem ao desaparecimento da vivência do espaço público, quando a praça ou o largo não são mais o lugar de encontro, quando o passeio público é reduzido a um percurso pedonal e o automóvel monopoliza a paisagem urbana.

Paralelamente a um novo urbanismo fragmentário e hostil que emerge nas periferias das nossas cidades, vemos surgir uma procura por esses mesmo valores, esquecidos entre a cidade mutante e a desconfortável solidão entre as ruas mesmas ruas onde percorrem tantos outros, iguais a nós próprios.

A família nunca foi tão mutável como hoje, e a cidade, paralelamente, abriga novas circunstâncias de permanência e de trabalho. Os modelos de habitar e trabalhar são constantemente postos em causa. As experiências de *Cohousing* e *Coworking* “ressurgem” dessa mesma procura e discussão espacial sobre os nossos espaços de viver e trabalhar. E ressurgem, pois verificámos que os modelos de *Cohousing* e *Coworking* podem ser considerados evoluções de antigas experiências arquitectónicas e urbanas, que têm como base, a nossa própria cultura ou o nosso modo de apropriação do espaço. *Cohousing* e *Coworking* fazem parte da nossa história.

Numa cidade que, tão desesperadamente, necessita de uma requalificação e revitalização, iniciativas de reabilitação e arquitectónica e urbana, os modelos de *Cohousing* e *Coworking*, não só são casos de sucesso, como são, também, modelos capazes de conciliar essa necessidade de revitalizar uma malha de cidade, ou potencializar através da reabilitação pontual de fragmentos de cidade, com a busca de uma vida mais comunitária. São modelos, como vimos, capazes de se insurgirem através duma reabilitação ou dum edificado novo.

⁸¹ MESTRE, Victor; in *Arquitectura Ibérica 5: Reabilitação/Rehabilitación*; Caleidoscópio; 2004; p.6

Por experiência própria, através do estudo dos casos de estudo apresentados e pela conversa com os demais residentes, as virtudes de habitar um espaço com tal carácter social são variadíssimas. Entre as já enunciadas, um permanente companheirismo, a uma interacção dinâmica entre várias faixas etárias, culturais e profissionais, à criação de uma identidade de grupo e, consequentemente, uma sensação de pertença. O constante contacto com diferentes pessoas e culturas provoca, em geral, uma maior receptividade, abertura e respeito com o Outro, fazendo-nos crescer como indivíduos e como parte de um grupo maior, a humanidade.

No entanto, os modelos de *Cohousing* e *Coworking* escondem alguns vícios, particularmente a alienação do mundo em seu redor. Ou seja, particularmente durante uma estadia temporária, a intensidade e o êxtase com que se vive o espaço e o ambiente gerado por tamanho grupo habitacional, ou de trabalho, faz com que o residente se esqueça de sair do seu núcleo de conforto. Ambos os modelos de *Cohousing* como o de *Coworking* criam as suas próprias micro-esferas sociais, das quais, devido à intensa interactividade e conforto, torna árduo sair para a macro-esfera que a engloba. Por experiência própria, durante o tempo que vivi na Breyner House, geralmente, o pátio interno reunia, não apenas os vinte e quatro residentes, como também os respectivos colegas, conhecidos e desconhecidos, atraídos pela natureza convidativa daquele espaço. Então, chegando a reunir cinquenta pessoas, a necessidade de sociabilização com pessoas diferentes desaparecia. Naquele espaço, tornara-se rotina diária conhecer e conviver com pessoas e culturas diferentes, onde, eventualmente, algumas já faziam parte da casa, e da “família”.

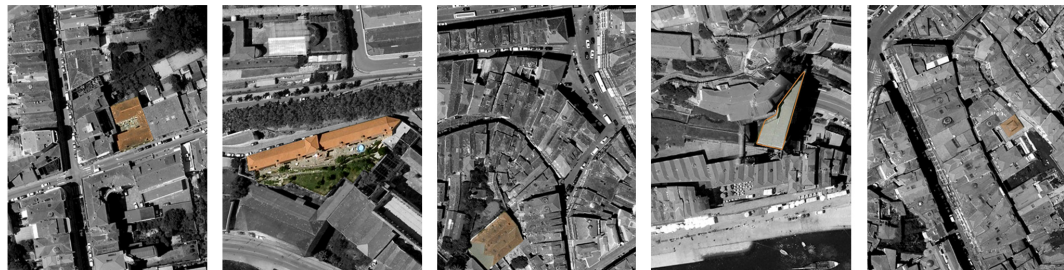
Embora, no modelo de *Cohousing* o residente encontre o seu refúgio privado na sua célula, ou fogo individual, o carácter social e familiar do conjunto pode potencializar uma sensação de exclusão e solidão. Isto é, se o indivíduo não encontrar o seu respectivo espaço dentro do grupo e não se afirmar enquanto indivíduo, dificilmente fará parte do grupo, e consequentemente, a solidão, encontrada na metrópole, é apenas potencializada através da frustração de não pertencer num espaço destinado a isso mesmo.

Os modelos de *Cohousing* e *Coworking* não são, nem devem ser respostas universais aos problemas e necessidades actuais da cidade e sociedade. A sociedade é complexa e exige a mesma diversidade de soluções arquitectónicas e urbanas. *Cohousing* e *Coworking* são no entanto modelos capazes de “ressurgir” e ocupar lugar nos modelos habitacionais e de trabalho da sociedade de hoje.

Este trabalho, foi particularmente importante pelo que me fez desenvolver um método de investigação e de sintetização. O método pressupõe uma coordenação do conteúdo apreendido, entre teorias, casos de estudo nacionais e internacionais, visão própria, visita às obras e entrevistas com os moradores das mesmas.

A sociedade muda, mas também o arquitecto muda perante o mundo. Hoje, o arquitecto depara-se perante uma comunidade global, à qual deve estar preparado para actuar em todas as circunstâncias, em todo o mundo. Perante uma globalização generalizada, o arquitecto é cada vez mais solicitado para responder a necessidades urgentes, nomeadamente, provocadas por catástrofes naturais ou pela mão do Homem. Embora Portugal, seja um país relativamente tranquilo, não tendo sido alvo de desastres naturais, de grande escala, nas últimas décadas, reparamos que todos os anos, em alguma parte do globo, catástrofes acontecem. As situações particulares, pela escala de intervenção, vividas num cenário de destruição e consequente necessidade de reconstrução, faz considerar novos modelos arquitectónicos e urbanísticos, capazes de suprimir as condicionantes que lhe são impostas. O conceito das experiências de *Cohousing* e *Coworking*, poderão ser, então, particularmente usados na resposta a tais situações.

ANEXOS



1 Breyner House; Rua do Breyner

2 Bairro Ignez; Rua Sobre-o-Douro

3 Lófté; Rua dos Caldeireiros

4 Ateliers para Artistas; Rua da Lada

5 Lavandarias Comuns; Morro da Sé

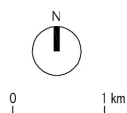


Fig.36 Localização dos casos de estudo do Porto: 1 Breyner House; 2 Bairro Ignez; 3 Lófté; 4 Ateliers para Artistas na Lada; 5 Lavandarias comuns; 6 Rua do Almada

BIBLIOGRAFIA

2C: construcción de la ciudad; n12; artigo: “Le Corbusier: dos casas del período 1914-1929”; 1978

A.S* Atelier de Santos; in Arq./a 44; Abril 2007

AFONSO, José Ferrão; Um património sem tempo: a arquitectura “longa” de Quinhentos no Porto e os exemplos do hospital de D. Lopo de Almeida e do convento de S. João Novo; @pha.Boletim 2: Património Esquecido, o Recuperar da Memória; 2004; in Disponível na www: <URL: <http://www.apha.pt/boletim/boletim2/>>

ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya; Modernidade Medieval: Cidadania e Urbanismo na Era Global; trad. de Joaquim Toledo Jr.; in Novos Estudos; 2009

ALVES, Virgínia; Empreendedores vão ter incubadora no Porto: Hub na cidade invicta abre portas a 24 de Julho aos inovadores, integrada na rede mundial com mais de três mil aderentes; in Jornal de Notícias; 2009

Arquitectura Ibérica 10: Habitar; Caleidoscópio; 2005

BALTANÁS, José; Walking through Le Corbusier: A Tour of His Masterworks; Thames and Hudson; London; 2005

BENEVOLO, Leonardo; Historia De La Arquitectura Moderna; Editorial Gustavo Gili; Barcelona; 1982

BENEVOLO, Leonardo; O último Capítulo da Arquitectura Moderna; Edições 70; Lisboa; 1985; p.27

BENEVOLO, Leonardo; História da Cidade; Editora Perspectiva; São Paulo; 1999

BOESIGER, Willy; Le Corbusier et Pierre Jeanneret: Oeuvre Complète, Volume 5 . 1946-52; Birkhäuser Architecture; Zurich; 1990

BRESCHI, Alberto; Amata Città: Un progetto per il centro storico di Firenze; Alínea Editrice; Firenze; 2010

CRESPO, Lúcia; Espaços de “coworking” arrancam em Lisboa e Porto: Hub Porto abriu portas em Maio e Lisboa negocia espaço na Expo; in Jornal de Negócios; 2009

DeBARE, Ilana; “Shared work spaces a wave of the future”; in San Francisco Chronicle; 2008

ENGELS, Friedrich; A Questão do Alojamento; Ed. Cadernos para o Diálogo; Porto; 1971

FÉLIX, Orquídea do Céu Ferreira; Património na Freguesia de Massarelos: Porto; Folheto de Massarelos; Câmara Municipal do Porto; Porto; 2009

FENSTER, Mark; Community by Covenant, Process, and Design: CoHousing and the Contemporary Common Interest Community; Journal of Land Use & Environmental Law; 1999

FERNANDES, Amaury; Os Moedeiros: A Última Guida; Projecto de pesquisa de Pós-Doutorado; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; 2010

FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele; Habitação Contemporânea: Formas de Habitar; Edições ASA; Porto; 2003

FERNANDES, Manuel Correia; As Ilhas do Porto e os Novos Bairros; in Ilhas, coord. Margarida Wellenkamp e Luís Pisco; Ed. Panmixia – Associação Cultural; 2004

FERREIRA, Abílio; Este condomínio não é para ricos: Rede mundial The Hub abre no Porto. É incubadora de negócios para as franjas mais desfavorecidas; in Expresso; 2009

FISHMAN, Robert; Urban Utopias in the Twentieth Century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier; The MIT Press; 1982

FOST, Dan; “Inspiration Strikes Only a Desk Away”; in The New York Times; 2008

FRAMPTON, Kenneth; Le Corbusier. Architect in the Twentieth Century; Abrahams; 2002

FRAMPTON, Kenneth; História Crítica da Arquitectura Moderna; Ed. Martins Fontes; São Paulo; 2003

FUJIMOTO, Sou; in 2G N.50: Sou Fujimoto; 2010

FUJIMOTO, Sou; in El Croquis 151: Sou Fujimoto, 2010

GADANHO, Pedro; Influx : Arquitectura Portuguesa Recente=Recente Portuguese Architecture; Civilização; 2004

GRAÇA, Manuel Silva; Espaços Públicos e Uso Colectivo de Espaços Privados; in Cultura light / 9ª Mesa-redonda de Primavera ; coord. Vítor Oliveira Jorge. - Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2005

GRANDE, Nuno; artigo in: RePort, Apontamentos Sobre a Reabilitação Urbana e Impacto Social, Parte 2; GRUA; Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 2011

HERMANN, Bruno M.; HADDAD, Eduardo A.; Mercado Imobiliário e Amenidades Urbanas: A View Through the Window; in Est. Econ. V.35, N. 2; São Paulo; 2005

JENKINS, David; Unité d’Habitation Marseilles: Le Corbusier; Phaidon; London; 1993

JESKE, Marilyn Ruth; Motivation for the Cohousing community: A study of two groups; Master of Social Work thesis; The University of British Columbia; 1992

KAZUYO, Sejima; in El Croquis 77(1): Kazuyo Sejima, 1988/1996; 1996

KOSTOF, Spiro; The City Shaped: Urban patterns and meanings through history; Thames and Hudson; 1991

LE CORBUSIER; Princípios de Urbanismo: Carta de Atenas; Ariel; 1974;

LAPUERTA, José María de; Manual de Vivienda Colectiva; Ed. ACTAR; Barcelona; 2007

LUKEN, Katherin; Cohousing in America: Adapting the principles of Danish cohousing to urban Indianapolis; Bachelor of Architecture thesis. Ball State University; 2002

LYNCH, Kevin; A Imagem da Cidade; Edições 70; 2009

MASSOUD, Mary; Dwelling for the Urban Tribe; Master of Architecture thesis of University of Cincinnati; 2005

MCDONALD, John F.; MCMILLEN, Daniel P.; Employment Subcenters and Subsequent Real Estate Development en Suburban Chicago; in *Jornal of Economics* 48; 2000

MCCAMANT, Kathryn; DURRETT, harles; *Creating Cohousing: Building Sustainable Communities*; New Society Publishers; Canada; 2011

MELTZER, Graham; *Sustainable Community: Learning from the Cohousing model*; TRAFFORD; 2005

MESTRE, Victor; in *Arquitectura Ibérica 5: Reabilitação/Reahabilitación*; Caleidoscópio; 2004

MILLER, Kerry; “Where the Coffe Shop Meets the Cubible”; in *Bloomberg Businessweek*; 2007

MITCHEL, W. Thomas; *Landscape and Power*; The University of Chiago Press; 2002

MONTEYS, Xavier; *Le Corbusier: Obras y proyectos / Obras e projectos*; Editorial Gustavo Gili; Barcelona; 2005

MOURA, Maria Souto de; *Ensaio de uma Ilha: um estudo sobre a habitação social contemporânea*; Vol I-II; Prova Final Licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 2007

MOUTINHO, Virgínio; in *Guia da Arquitectura Moderna: Porto, 1925-2002*; coord. Fátima Fernandes e Michele Cannatà; Edições ASA; Porto; 2002

OLIVEIRA, Nádia Joana Anunciação; *Caminhos Traçados no Mercado de Trabalho: A Alternativa HUB Porto*; Relatório de Estágio para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Sociologia; 2007

OLIVEIRA, Susana Silva; *Mesas ‘Sem Dono’*; in *Visão Sete*; 2011

PAREDES, Cristina; *Industrial Chic: Revonverting Spaces*; Edizioni Gribaudi; 2006

PAULA, Amir El Hakim de; *A Relação Espaço-Operário na Cidade: Os Casos da Comuna de Paris de 1871 e da Greve Geral de 1917 em São Paulo*; artigo in *Revista Electrónica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS*; 2010

PIMENTA, Manuel; *As ilhas do Porto : estudo socioeconómico*; Porto: Câmara Municipal do Porto; Porto; 2001

PFEIFER, Gunter; BRAUNECK, Per; *Casas en hilera, Casas geminadas*; Editorial Gustavo Gili; 2009

PORCINO, J; *Living longer, living bette: Adventures in community housing for the second half of life*; New York: Continuum; 1991

RAJALA, Elizabeth M.; *Between You and Me, We: an architecture of interaction*; Master of Architecture thesis of University of Cincinnati; 2009

RAPOSO, Rita; *Condomínios fechados em Lisboa: paradigma e paisagem*; art. *Análise Social*, Vol. XLIII (1.º); 2008

RIOS, Pedro; *Hubs, uma nova maneira de trabalhar*; in *Pública*; 2009

ROBERTS, Lisa; *Cohousing As An Urban Housing Alternative in Indiana*; Bachelor of Urban Planning and Development of Ball State University; 1994

SASSEN, Saskia; *The Global City: New York, London, Tokyo*; Princeton University Press; 1991

SIZA, Álvaro; *Imaginar a Evidência*; Edições 70; 2006;

TÁVORA, Fernando; Da Organização do Espaço; Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 5ª edição, 2004

TEIXEIRA, Manuel Correia; A Habitação popular na cidade Oitocentista. As ilhas do Porto; Ed. Fundação Calouste Gulbenkian; 1996;

TEIXEIRA, Manuel Correia; O urbanismo português: séculos XIII/XVIII; Livros Horizonte; 1999

TONKISS, Fran; Space, the city and social theory: social relations and urban forms; Polity Press; 2005

TORRES, Constance; Hillside Commons: a cohousing development; Bachelor of Architecture thesis of University of Ball State University; 1996

TOSTES, Rogério Ribeiro; O Nascimento do Purgatório com Preparação do Burguês: Espaços Citadinos, Teologia Social Medieval; in Revista Vernáculo, n17 e 18; 2006

WEBGRAFIA

<http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/12/os-bairros-sociais-do-porto-ii.html>
<http://ellenfreudenheim.com/articles/baby-boomers/zany-ideas/cohousing-real-estate/>
<http://insiderealestatenews.com/2010/06/cohousing-combines-community-conservation-quality-of-life/>
<http://porto.the-hub.net/public/>
<http://urbanomnibus.net/2009/06/work-and-the-open-source-city/>
<http://www.aboutblank.pt/en/arquitectura/house-house-sou-fujimoto/>
<http://www.archdaily.com/34602/facebook-offices-oa-studio/>
<http://www.archdaily.com/8237/sarugaku-akihisa-hirata/>
<http://www.archdaily.com/83963/tree-ness-house-akihisa-hirata/>
http://www.arquitectura.pt/forum/f105/projecto-resid-ncias-universit-rias-laranjeiras-_-ponta-delgada-a-s-6075/
<http://www.cohousing.org/cm/article/remarket>
http://www.cohousing.org/what_is_cohousing
<http://www.coworklisboa.pt/>
<http://www.dezeen.com/2010/10/05/tokyo-apartment-by-sou-fujimoto-architects/>
<http://www.hao.nu/>
<http://www.hgsa.min-saude.pt/Hospital/Historia/>
<http://www.hgsa.pt/ver.php?cod=0A0C>
[http://www.infopedia.pt/\\$anos-60-o-aparecimento-de-uma-nova-mentalidad](http://www.infopedia.pt/$anos-60-o-aparecimento-de-uma-nova-mentalidad)
[http://www.infopedia.pt/\\$burgo,2](http://www.infopedia.pt/$burgo,2)
[http://www.infopedia.pt/\\$cidadania](http://www.infopedia.pt/$cidadania)
[http://www.infopedia.pt/\\$comuna](http://www.infopedia.pt/$comuna)
[http://www.infopedia.pt/\\$comunidade](http://www.infopedia.pt/$comunidade)
[http://www.infopedia.pt/\\$estado](http://www.infopedia.pt/$estado)
[http://www.infopedia.pt/\\$judiaria](http://www.infopedia.pt/$judiaria)
[http://www.infopedia.pt/\\$sociedade](http://www.infopedia.pt/$sociedade)
[http://www.infopedia.pt/\\$sociedade-da-grecia-antiga](http://www.infopedia.pt/$sociedade-da-grecia-antiga)
<http://www.lofteporto.net/index.html>
<http://www.mainstreet.com/slideshow/real-estate/extreme-real-estate/co-housing-not-your-grandfathers-commune>
<http://www.mvrdv.nl/>

http://www.portoxxi.com/cultura/ver_edificio.php?id=60

<http://www.projects.as/>

http://www.portoxxi.com/cultura/ver_edificio.php?id=60

<http://www2.hawaii.edu/~kbda/1995-047/>

ÍNDICE DE IMAGENS

Fig.1.1	BENEVOLO, Leonardo; História da Cidade; Editora Perspectiva; São Paulo; 1999
Fig.1.2	Idem
Fig.2	Idem
Fig.3	MELTZER, Graham; Sustainable Community: Learning from the Cohousing model; TRAFFORD; 2005
Fig.4.1	Idem
Fig.4.2	Idem
Fig.4.3	Idem
Fig.5.1	Idem
Fig.5.2	Idem
Fig.5.3	Idem
Fig.5.4	Idem
Fig.6	http://www.google.com/
Fig.7	Idem
Fig.8	http://www.carusostjohn.com/media/artscouncil/index.html
Fig.9.1	http://www.archdaily.com/34602/facebook-offices-oa-studio/
Fig.9.2	Idem
Fig.9.3	Idem
Fig.9.4	Idem
Fig.9.5	Idem
Fig.10	BENEVOLO, Leonardo; Historia De La Arquitectura Moderna; Editorial Gustavo Gili; Barcelona; 1982
Fig.11.1	Idem
Fig.11.2	Idem
Fig.12.1	BENEVOLO, Leonardo; História da Cidade; Editora Perspectiva; São Paulo; 1999
Fig.12.2	Idem
Fig.13.1	Idem
Fig.13.2	Idem
Fig.13.3	Idem
Fig.14	PIMENTA, Manuel; As ilhas do Porto : estudo socioeconómico; Porto: Câmara Municipal do Porto; Porto; 2001
Fig.15	BENEVOLO, Leonardo; História da Cidade; Editora Perspectiva; São Paulo; 1999

Fig.16	Idem
Fig.17	TEIXEIRA, Manuel Correia; A Habitação popular na cidade Oitocentista. As ilhas do Porto; Ed. Fundação Calouste Gulbenkian; 1996;
Fig.18	José Malhó, Arquivo pessoal
Fig.19	Idem
Fig.20.1	Idem
Fig.20.2	Idem
Fig.21.1	2C: construcción de la ciudad; n12; artigo: “Le Corbusier: dos casas del período 1914-1929”; 1978
Fig.21.2	Idem
Fig.22	MONTEYS, Xavier; Le Corbusier: Obras y proyectos / Obras e projectos; Editorial Gustavo Gili; Barcelona; 2005
Fig.23.1	BOESIGER, Willy; Le Corbusier et Pierre Jeanneret: Oeuvre Complète, Volume 5 . 1946-52; Birkhäuser Architecture; Zurich; 1990
Fig.23.2	JENKINS, David; Unité d'Habitation Marseilles: Le Corbusier; Phaidon; London; 1993
Fig.23.3	Idem
Fig.24.1	http://www.mvrdv.nl/
Fig.24.2	Idem
Fig.24.3	Idem
Fig.24.4	Idem
Fig.25.1	http://www.google.com/
Fig.25.2	Idem
Fig.25.3	Idem
Fig.26.1	2G N.50: Sou Fujimoto; 2010
Fig.26.2	Idem
Fig.26.3	http://www.aboutblank.pt/en/arquitectura/house-house-sou-fujimoto/
Fig.26.4	Idem
Fig.26.5	Idem
Fig.27	http://www.archdaily.com/83963/tree-ness-house-akihisa-hirata/
Fig.28	http://www.dezeen.com/2010/10/05/tokyo-apartment-by-sou-fujimoto-architects/
Fig.29.1	http://www.archdaily.com/8237/sarugaku-akihisa-hirata/
Fig.29.2	Idem
Fig.29.3	Idem
Fig.29.4	Idem

Fig.30.1	GADANHO, Pedro; Influx : Arquitectura Portuguesa Recente=Recente Portuguese Architecture; Civilização; 2004
Fig.30.2	Idem
Fig.30.3	http://www.arquitectura.pt/
Fig.30.4	idem
Fig.31.1	http://www2.hawaii.edu/~kbda/1995-047/
Fig.31.2	Idem
Fig.32.1	Planta redesenhada sobre a planta por Attilio Fiumarella
Fig.32.2	José Malhó, Arquivo pessoal
Fig.32.3	Fotografia por Jules Autelin, Junho 2009
Fig.33.1	Plantas e secções redesenhada sobre a planta fornecido pela empresa imobiliária ALTARIMI - Administração e Gestão de Imóveis, Lda
Fig.33.2	José Malhó, Arquivo pessoal
Fig.33.3	Idem
Fig.34.1	Planta redesenhada sobre a planta por Arquitecto Ruben Alonso e Bernardo Amaral
Fig.34.2	José Malhó, Arquivo pessoal
Fig.34.3	Fotografia por Eva Irena Übler, Agosto de 2011
Fig.35.1	Desenhos técnicos fornecidos pelo Arquitecto Virgínio Moutinho
Fig.35.2	José Malhó, Arquivo pessoal
Fig.35.3	Idem
Fig.36	http://www.google.com/

